

Esclarecimento sobre os anexos

As informações e documentos apresentados nos anexos a seguir foram elaborados com a finalidade exclusiva de atender à solicitação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), por meio da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, no âmbito do Relatório de Execução.

Ressalta-se que os referidos anexos contêm dados de natureza sensível e/ou informações protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Dessa forma, em observância aos princípios da finalidade, necessidade e segurança, solicita-se que tais informações sejam utilizadas apenas para fins de análise pela instância competente, não sendo recomendada sua divulgação, reprodução ou publicação, total ou parcial, em quaisquer meios.



2025

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO
CG INEA 068/2022



Comitê de Bacia
Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande



COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA

Relatório Anual de Execução

Contrato de Gestão INEA 068/2022

Exercício 2025

Ano 3

Revisão 01



Publicação

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Avenida Luiz Dias Martins, nº 73, Lojas 14 e 15, Piso Superior, Parque Ipiranga, Resende/RJ.

CEP: 27516-245

Telefax: (24) 3355-8389

Site: www.agevap.org.br

E-mail: agevap@agevap.org.br

Revisão 01



ENTIDADE DELEGATÁRIA**ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
PARAÍBA DO SUL****Conselho de Administração****Presidente**

Jaime Teixeira Azulay

Conselheiros

Adelfran Lacerda de Matos

Nazem Nascimento

Luiz Mário de Azevedo Concebida

Dirceu Miguel Brandão Falce

Conselho Fiscal**Presidente**

Sandro Rosa Corrêa

Conselheiros

Sinval Ferreira da Silva

Diretoria Executiva**Diretora-Presidente**

Aline Raquel de Alvarenga

Assessor – Diretora-Presidente

Roberto Roballo Alves

Diretora Executivo – Unidade Resende

Rejane Monteiro da Silva Pedra

Assessora – Unidade Resende

Marina Mendonça Costa de Assis



Contrato de Gestão ANA nº 027/2020 – CEIVAP

Daiane Alves dos Santos, Júlio César da Silva Ferreira, Flávio Augusto Monteiro, Ana Caroline Pitzer Jacob, Gabriela Miranda Teixeira, Iara da Silva de Almeida, Jéssica Freitas da Silva, Maira Simões Cucio, Márcio Fonseca Peixoto, Marco Olavo Mendonça da Costa, Maria Clara Pimentel da Silva, Vivian Letícia dos Santos Faria, Gabriela Rocha, Gabriella Duarte, Leandro Lessa, Lucas Dantas, Matheus Diniz e Yasmim Mota.

Contrato de Gestão INEA nº 067/2022 – Comitê Baía de Guanabara

Marcos Filgueiras Jorge, Carolina Leite Martins, Flávia Martins de Oliveira, Gabriel Macedo Frota dos Santos, Henristoni de Souza Pinheiro, Leandro Viana Guerra, Tânia Gonçalves Sousa, Paula Pimentel Lomanto, Christian Daniel Kozuf, Lidiane Rufino da Cunha, Thamires Bulhões, Sabrinna Lemos, Lucas Eloy e Brenno Gomes.

Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 – Comitês Guandu e Baía da Ilha Grande

Antônio Mendes de Souza Júnior, Thaís Souto do Nascimento, Amanda Resende Baptista, Gabriel dos Santos Aguiar, Gustavo Ganzarolli Mahe, Fátima do Carmo Silva Rocha, Claudia Jacob da Costa Vasconcelos, Fernanda de Castro Silva, Jussara dos Santos Ferreira, Naomy Euphemio de Souza, Vitor Santos Lisboa, Matheus Miguel Pinheiro da Silva, Izabelle Caroline Quirino Nogueira, Mariana Rodrigues Ng, Maria Eduarda Gonçalves Souto, Naiara Maria Souza do Monte, Lorena Araújo Monteiro, Rosiane Pedro da Silva, Sthefanny Rosa Moreira Andrade, Karolyne Maria Gomes Oliveira, Jonathann Gonçalves Ferreira Cunha, Camila Corrêa Neves, Ana Paula Gama Firmino e Pedro Henrique Jardim.

Contrato de Gestão INEA nº 069/2022 – Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Sandro Lima Maciel, Gabriel de Paiva Agostinho, Monique Soares da Fonseca Freire, Tatiana Oliveira Ferraz Lopes, Roberta Coelho Machado de Abreu, Caio Henrique da Silva Santos, Anaele Jójce Juliate Rezende, Victor Machado Montes, Lucas Gomes Lyra Siqueira, Natalia Freitas de Souza, Rafael Lira Teixeira Santos, André Bohrer Marques, Alice Sá Rego de Azevedo, Murilo Ribeiro Spala, Ramon Porto da Mota Júnior, Thaís Nacif de Souza Riscado, Amaro Sales Pinto Neto, Mariana Santos Suzano, Antônio Ednaldo Souza Oliveira, Fernanda Ferreira de Souza Santos, Amanda Vitoria de Souza dos Santos, Bianca Mendes Gusmão, Ayrtton Durães Manso, Camilly Melquiades Mendes, Gabriel das



Dores Alves, João Victor Sanábio Tobelem, Vitória Pires de Assis, Pedro Teixeira Cardinot Motroni, Natália Cardoso Faria Alves, Anna Letícia da Silva Bila, Camila Sepulveda de Almeida Moura, Flávia Costa da Silva Andretti.

Contratos de Gestão IGAM nº 001 e 002/2019 – Comitês COMPE e Preto e Paraibuna
Alexandre de Andrade Cid e Mouser Hebert Pereira Costa.

Gerência Administrativa

Ana Beatriz de Souza Aguiar, Andreia Guerini Coutinho, Carlos Rogério Vieira Torres, Diego Chagas dos Santos, Gisele Sampaio da Cunha Correia, Horácio Rezende Alves,, Paula da Rocha Eloy, Tathiane de Lima Rios , Viviana Morgado da Silva. Axcell Wesley Ramos Matias, Gabriel Alves Santos, Kauê Duarte Malazia, Maria Fernanda Barbosa Correia e Raiane Vitória Carvalho Ribeiro Silva.

Gerência Financeira

Giovana Cândido Chagas, Camila Borges Pinto, Leonardo Bruno Chaves Siqueira, Fábio Tureta de Almeida, Maiara da Silva Pereira, Harvey Stanley Spener Neto, Leonardo Pires Monteiro da Silva, Marcia Simone Braz Nakashima, Eduardo Diniz Alves da Silva, Amanda Ribeiro Souza da Silva, Miguel Maciel Ferreira, João Carlos de Andrade, Nicolas Victor Moreira Domiciano.

Gerência de Gestão Estratégica

Leandro Barros Oliveira, Simone Rodrigues Moreira Domiciano, Magno Diego Pereira Cota, Cleiton Conceição Froes, Robredo Freitas da Silva, Rodrigo Barbosa de Lima Oliveira, Bruno Salgado Silva, Marcelo Barbosa Ferreira Junior, Mateus Nascimento da Silva Emerenciano, Matheus Carvalho Lima, Eduardo Henrique Watson Gomes Tavares, Davi Bento Alfredo Silva.

Gerência de Comunicação

Raíssa Caroline Galdino da Silva.



COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE

Diretor-Geral

Luis Paulo Silva do Nascimento

Diretor-Secretário

Alexadre Giovanetti Lima

Diretores Administrativos

Cesar Bassi Costa

Rene Duque

Tito Cals Lopes

Joanna Martins



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS GUANDU, DA GUARDA E GUANDU-MIRIM

Diretor-Geral

Elton Luis da Silva Abel

Diretor-Executivo

Antoni Felipe de Andrade

Diretora de Recursos Hídricos

Ana Larronda Asti

Diretora de Saneamento

Paola de Oliveira Souza

Diretora de Restauração Ambiental

Cristiane de Souza Siqueira Pereira

Diretor de Indústria e Energia

Celso Rodrigues da Silva Junior

Revisão 01



ÓRGÃO GESTOR



INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Presidente

Renato Jordão Bussiere

Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Cauê Bielschowsky

Gerência de Instrumentos de Recursos Hídricos e Governança das Águas

Raquel Emerick Pereira Mencarini

Revisão 01



APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar, para o período de janeiro a dezembro de 2025 (ano III), os resultados obtidos com a execução do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022, celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em 29 de dezembro de 2022.

Sendo assim, este Relatório apresenta uma comparação entre as metas estabelecidas para atendimento ao Contrato de Gestão supracitado e os resultados alcançados, demonstrando a evolução das atividades desenvolvidas pela AGEVAP, enquanto entidade delegatária com funções de Agência de Água das Regiões Hidrográficas I e II, Baía da Ilha Grande e Guandu, respectivamente.



SUMÁRIO

ENTIDADE DELEGATÁRIA.....	4
COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA.....	7
COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE	7
COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS GUANDU, DA GUARDA E GUANDU-MIRIM	7
ÓRGÃO GESTOR	8
APRESENTAÇÃO.....	9
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE FOTOS	14
INFORMAÇÕES GERAIS	15
INDICADORES DE DESEMPENHO.....	17
METAS DO PROGRAMA DE TRABALHO.....	20
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS E CONCEITOS.....	21
OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA.....	23
Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande	23
Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim.....	24
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES	27
INDICADOR 1 – NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO.....	27
INDICADOR 2 – NÍVEL DE ATENDIMENTO AOS ENCAMINHAMENTOS.....	30
INDICADOR 3 – ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA DE AÇÕES PRIORIZADAS	31
INDICADOR 4 – DESEMBOLSO FINALÍSTICO	35
INDICADOR 5 – DESEMBOLSO TOTAL.....	38
INDICADOR 6 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DELEGATÁRIA	41
INDICADOR 7 – ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DA CACG.....	43
NOTA FINAL POR INDICADOR	44
NOTA FINAL GERAL	48



HISTÓRICO DA PONTUAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	49
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	50
RELATÓRIO SÍNTESE DOS INDICADORES.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
LISTA DE ANEXOS	91



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Informações sobre o Estatuto Social e Regimento Interno da AGEVAP	15
Tabela 2. Metas para cumprimento do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 para o ano de 2025	20
Tabela 3. Critérios e pontuações para cálculos das notas parciais (NP) dos Indicadores	21
Tabela 4. Grau qualitativo de desempenho	22
Tabela 5. Indicador 1: Nível de organização do planejamento anual de atividades - CG 68/2022	28
Tabela 6. Indicador 2: nível de atendimento pela AGEVAP aos encaminhamentos requeridos pelos COMITÊS - CG 68/2022	30
Tabela 7. Ação estratégica estabelecida pelo CBH BIG, de acordo com o programa, metas e ações do PRH-BIG	31
Tabela 8. Metas do Indicador 3 - CBH BIG	32
Tabela 9. Percentuais estabelecidos e alcançados, referente ao indicador 3, no CBH BIG-RJ	33
Tabela 10. Ação estratégica – Comitê Guandu-RJ	34
Tabela 11. Meta do indicador 3 para 2025 - CBH Guandu	34
Tabela 12. Recurso total disponível	37
Tabela 13. Indicador 4: Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas - CG 68/2022	37
Tabela 14. Recurso total disponível	39
Tabela 15. Indicador 5: índice de recursos comprometidos total - CG 68/2022	39
Tabela 16. Histórico de Desembolso da RH I	40
Tabela 17. Histórico de Desembolso da RH II	40
Tabela 18. Indicador 6: taxa de administração real da Entidade Delegatária - CG 68/2022	42
Tabela 19. Atendimento as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão – CG INEA 068/2022	44
Tabela 20. Plano de Trabalho	45
Tabela 21. Resultado da RH I – CBH Baía da Ilha Grande	46
Tabela 22. Resultado da RH II – CBH Guandu	47
Tabela 23. Nota final geral CG 068/2022	48
Tabela 24. Grau de desempenho	48
Tabela 25. Histórico da Pontuação	49



LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Região Hidrográfica I - Bacia da Ilha Grande	23
Figura 2. Região Hidrográfica II - Bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim.....	25
Figura 3. Ficha SIGA - Contratação dos serviços de Comunicação com ênfase em Educação Ambiental do CBH BIG.....	33
Figura 4. As cores e outros detalhes do projeto foram definidos pelos próprios indígines, através de uma atividade de desenho com as crinaças da comunidade.....	50
Figura 5. Matéria publicada na Coluna de Ancelmo Goes, no Jornal O Globo, sobre os investimentos do CBH BIG em Saneamento. Acesso em: https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2025/01/comite-de-bacia-hidrografica-da-ilha-grande-anuncia-investimento-de-r-3-milhoes.ghtml	55
Figura 6. Matérias publicadas no Jornal O Diário do Vale.....	56
Figura 7. Texto do Diretor do CBH BIG, César Bassi, sobre o córrego da Banqueta em Angra dos Reis, foi publicado pelo jornal O Dia.....	56
Figura 8. Material de conscientização ambiental que será distribuído no Quilombo do Campinho.....	57
Figura 9. Dois bolitins digitais foram publicados em 2025. Acesso em: https://www.cbhbig.org.br/publicacoes ...	57
Figura 10. Dados do site do CBH BIG em 2025 - https://www.cbhbig.org.br/	60
Figura 11. Home Page do site do CBH BIG. Acesse em: https://www.cbhbig.org.br/	60
Figura 12. Posts da pagina do CBH BIG no insta mais acessados	61
Figura 13. Campanha Fiscal das Queimadas movimentou as redes sociais	72
Figura 14. Especialistas participaram da Campanha.....	73
Figura 15. Campanhas ganharam repercussão na mídia. Acesso em: https://odia.ig.com.br/nova-iguacu/2025/08/7104391-campanha-recicla-guandu-divulga-pontos-para-descarte-correto-de-residuos.html	74
Figura 16. Matéria publicada em abril pelo jornal atual. Acesse em: https://jornalAtual.com.br/comite-guandu-anuncia-mais-de-r-100-milhoes-em-investimentos-na-rh-ii/	74
Figura 17 - Matéria detalha investimentos deliberados pelo Colegiado. Acesse em: https://diariodorio.com/governo-do-rio-investe-r-116-milhoes-em-seguranca-hidrica-e-saneamento-no-guandu/ . 75	75
Figura 18. Dados do site do CBH Guandu em 2024. https://comiteguandu.org.br/	75
Figura 19 - Redes sociais contribuem para encortar o espaço entre o sistema de gestão e a Sociedade.....	76
Figura 20 - A revista anual compila as principais ações no território. Acesse em: https://drive.google.com/file/d/1y2u-ZYGxbVgHZF0B4PGMIUZBMZekyPII/view	76
Figura 21 - As publicações estão disponíveis em: https://comiteguandu.org.br/publicacoes-newsletter/	77



LISTA DE FOTOS

Foto 1. Evento de aniversário do Comitê Guandu, realizado no Palácio Guanabara, em 4 de abril de 2025.	28
Foto 2. Entrega do Plano Diretor Florestal da RH II, durante o evento de aniversário do Comitê Guandu, realizado no Palácio Guanabara, em 4 de abril de 2025.	29
Foto 3. Reunião do CBH BIG no acompanhamento do projeto Bacia Escola	29
Foto 4. Os banheiro e o sistema de esgotamento já estão em construção.	51
Foto 5. Sanear na Ilha Grande exigiu transporte marítimo de materiais e mão de obra.	52
Foto 6. Soluções são instaladas sem custos aos moradores	53
Foto 7. Apresentação de pesquisadores integrantes do projeto Bacia Escola.	54
Foto 8. O Presidente do CBH BIG, Luis Paulo Nascimento, no II CIRSOL – Congresso Internacional de Resíduos Sólidos, realizado em Brasília (DF).	58
Foto 9. Membros do CBH BIG no 26º ENCOB realizado em Vitória, em setembro de 2025	59
Foto 10. Governador Cláudio Castro no aniversário do Comitê Guandu-RJ, realizado em 4 de abril de 2025 no Palácio Guanabara.	62
Foto 11. O Secretário de Estado do Ambiente, Bernardo Rossi, e o Diretor-Geral do Comitê Guandu-RJ, Elton Abel, no lançamento da Revista Guandu 2025, durante a Cerimônia do aniversário.	63
Foto 12. Mobilização Social do programa Sanear Guandu em Rio Claro/RJ	64
Foto 13. Obras do Sanear Guandu II em Apropal, localidade do município de Miguel Pereira/RJ	65
Foto 14. Cristiane Siqueira, diretora de restauração ambiental do Comitê Guandu-RJ no evento de pagamento dos produtores da modalidade “conversão produtiva” do PAF em Miguel Pereira/RJ	66
Foto 15. Diretores do Colegiado e a Coordenação dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental e da Juventude, com os jovens participantes do concurso Cine Guandu-RJ, durante premiação no Prêmio Jovem Água de Estocolmo, no Rio de Janeiro/RJ	67
Foto 16. Treinamento das brigadas de combate a incêndios Florestais da RH II, realizada pela Operação Fumaça Zero, promovida pelo Comitê Guandu-RJ	68
Foto 17. Membros do Comitê Guandu-RJ no estande "RJ: tecendo rios e redes", dos Comitês Fluminenses, durante o 26º ENCOB em Vitória/ES.	69
Foto 18. Apresentação do PAF na COP 30 em Belém/PA	70
Foto 19. Apresentação do Sanear Guandu na COP 30 em Belém/PA	70
Foto 20. Estande "Confluência das Águas", com participação do Comitê Guandu-RJ, na COP 30	71



INFORMAÇÕES GERAIS

Dados Gerais de Identificação

Razão Social

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)

Natureza Jurídica

Associação civil de direito privado com fins não econômicos

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

05.422.000/0001-01

Vinculação

Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Contrato de Gestão INEA nº 068/2022

Normas de criação e finalidade

A AGEVAP, associação civil de direito privado com fins não econômicos, foi criada em 2002 e tem por finalidade dar apoio técnico, administrativo e operacional à gestão dos recursos hídricos na sua área de atuação.

A AGEVAP é regida pelas normas constantes de seu Estatuto Social e Regimento Interno. As versões iniciais e as suas alterações são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Informações sobre o Estatuto Social e Regimento Interno da AGEVAP

Estatuto Social		Regimento Interno	
Fundação da AGEVAP	20 de junho de 2002	Inicial	31 de março de 2004
1ª alteração	13 de agosto de 2004	1ª alteração	29 de abril de 2005
2ª alteração	23 de novembro de 2004	2ª alteração	16 de setembro de 2009
3ª alteração	30 de março de 2009	3ª alteração	12 de maio de 2010
4ª alteração	12 de maio de 2010	4ª alteração	16 de agosto de 2011
5ª alteração	16 de agosto de 2011		
6ª alteração	11 de dezembro de 2014		
7ª alteração	27 de janeiro de 2016		
8ª alteração	06 de novembro de 2019		
9ª alteração	17 de setembro de 2020		
9ª alteração (rerraticado)	13 de outubro de 2020		
10ª alteração	20 de outubro de 2020		

	Estatuto Social	Regimento Interno
11ª alteração	20 de outubro de 2022	
12ª alteração	30 de março de 2023	
13ª alteração	21 de março de 2024	
14ª alteração	24 de abril de 2025	

Utilidade Pública

Municipal

A Câmara Municipal de Resende, município do Estado do Rio de Janeiro, concedeu à AGEVAP o título de Utilidade Pública Municipal por meio da Resolução nº 4.551, de 17 de novembro de 2009.

Estadual

O governo do Estado do Rio de Janeiro sancionou, em 17 de março de 2011, a Lei Estadual nº 5.916, que declara a AGEVAP como Utilidade Pública Estadual.

Objeto do Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão tem por objeto o alcance, pela AGEVAP, das metas constantes no Programa de Trabalho, Anexo II do Contrato de Gestão INEA 068/2022, no exercício de funções de competência da Agência de Água nas Regiões Hidrográficas I e II do estado do Rio de Janeiro.

Essas Regiões foram definidas pela Resolução nº 107 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ), sendo RH I – Baía da Ilha Grande e RH II – Guandu.



INDICADORES DE DESEMPENHO

A execução das obrigações previstas no Contrato de Gestão é aferida por um conjunto de metas a serem alcançadas pela AGEVAP, cujos resultados são mensurados por indicadores de desempenho constantes do Programa de Trabalho, Anexo II do Contrato de Gestão.

Os indicadores avaliados estão descritos a seguir.

Indicador 1

Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias

A Entidade Delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do Comitê.

O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do COMITÊ e de suas instâncias a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.

Fórmula de cálculo:

$$\text{Indicador 1} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de eventos e de reuniões realizados no período}}{\text{N}^{\circ} \text{ total de eventos e de reuniões planejados no período}} \times 100$$

Indicador 2

Nível de atendimento pela Entidade Delegatária aos encaminhamentos requeridos pelo Comitê e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades

A Entidade Delegatária deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do Comitê e de suas instâncias, e organizar a 'Ordem do Dia', secretariar, assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do Comitê e de suas instâncias.



Fórmula de cálculo:

$$\text{Indicador 2} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de encaminhamentos atendidos no período}}{\text{N}^{\circ} \text{ de encaminhamentos requeridos no período}} \times 100$$

Indicador 3

Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo Comitê, prevista(s) no PAP e na PAAD

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no Plano de Aplicação Plurianual – PAP e na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD, aprovados pelo Comitê.

Fórmula de cálculo:

Matriz com ação(ões) priorizada(s) e meta(s) aprovada(s) pelo COMITÊ Anos seguintes:

$$\text{Indicador 3} = \frac{\% \text{ de avanço físico realizado no período}}{\% \text{ de avanço físico previsto no período}} \times 100$$

Indicador 4

Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo Comitê.

Fórmula de cálculo:

$$\text{Indicador 4} = \frac{\text{Recurso comprometido em ações finalísticas no período (R\$)}}{\text{Valor disponível no período (R\$)}} \times 100$$



Indicador 5

Índice de recursos comprometidos totais

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo Órgão Gestor, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo Comitê.

Fórmula de cálculo:

$$\text{Indicador 5} = \frac{\text{Recursos comprometidos totais no período (R\$)}}{\text{Valor disponível no período (R\$)}} \times 100$$

Indicador 6

Taxa de administração real da Entidade Delegatária

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo Órgão Gestor, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo Comitê.

Fórmula de cálculo:

$$\text{Indicador 6} = \frac{\text{Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$)}}{\text{Recurso comprometido total no período (R\$)}} \times 100$$

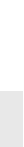
Indicador 7

Índice de atendimento às recomendações da CACG

A Entidade Delegatária deverá atender as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, que considerará os relatórios elaborados pelos Grupos de Acompanhamento dos Comitês (GACG) e a Comissão Interna de Acompanhamento do INEA (CIA).

Fórmula de cálculo:

$$\text{Indicador 7} = \frac{\text{Nº de recomendações atendidas pela delegatária}}{\text{Nº de recomendações solicitadas pela CACG}} \times 100$$



METAS DO PROGRAMA DE TRABALHO

O atendimento aos indicadores é mensurado através de metas também estipuladas no Programa de Trabalho, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Metas para cumprimento do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 para o ano de 2025

Indicador	Descrição	Peso	Avaliação	Meta
Indicador 1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias	1	Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	90% - 110%
Indicador 2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades	1	Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	90%
Indicador 3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD.	1	Ano 3: % de avanço físico realizado no período/% de avanço físico previsto no período x100	100%
Indicador 4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%)	2	Recurso comprometido em ações finalísticas no período / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	35%
Indicador 5	Índice de recursos comprometidos totais (%)	2	Recursos comprometidos totais / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	40%
Indicador 6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA	2	Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / Recurso comprometido total no período (R\$) x 100	20%
Indicador 7	Índice de atendimento às recomendações da CACG	1	Número de recomendações atendidas pela entidade delegatária / número de recomendações solicitadas pela CACG x 100	100%



FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS E CONCEITOS

A apuração dos resultados a serem apresentados em cada período e para cada critério de avaliação dos indicadores de desempenho seguirá uma lógica de ponderação para a conversão do valor obtido na nota correspondente conforme demonstrado a seguir:

- Nota parcial do indicador (NP) = a ser calculada conforme indicador
- Nota final do indicador (NF) = Peso do indicador x Nota parcial do indicador (NP)
- Nota geral (NG) = Somatório das notas finais dos indicadores / Somatório dos pesos dos indicadores

Os indicadores serão atribuídos de notas parciais e finais considerando as respectivas fórmulas de cálculo e critérios a seguir, definidos conforme as metas a serem atingidas. Os critérios para cálculo da nota parcial (NP) de cada indicador, em 2025, se encontram na Tabela 3.

Tabela 3. Critérios e pontuações para cálculos das notas parciais (NP) dos Indicadores

Indicador	Cálculo da nota parcial (NP)	
	Critério	Pontuação
Indicador 1	Índice entre 90% e 110%	10,0
	Índice < 90% ou > 110%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 2	Índice igual ou maior a 90%	10,0
	Índice < 90%?	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 3	Cumprimento total da meta para o ano 3	10,0
	Cumprimento parcial da meta para o ano 3	Pontuação proporcional linear decrescente
	Não cumprimento da meta para o ano 3	0
Indicador 4	Índice igual ou maior a 35%	10,0
	Índice < 35%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 5	Índice igual ou maior a 40%	10,0
	Índice < 40%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 6	Índice igual ou menor a 25%	10,0
	Índice > 25%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 7	Índice igual a 100%	10,0
	Índice < 100%	Pontuação proporcional linear decrescente



A nota geral, ou seja, o valor do desempenho agregado consistirá no resultado da avaliação quanto ao cumprimento do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão.

O valor numérico da nota geral (NG), por fim, será traduzido para uma escala qualitativa e, dessa forma, mostrará o grau de atendimento das metas pactuadas e, conseqüentemente, o cumprimento do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão. Os graus de desempenho correspondentes às notas gerais são mostrados na Tabela 4.

Tabela 4. Grau qualitativo de desempenho

Nota Geral (NG)	Grau de Desempenho
nota geral \geq 9	Desempenho ótimo
$7 \leq$ nota geral $<$ 9	Desempenho bom
$5 \leq$ nota geral $<$ 7	Desempenho regular
nota geral $<$ 5	Desempenho insatisfatório

OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande

Aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro – CERHI/RJ, em 2002, e criado pelo Decreto Estadual nº 43.226/2011, cuja redação foi atualizada pelo Decreto Estadual nº 45.459/2015, o Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande foi instalado no município de Angra dos Reis/RJ.

A área de atuação do Comitê compreende a Região Hidrográfica I e abrange 3 (três) municípios, sendo: Angra dos Reis e Paraty (totalmente abrangidos), além de Mangaratiba (parcialmente abrangido), como mostra o mapa 1.

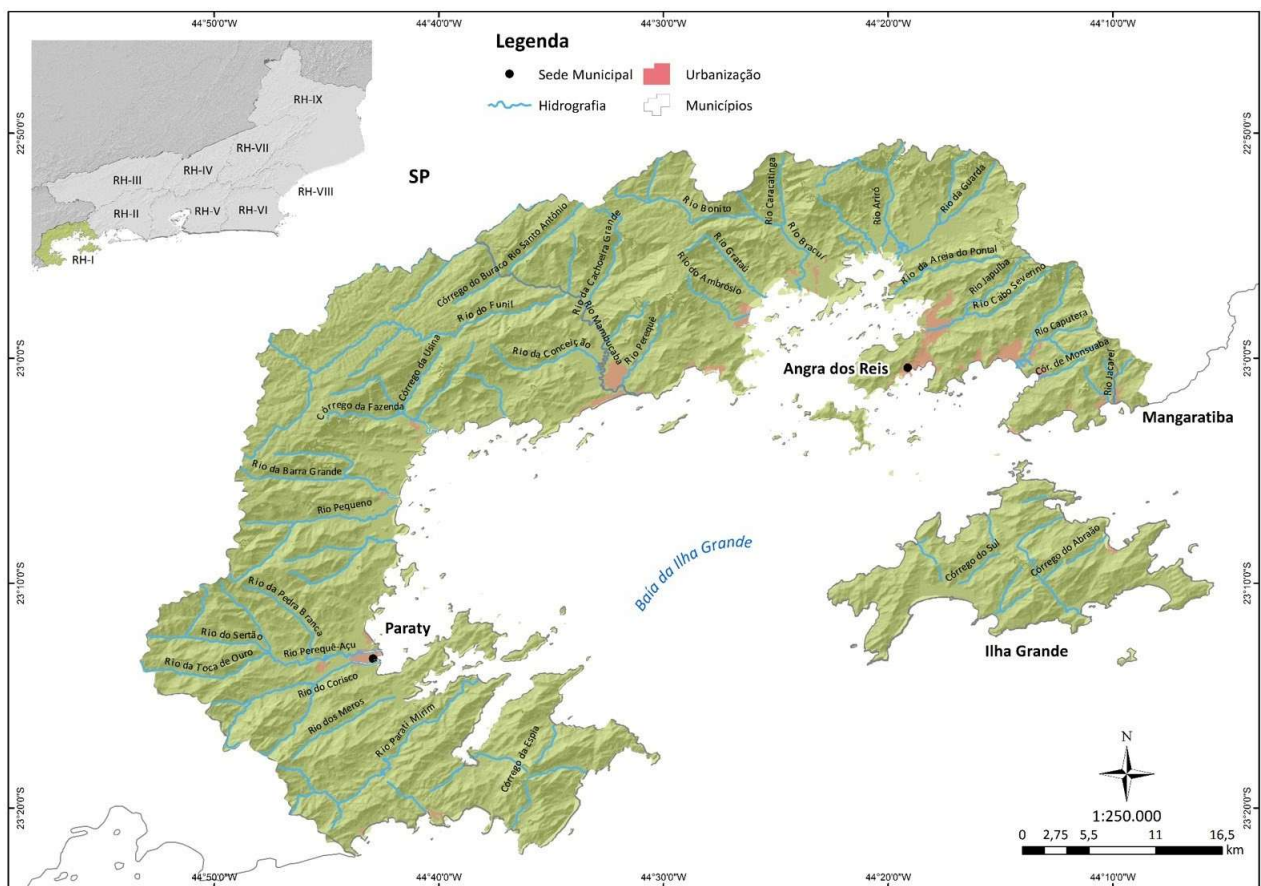


Figura 1. Região Hidrográfica I - Bacia da Ilha Grande

Essa região hidrográfica tem a característica de ser formada por bacias costeiras, é um território marcado por diversos conflitos pelo uso dos recursos naturais. Possui grande



diversidade em sua base econômica, dividindo-se em indústrias de grande a pequeno porte, agropecuária, pesca, turismo, serviços, entre outros segmentos.

É uma área que possui um forte apelo ambiental e está inserida no Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Bocaina. A presença de diversas Unidades de Conservação e a declividade fazem da Região Hidrográfica I a que possui maior porcentagem de cobertura florestal, com diversos rios e nascentes preservados, além de possuir ecossistemas de manguezais e outros continentais, costeiros e marinhos, ricos em biodiversidade.

Esta área abriga ainda uma grande diversidade cultural, habitada por Comunidades Tradicionais, como Indígenas, Caiçaras e Quilombolas o que torna a região uma área rica em cultura tradicional.

O apoio técnico e administrativo ao Comitê é realizado por profissionais da sede da AGEVAP, em Resende/RJ, e ainda, por profissionais dedicados exclusivamente ao Comitê, alocados na Unidade Descentralizada 8 (UD 8) localizada na cidade de Angra dos Reis/RJ, situada à Estrada do Marinas, N° 111, casa 12, no bairro Marinas.

Além de presencial, o atendimento aos membros do Comitê e ao público em geral também é realizado através do telefone (24) 3377-6590 e (24) 99229-1888 (*WhatsApp*), redes sociais, do e-mail: cbhbig@gmail.com e da página eletrônica <http://www.cbhbig.org.br/>.

Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim

Aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro – CERHI/RJ, em 2002, e criado pelo Decreto Estadual nº 31.178, de 3 de abril de 2002, cuja redação foi atualizada pelo Decreto Estadual nº 45.463/2015, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim foi instalado no município de Seropédica/RJ.

A área de atuação do Comitê compreende a Região Hidrográfica II e abrange 15 (quinze) municípios, sendo: Itaguaí, Seropédica, Queimados, Engenheiro Paulo de Frontin, Japeri e Paracambi (totalmente abrangidos), além de Mangaratiba, Miguel Pereira, Vassouras,



Barra do Pirai, Mendes, Nova Iguaçu, Pirai, Rio Claro e Rio de Janeiro (parcialmente abrangidos), como mostra a Figura 2.

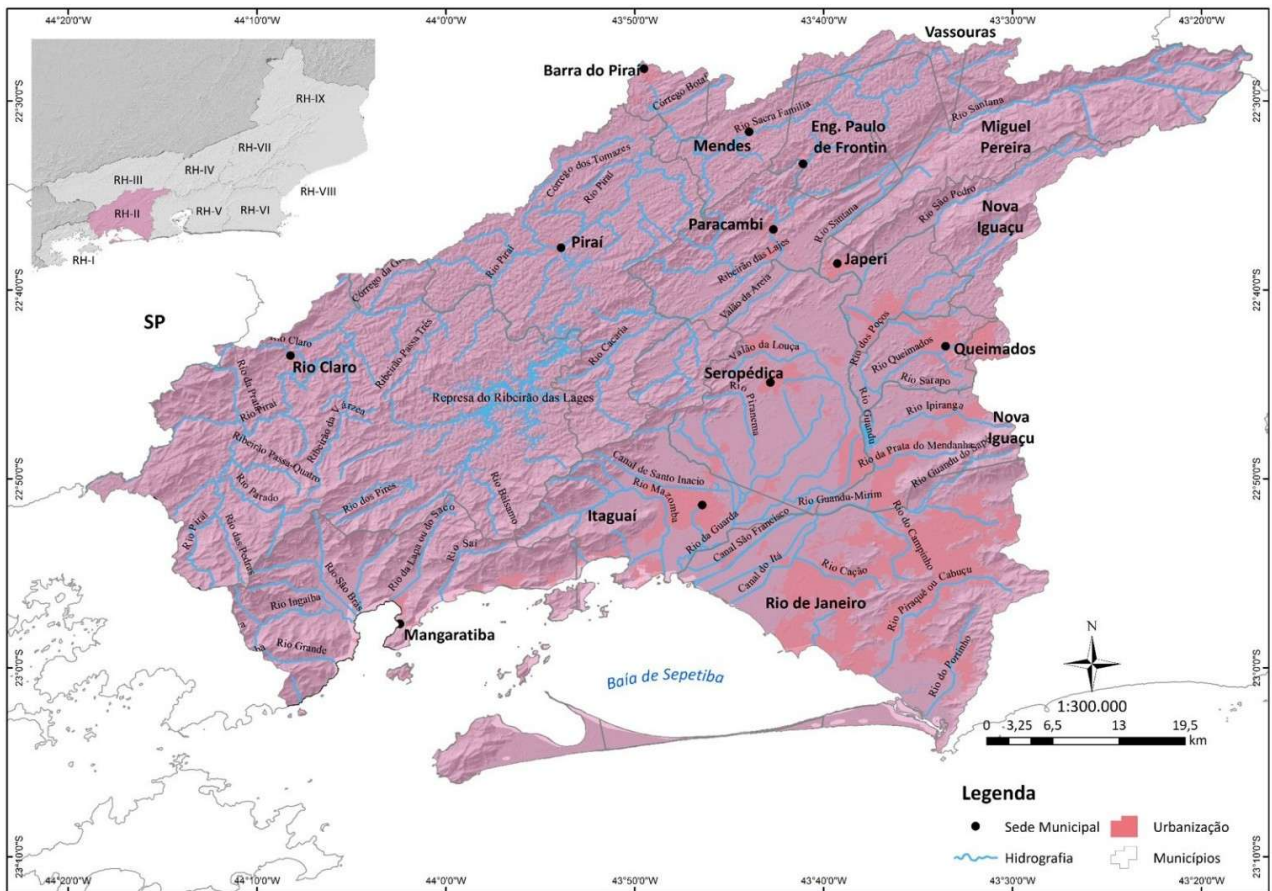


Figura 2. Região Hidrográfica II - Bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim

Compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, as nascentes do Ribeirão das Lajes, as águas desviadas dos rios Paraíba do Sul e Pirai, os afluentes ao ribeirão das Lajes, ao rio Guandu e ao canal de São Francisco, até a sua desembocadura na Baía de Sepetiba, bem como as Bacias Hidrográficas dos Rios da Guarda e Guandu-Mirim.

Devido à vinculação hídrica entre as bacias do Guandu e do Paraíba do Sul, em virtude da transposição para geração de energia e abastecimento da população da região metropolitana do Rio de Janeiro, tais bacias têm forte conexão e questões relevantes a serem negociadas e debatidas por seus atores.

O apoio técnico e administrativo ao Comitê é realizado por profissionais da sede da AGEVAP, em Resende/RJ, e ainda, por profissionais dedicados exclusivamente ao Comitê Guandu, alocados na Unidade Descentralizada 6 (UD 6) localizada na cidade de



Seropédica/RJ, situada à Avenida Ministro Fernando Costa, nº 775, Salas 203 e 205, no bairro Fazenda Caxias.

Além de presencial, o atendimento aos membros do Comitê e ao público em geral também é realizado através do telefone (24) 98855-0814 (*WhatsApp*), redes sociais, do e-mail: guandu@agevap.org.br e da página eletrônica <http://www.comiteguandu.org.br/>.



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

INDICADOR 1 – NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO

Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias.

Previsto – Indicador 1

A Entidade Delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do Comitê.

O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do COMITÊ e de suas instâncias, a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.

Deverão ser cumpridos de 90% a 110% das reuniões e eventos planejados para o exercício.

Resultado – Indicador 1

O Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande aprovou a Resolução CBH-BIG N° 39/2024 de 10 de Dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para o ano de 2025. Já o Comitê Guandu aprovou a Resolução COMITÊ GUANDU N°193, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para o ano de 2025. As programações estabeleceram a quantidade de reuniões e eventos a serem realizados e secretariados pela AGEVAP. No CBH Baía da Ilha Grande, foram realizadas 100% das reuniões/eventos previstas. No CBH Guandu foram realizadas 106% das reuniões/eventos previstas. O percentual justifica-se pelas inúmeras tentativas de realização das reuniões do Grupo de Trabalho da Juventude. Foram realizadas seis reuniões, todas sem quórum, como consta as atas/comprovantes, 50% a mais do que o planejado. Além disso, foram realizadas reuniões extraordinárias acima do previsto no planejamento realizado com o Colegiado. Mesmo com o acréscimo, o planejamento nos CBHs continuou dentro da margem estabelecida no Contrato de Gestão, que traz como a meta a realização de 90% à 110% das reuniões e eventos previstos para o indicador 1.



A seguir, a Tabela 5 traz os quantitativos de reuniões e eventos previstos e realizados:

Tabela 5. Indicador 1: Nível de organização do planejamento anual de atividades - CG 68/2022

RH	Nº total de eventos e de reuniões planejados no período	Nº total de eventos e de reuniões realizados no período	Nível de organização do PAAD
I	22	22	100%
II	67	71	106%
CG	89	93	104%

O detalhamento das reuniões com informações sobre data, instância e o devido registro estão disponíveis no anexo I deste relatório. Ainda no anexo, os comprovantes (atas) da realização das reuniões, ou outros, quando eventos.

Grau de Alcance



META ATINGIDA



Foto 1. Evento de aniversário do Comitê Guandu, realizado no Palácio Guanabara, em 4 de abril de 2025.



Foto 2. Entrega do Plano Diretor Florestal da RH II, durante o evento de aniversário do Comitê Guandu, realizado no Palácio Guanabara, em 4 de abril de 2025.



Foto 3. Reunião do CBH BIG no acompanhamento do projeto Bacia Escola



INDICADOR 2 – NÍVEL DE ATENDIMENTO AOS ENCAMINHAMENTOS

Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades.

Previsto – Indicador 2

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do COMITÊ e de suas instâncias; e organizar a ‘Ordem do Dia’, secretariar, assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do COMITÊ e de suas instâncias. A meta para o terceiro ano é de 90%.

Resultado – Indicador 2

A Delegatária alcançou o índice de 100% no CBH Baía de Ilha Grande e no CBH Guandu. A seguir, a Tabela 6 traz os quantitativos de encaminhamentos solicitados e atendidos, cuja planilha com os registros detalhados está disponível no Anexo II, bem como os comprovantes de atendimento.

Tabela 6. Indicador 2: nível de atendimento pela AGEVAP aos encaminhamentos requeridos pelos COMITÊS - CG 68/2022

RH	Nº de encaminhamentos solicitados	Nº de encaminhamentos atendidos	Nível de atendimento pela Entidade Delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo Comitê
I	42	42	100%
II	71	71	100%
CG	113	113	100%

Grau de Alcance



META ATINGIDA



INDICADOR 3 – ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA DE AÇÕES PRIORIZADAS

Índice de Execução Física de Ações Priorizadas pelos Comitês.

Previsto – Indicador 3

A AGEVAP deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no Plano de Aplicação Plurianual – PAP e na Programação Anual de Atividades e Desembolso - PAAD, aprovados pelo COMITÊ. Para o ano 1 deverá ser aprovado documento formal resultante da reunião plenária do COMITÊ (deliberação, ata etc.), com a priorização da(s) ação(ões), o cronograma físico da(s) respectiva(s) ação(ões) e as metas a serem pactuadas para os anos seguintes até a vigência do contrato de gestão.

Resultado – Indicador 3

Foi aprovado pelo CBH Baía da Ilha Grande no dia 15 de dezembro de 2023, durante a 73ª Reunião Ordinária do Plenário, a [Resolução CBH BIG Nº 34/2023](#) que dispõe sobre a aprovação dos percentuais a serem alcançados pela Ação Estratégica da Região Hidrográfica I, referente ao Indicador 3 – Índice de execução física de ação priorizada pelo COMITÊ, prevista no PAP e na PAAD, conforme Contrato de Gestão INEA nº 68/2022. A resolução estabeleceu a ação estratégica e os percentuais a serem alcançados até 2027.

A ação prioritária definida pelo Colegiado, constante no Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos, está especificada no anexo I da resolução supracitada, sendo a que segue:

Tabela 7. Ação estratégica estabelecida pelo CBH BIG, de acordo com o programa, metas e ações do PRH-BIG

Ação:	8.1.3 – Comunicação e Mobilização do CBH-BIG
Subprograma:	8.1 – Educação e comunicação
Programa:	8 – Programa de Educação e Comunicação
Macrodiretriz	Empoderamento, Cooperação e Gestão
Meta:	Plano de comunicação e mobilização elaborado e revisado a cada 5 anos
Orçamento	R\$ 3.690.424,00

A resolução estabelece ainda as metas de execução da atividade, da forma que segue:



Tabela 8. Metas do Indicador 3 - CBH BIG

Atividade	Percentual anual
2025	
Execução física de 100% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	35%
Assinar termo aditivo de renovação contratual para o 2º ano	30%
Execução física de 40% do 2º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	35%
2025 (%)	100%

No dia 11 de setembro de 2024 foi realizada a contratação de empresa supracitada, através do Contrato N° 4.103.086.1.01.033.00.2024, de maneira a atender o comitê atualizando o seu plano de comunicação com ênfase em educação ambiental e fortalecimento e o posicionamento institucional e divulgação para a sociedade da importância da gestão participativa e do Comitê, bem como informar e divulgar ao público o papel e o seu trabalho; estimular a sociedade para a adoção das boas práticas relativas à utilização e conservação dos recursos hídricos; estimular o interesse de instituições da região em participar no Comitê, visando também a complementação de seu quadro de titulares e suplentes, estimular o interesse do público em participar da gestão dos recursos hídricos e, levantar e estruturar campanhas e ações de conscientização e educação ambiental.

O êxito alcançado nos primeiros 12 meses de contrato, concluindo o percentual da primeira submeta, aliado à qualidade e à relevância do novo Plano de Trabalho apresentado para o próximo ciclo, foram fatores determinantes para a decisão de renovação da parceria. Dessa forma, ainda dentro do prazo vigente, iniciou-se o processo formal através da elaboração do 1º Termo Aditivo.

Em 2025, teve início oficial a nova fase de execução das ações de comunicação do CBH-BIG, dando seguimento integral ao escopo estratégico aprovado, que detalha os produtos (podcast, revista e campanha de educação ambiental) conforme descrito anteriormente.

Ao final de 2025, foram implementados/executados 53% do previsto para o projeto e a contratação, de acordo com a Ficha SIGA:



PAP Online

Relatório de Ficha do Projeto

Projeto: **Comunicação BIG 2024**
 Processo: **086/2024 - BIG**
 Gestor(es): **Matheus Miguel**

SINTESE DO PROJETO



PAP - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

Baía de Ilha Grande
Componente: 8. Programa de educação e comunicação (BIG)
Subcomponente: 8.1 Educação e comunicação (BIG)
Programa: 8.1.3 Comunicação e mobilização do CBH-BIG (BIG)

Baía de Ilha Grande
Componente: 8. Programa de educação e comunicação (BIG)
Subcomponente: 8.1 Educação e comunicação (BIG)
Programa: 8.1.5 Conscientização ambiental (BIG)

Figura 3. Ficha SIGA - Contratação dos serviços de Comunicação com ênfase em Educação Ambiental do CBH BIG

Portanto, o **resultado alcançado do indicador 3 na RH I, CBH BIG**, é o que segue:

Tabela 9. Percentuais estabelecidos e alcançados, referente ao indicador 3, no CBH BIG-RJ

Atividade	Percentual previsto	Percentual atingido
2025		
Execução física de 100% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	35%	35%
Assinar termo aditivo de renovação contratual para o 2º ano	30%	30%
Execução física de 40% do 2º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	35%	35%
	100%	100%

O anexo III deste relatório traz os documentos que demonstram o andamento dos produtos desenvolvidos e apresentados no plano de trabalho, que incluem a produção de um podcast e uma revista, além de uma campanha de educação ambiental.

Para o podcast, foi elaborado e entregue o roteiro completo com a sinopse de cada um dos seus três episódios, que abordam os seguintes temas centrais: apresentando soluções sustentáveis; a relação entre Monitoramento e Proteção dos recursos hídricos; e a Governança da Água, discutindo os modelos de gestão participativa. O estúdio e edição



também foram contratados em 2025, de acordo com o planejamento. As produções vão acontecer no primeiro bimestre de 2026.

O planejamento da revista, com previsão de publicação para 2026, estabeleceu uma linha editorial com tom leve e menos institucional, estratégia que visa aproximar e dialogar simultaneamente com a sociedade, a academia e o Governo. A publicação fará uso de elementos visuais como gráficos, desenhos e imagens que, além de reforçar a importância do trabalho técnico desenvolvido, terão o propósito de humanizar o projeto, tornando seus impactos e agentes mais próximos do leitor.

Por fim, o plano também contempla um Projeto de Educação Ambiental, cujo objetivo principal é integrar os temas da crise hídrica e do saneamento básico nos projetos político-pedagógicos das escolas. A iniciativa busca promover a conscientização e a participação ativa dos alunos, sensibilizando-os sobre a importância fundamental da preservação dos recursos hídricos para a segurança e o desenvolvimento da região.

Já o CBH Guandu aprovou no dia 28 de janeiro de 2025 a Resolução do COMITÊ GUANDU 194/2025, que dispõe sobre a aprovação dos percentuais a serem alcançados pela Ação Estratégica da Região Hidrográfica II, referente ao Indicador 3 – Índice de execução física de ação priorizada pelo COMITÊ, prevista no PAP e na PAAD, conforme Contrato de Gestão INEA no 68/2022.

Tabela 10. Ação estratégica – Comitê Guandu-RJ

Ação:	4.1.2.4 - Implantação de Projetos PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
Programa:	4.1.2 - Restauração e Conservação de Áreas prioritárias para os recursos hídricos
Subagenda:	4.1 - Restauração e conservação
Agenda	4 - Infraestrutura Verde
Metas:	Implantar projetos PSA na RH II a partir do 1º ano até o final da execução do PERH

A resolução prevê, para 2025, a execução das seguintes etapas da elaboração:

Tabela 11. Meta do indicador 3 para 2025 - CBH Guandu

Atividade	Percentual anual	Percentual total
2025		
Abertura de edital de seleção de produtores	20%	7%
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	30%	6%
Elaboração dos Projetos Individuais de Propriedades (PIPs)	30%	6%
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	20%	6%
2025 (%)	100%	25%

As quatro atividades da tabela 11 foram devidamente executadas, conforme informações abaixo:

- Abertura de edital de seleção de produtores: A AGEVAP publicou o Edital de Chamamento 001/2025, em fevereiro de 2025.
- Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021: O Edital 001/2025 resultou em 127 propriedades habilitadas para adesão ao Programa Produtores de Água e Floresta, conforme publicado na página do edital: Resultado Final e Hierarquização das Propostas.
- Elaboração dos Projetos Individuais de Propriedades: Todos os projetos foram elaborados e anexados aos Termos de Ajuste de PSA, celebrado entre a AGEVAP (Pagador) e o proprietário (Provedor). Os documentos estão inseridos nos processos administrativos 237/2025 (projetos de conservação e restauração) e 238/2025 (projetos de conversão produtiva).
- Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1): o Termo de Referência foi elaborado e está inserido no Processo Administrativo 312/2025, seguindo os trâmites para publicação.

Grau de Alcance



META ATINGIDA

INDICADOR 4 – DESEMBOLSO FINALÍSTICO

Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas.

Previsto – Indicador 4

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo COMITÊ.

Neste indicador, são consideradas apenas as ações finalísticas, aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), excluídas as ações de suporte ao



funcionamento do Comitê, custeio administrativo da Entidade Delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.

O recurso comprometido engloba: o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos; e o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela Entidade Delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente.

O recurso disponível engloba o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; o valor repassado, no exercício, à Entidade Delegatária, pelo Órgão Gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e os rendimentos financeiros.

A meta para o terceiro ano é de 35% referente ao recurso disponível no período.

Resultado – Indicador 4

No ano de 2025, a AGEVAP recebeu de repasse do FUNDRHI, referente aos valores arrecadados da Região Hidrográfica I (CBH Baía da Ilha Grande), o valor total de R\$ 1.094.831,02¹ (um milhão, noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e dois centavos). O recurso comprometido em ações finalísticas, previstas no PAP, foi no valor total de R\$ 4.101.027,59 (quatro milhões, cento e um mil, vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos), o que equivale à 46,90% do valor disponível em sua conta. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 35%, a mesma foi atingida.

Em relação aos valores arrecadados da Região Hidrográfica II (CBH Guandu), foram repassados do FUNDRHI R\$ 28.894.035,52² (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Foram comprometidos em ações finalísticas, previstas no PAP, o valor total R\$ 48.641.784,65 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), o que equivale à 19,39% do valor disponível em sua conta. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 35%, a mesma foi parcialmente atingida.

Para efeitos de cálculo de recursos disponível, foram utilizados: o saldo em conta de cada

¹ Para as metas, não são considerados os repasses realizados em dezembro, devido a inexecuibilidade de desembolso. Será considerado no saldo de 2026.

² Para as metas, não são considerados os repasses realizados em dezembro, devido a inexecuibilidade de desembolso. Será considerado no saldo de 2026.



RH em 31/12/2025; os valores arrecadados nas RHs e repassados pelo Órgão Gestor no ano de 2025 via Contrato de Gestão nº 068/2022; e o somatório dos rendimentos mensais das respectivas contas. Os valores mencionados e o total considerado como recurso disponível para desembolso em 2025 se encontram na Tabela 12 a seguir:

Tabela 12. Recurso total disponível

RH	Saldo em caixa de exercícios anteriores (R\$)	Recurso repassado (R\$)	Rendimentos (R\$)	Recurso total disponível (R\$)
I	7.076.330,01	1.094.831,02	573.464,44	8.744.625,47
II	205.790.978,40	28.894.035,52	16.170.405,57	250.855.419,49

Os valores comprometidos em ações finalísticas, previstas nos Planos de Bacia, Planos de Aplicação Plurianual e PAAD, bem como o percentual desse valor considerando o recurso total disponível em 2025, ou seja, o Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%) estão especificados na Tabela 13 a seguir:

Tabela 13. Indicador 4: Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas - CG 68/2022

RH	Valor comprometido em ações finalísticas (R\$)	Recurso total disponível (R\$)	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%)
I	4.101.027,59	8.744.625,47	46,90%
II	48.641.784,65	250.855.419,49	19,39%

Grau de Alcance



META PARCIALMENTE ATINGIDA

Justificativas – Resultado indicador 4

Na RH II, apesar do maior desembolso da série histórica, duas ações seriam as responsáveis pelo desembolso em 2025: o Sanear Guandu e os editais via FAPERJ. Em relação ao Sanear, apesar da contratação no valor R\$ 53 milhões em julho, o desembolso de cerca de R\$ 8,6 milhões foi abaixo do esperado. O primeiro motivo foi a judicialização, por uma das proponentes que perderam o certame, em relação ao lote/bloco 1, o maior contrato (mais de R\$ 20 milhões) que ficou paralizado. Outro fato é a demora das prefeituras



em assinar o Acordo de Cooperação Técnico, documento este que era anexo do edital do programa, da qual os representantes municipais tinham ciência, e até o mês de janeiro, algumas prefeituras ainda não assinaram o instrumento, retardando o início dos trabalhos. Para os editais via FAPERJ havia o planejamento de investimentos na ordem de R\$ 11 milhões, ainda não foram realizadas, pois o processo encontra-se na PGE, em fase final de tramitação.

Esses motivos, somados, ocasionaram os baixos percentuais do indicador na região hidrográfica II.

É válido ressaltar que, mesmo baixo, o desembolso na RH II foi o maior desde a implementação da cobrança no estado do RJ e que, devido ao alto valor em conta, será sempre um desafio alcançar os valores correspondentes aos percentuais previstos nas metas do Contrato de Gestão.

INDICADOR 5 – DESEMBOLSO TOTAL

Índice de recursos comprometidos totais.

Previsto – Indicador 5

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo COMITÊ.

Neste indicador, são consideradas todas as ações, tanto aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), quanto as ações de suporte ao funcionamento do Comitê, custeio administrativo da Entidade Delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.

A meta para o terceiro ano é de 40% referente ao recurso disponível no período.

Resultado – Indicador 5

Em 2025, o desembolso total da RH I foi de R\$ 4.468.040,74 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quarenta reais e setenta e quatro centavos) o que equivale à 51,09% dos R\$ 8.744.625,47 (oito milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte

e cinco reais e quarenta e sete centavos) disponíveis. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 40%, esta foi atingida.

Na RH II, o desembolso total alcançou R\$ 53.256.648,19 (cinquenta e tres milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos), o valor equivale à 21,23% dos R\$ 250.855.419,49 (duzentos e cinquenta milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos) em recursos disponíveis em sua conta. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 40%, esta foi parcialmente atingida.

O total considerado como recurso disponível para desembolso em 2025 foi calculado da mesma forma como para o Indicador 4.

Tabela 14. Recurso total disponível

RH	Saldo em caixa de exercícios anteriores (R\$)	Recurso repassado (R\$)	Rendimentos (R\$)	Recurso total disponível (R\$)
I	7.076.330,01	1.094.831,02	573.464,44	8.744.625,47
II	205.790.978,40	28.894.035,52	16.170.405,57	250.855.419,49

A tabela 15 a seguir o descreve os valores e percentuais do desembolso total.

Tabela 15. Indicador 5: índice de recursos comprometidos total - CG 68/2022

RH	Valor comprometido total (R\$)	Recurso total disponível (R\$)	Índice de desembolso total (%)
I	4.468.040,74	8.744.625,47	51,09%
II	53.256.648,19	250.855.419,49	21,23%

Grau de Alcance



META PARCIALMENTE ATINGIDA

Justificativas – Indicador 5

As justificativas são as que se aplicam ao indicador 4.



HISTÓRICO DE DESEMBOLSO

Apresentamos, a seguir, o histórico de desembolso dos recursos repassados à AGEVAP ao longo do Contrato de Gestão referente a Região Hidrográfica I:

Tabela 16. Histórico de Desembolso da RH I

Período	Repasso AGEVAP (R\$)	Desembolso total no Exercício (R\$)
2017	-	
2018	338.201,47	95.698,98
2019	1.401.440,62	442.495,38
2020	4.682.950,63	456.581,85
2021	1.241.605,69	646.354,70
2022	1.401.707,06	1.645.174,09
2023	849.893,94	2.090.112,41
2024	1.083.422,75	1.179.121,68
2025	1.094.831,02	4.468.040,74
Total:	12.094.053,18	11.023.579,83

Abaixo, o histórico de desembolso dos recursos repassados à AGEVAP ao longo do Contrato de Gestão referente a Região Hidrográfica II:

Tabela 17. Histórico de Desembolso da RH II

Período	Repasso AGEVAP (R\$)	Desembolso total no Exercício (R\$)
2010	711.957,32	4.487,03
2011	1.618.345,26	904.485,00
2012	5.091.962,05	1.378.259,20
2013	6.438.831,50	1.952.049,57
2014	2.793.581,17	2.691.854,07
2015	6.186.101,88	3.513.186,45
2016	801.030,15	5.097.118,99
2017	15.932.775,98	5.464.033,81
2018	23.725.917,59	3.478.712,68
2019	4.295.044,66	19.574.635,88
2020	82.811.746,57	6.332.350,12
2021	32.042.676,93	14.124.398,99
2022	12.976.905,43	27.412.871,21
2023	23.705.403,60	33.793.267,83
2024	64.122.604,26	37.547.937,48
2025	28.894.035,52	53.256.648,19
Total:	312.148.919,87	216.526.296,50



INDICADOR 6 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DELEGATÁRIA

Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA.

Previsto – Indicador 6

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo COMITÊ.

Neste indicador, é considerado o valor apropriado como custeio desembolsado e o recurso comprometido total no período. Como valor comprometido, são consideradas todas as ações, tanto aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), quanto as ações de suporte ao funcionamento do Comitê, custeio administrativo da Entidade Delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.

O recurso comprometido engloba: o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos; e o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela Entidade Delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente.

A meta para o terceiro ano é de 20%.

Resultado – Indicador 6

No exercício de 2025, houve uma alteração na metodologia aplicada ao Plano Orçamentário Anual – POA da AGEVAP. Essa mudança implicou na reclassificação de determinadas despesas que, em exercícios anteriores, eram alocadas e custeadas por meio de Programas e Projetos dos Comitês, e que passaram, neste exercício, a serem custeadas diretamente pelo POA.

Dessa forma, segregamos as receitas em duas categorias, sendo:

- Custeio do Contrato de Gestão: contempla as receitas provenientes da cobrança pelo uso da água das RHs, da CFURH-CUTE (valores repassados à Agência conforme a Resolução CERHI-RJ nº 265/2022) e da CFURH-INEA, referente à



compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

- Suplementação de Custeio dos Comitês: compreende receitas de cobrança dos Comitês decorrentes da alteração metodológica já mencionada.

Dito isso, as informações de custeio serão apresentadas de forma segregada, de acordo com as respectivas receitas.

Os valores totais apropriados como custeio (CFURH e Cobrança), os valores comprometidos totais e a Taxa de administração real da Entidade Delegatária (%) de cada RH, bem como a consolidação para o Contrato de Gestão, se encontram na Tabela 18.

A taxa de administração da AGEVAP em 2025, em relação a Região Hidrográfica I (CBH Baía da Ilha Grande) foi de 5,79%, e tendo em vista que a meta para esse ano é 20%, esta foi atingida.

Já a taxa de administração da AGEVAP em 2025, em relação a Região Hidrográfica II (CBH Guandu) foi de 8,29%, e tendo em vista que a meta para esse ano é 20%, esta foi considerada atingida.

Tabela 18. Indicador 6: taxa de administração real da Entidade Delegatária - CG 68/2022

RH	Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$)			Valor comprometido em ações finalísticas e de custeio (R\$)	Taxa de administração real da Entidade Delegatária (%)
	CFURH	Cobrança	Total		
I	194.942,21	63.686,29	258.628,50	4.468.040,74	5,79%
II	0,00	4.417.068,35	4.417.068,35	53.256.648,19	8,29%
CG	194.942,21	4.480.754,64	4.675.696,85	57.724.688,93	14,08%

Ressalta-se que o valor apropriado como custeio na Região Hidrográfica I, CBH BIG, é formado pela soma dos valores deliberados na PAAD (Resolução CBH BIG 35/2023) na ordem de R\$ 97.661,62 (noventa e sete mil e seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos), e os valores da CFURH, definidos pela Resolução CERHI/RJ N° 286 DE 11/12/2024, que estabelece um limite de R\$ 310.227,26 (trezentos e dez mil e duzentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) para a RH I.



As planilhas com os detalhamentos financeiros, inclusive por projeto, é o anexo IV deste relatório.

Grau de Alcance



META ATINGIDA

INDICADOR 7 – ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DA CACG

Índice de atendimento às recomendações da CACG.

Previsto – Indicador 7

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá atender as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, que considerará os relatórios elaborados pelos Grupos de Acompanhamento dos Comitês (GACG) e a Comissão Interna de Acompanhamento do INEA (CIA)

Resultado – Indicador 7

Foi realizada uma reunião com a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão no dia 18 de julho de 2025, referente ao relatório de 2024, como consta no processo administrativo SEI-070002/002462/2025. Importante destacar que todas as recomendações foram seguidas ainda no relatório de 2024, enviado ao Órgão Gestor no dia 4 de agosto de 2025, de acordo com o comprovante eletrônico 3ddce138-3c5b-48b4-9e9e-f61d614c18b9 e com a Carta Geragua n° 61/2025, encaminhada em 06/01/2026, juntamente com o Relatório de Avaliação Final do Contrato de Gestão 068/2022, referente ao 2º ano (2024).

Toda as retificações foram realizadas e as recomendações seguidas também no relatório de 2025, a saber:



Tabela 19. Atendimento as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão – CG INEA 068/2022

Nº de recomendações solicitadas	4
Nº de recomendações atendidas	4

#	Descrição da recomendação solicitada	Status da solicitação	Informações sobre atendimento ou não da solicitação
1	Indicador I e II: Conforme recomendação do ano anterior a CA solicita que, para o próximo ano, sejam anexadas cópias ao relatório dos documentos elaborados.	Atendido	Atas e demais documentos comprobatórios estão anexas a este relatório.
2	Indicadores IV, V e VI: a CA solicita que seja feito o previsto no anexo II, indicador 4, alínea b, item ii, do programa de trabalho do contrato, com a apresentação do modelo do relatório e posterior aprovação pelo Órgão Gestor.	Atendido	Os modelos foram enviados através da Carta nº167/2025/DI-AGEVAP. A GERAGUA/INEA respondeu a proposição através da CARTA GERAGUA Nº 039/2025, em 22 de agosto de 2025, onde estabeleceu modelo para o anexo/detalhamento dos indicadores 4, 5 e 6, partindo do modelo proposta pela delegatária, que está sendo utilizado neste relatório.
3	Indicadores IV e V: a CA recomenda que, para os próximos anos, a delegatária atue de forma mais propositiva e proativa junto aos comitês a fim de buscar o alcance total da meta de desembolso dos recursos.	Atendido	A AGEVAP tem se pautado no modelo de proatividade em busca de melhores resultados. Válido lembrar que o Sanear Esgotamento (Guandu e BIG) e o Sanear Resíduos Sólidos (Guandu), inclusive seus editais, são propostas da própria AGEVAP, dentre outras ações. Além disso, vem propondo instrumentos de planejamento que visem/preconizem maior efetividade dos investimentos.
4	A CA pede que, para os próximos anos, sejam atendidas todas as recomendações apresentadas.	Atendido	As recomendações foram atendidas no relatório do ano, reenviado retificado em 4 de agosto de 2025. Além disso, seguiu as recomendações neste relatório referente a 2025.

Grau de Alcance



META ATINGIDA

NOTA FINAL POR INDICADOR

Os indicadores que constam do Programa de Trabalho, bem como a pontuação obtida pela AGEVAP são apresentados nas Tabelas a seguir:

Tabela 20. Plano de Trabalho

Indicador	Descrição	Peso	Avaliação	Meta
Indicador 1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias	1	Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	90% - 110%
Indicador 2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades	1	Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	90%
Indicador 3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD.	1	Ano 3: % de avanço físico realizado no período/% de avanço físico previsto no período x100	100%
Indicador 4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%)	2	Recurso comprometido em ações finalísticas no período / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	35%
Indicador 5	Índice de recursos comprometidos totais (%)	2	Recursos comprometidos totais / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	40%
Indicador 6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA	2	Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / Recurso comprometido total no período (R\$) x 100	20%
Indicador 7	Índice de atendimento às recomendações da CACG	1	Número de recomendações atendidas pela entidade delegatária / número de recomendações solicitadas pela CACG x 100	100%



Resultado RH I – CBH Baía da Ilha Grande

Tabela 21. Resultado da RH I – CBH Baía da Ilha Grande

Indicador	Descrição	Peso	Meta Ano 3	Índice obtido	Nota
1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias (%) Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	1	90 - 110%	110%	10,0
2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades (%) Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	1	90%	100%	10,0
3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD (%) Ano 1: Matriz com ação(ões) priorizada(s) e meta(s) aprovada(s) pelo COMITÊ	1	100%	100,0%	10,0
4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%) Recurso comprometido em ações finalísticas no período / valor disponível no período x 100	2	35%	46,90%	20,0
5	Índice de recursos comprometidos totais (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	2	40%	51,09%	20,0
6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA (%) Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / recurso comprometido total no período (R\$) x 100	2	20%	5,79%	20,0
7	Índice de atendimento às recomendações da CACG (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	1	100%	100,0%	10,0



Resultado RH II – CBH Guandu

Tabela 22. Resultado da RH II – CBH Guandu

Indicador	Descrição	Peso	Meta Ano 3	Índice obtido	Nota
1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias (%) Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	1	90 - 110%	106%	10,0
2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades (%) Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	1	90%	100%	10,0
3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD (%) Ano 1: Matriz com ação(ões) priorizada(s) e meta(s) aprovada(s) pelo COMITÊ	1	100%	100,0%	10,0
4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%) Recurso comprometido em ações finalísticas no período / valor disponível no período x 100	2	35%	19,39%	11,1
5	Índice de recursos comprometidos totais (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	2	40%	21,23%	10,6
6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA (%) Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / recurso comprometido total no período (R\$) x 100	2	20%	8,29%	20,0
7	Índice de atendimento às recomendações da CACG (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	1	100%	100,0%	10,0

NOTA FINAL GERAL

Em 2025, a AGEVAP obteve a **Nota Geral 9,1** referente ao CG 068/2022, alcançando conseqüentemente o conceito **ÓTIMO**.

Tabela 23. Nota final geral CG 068/2022

PLANILHA DE AVALIAÇÃO – 2025							
INDICADORES	PESO	NOTA FINAL RH I (BIG) ¹	NOTA FINAL RH II (Guandu) ¹	NOTA FINAL CG 068/2022 ²	NOTA GERAL ³	CONCEITO GERAL	
1	Nível de organização do Planejamento Anual de Atividades	1	10	10	10	9,1	ÓTIMO
2	Nível de atendimento pela AGEVAP aos encaminhamentos solicitados pelos CBHs	1	10	10	10		
3	Índice de execução física de ações prioritizadas pelos CBHs	1	10	10	10		
4	Índice de desembolso em ações finalísticas	2	20	11,1	15,6		
5	Índice de desembolso total	2	20	10,6	15,3		
6	Taxa de administração real da Entidade Delegatária	2	20	20	20		
7	Índice de cumprimento de recomendações do CA	1	10	10	10		

(1) Nota final do indicador = (Peso do indicador) x (Nota do indicador)

(2) Nota Final do CG = média simples entre as notas dos indicadores das duas RHs

(3) Nota geral = Somatório das notas finais dos indicadores / Somatório dos pesos dos indicadores

Tabela 24. Grau de desempenho

Nota Geral	Grau de Desempenho
nota geral ≥ 9	Desempenho ótimo
7 ≤ nota geral < 9	Desempenho bom
5 ≤ nota geral < 7	Desempenho regular
nota geral < 5	Desempenho insatisfatório

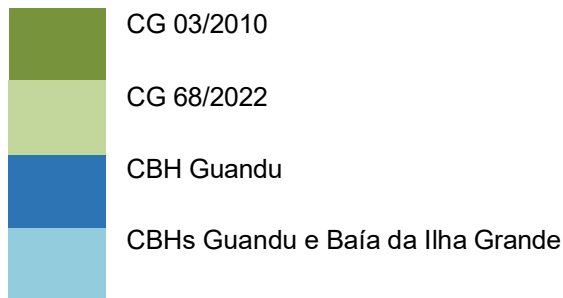


HISTÓRICO DA PONTUAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

A Tabela 25 apresenta o histórico de pontuação do Contrato de Gestão nº 68/2022. Pode-se observar que a AGEVAP mantém historicamente seu atendimento em notas que variam entre ótimo (nove vezes) e bom (sete vezes).

Tabela 25. Histórico da Pontuação

PONTUAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO INEA Nº 03/2010 e 068/2022 – 2010 À 2025																
Ótimo				10	9,9	9,9	9,6	10	10		9,4			9,0		9,1
Bom	8,7	8,4	7,9							8,3		8,5	8,6		7,5	
Regular																
Insuficiente																
Ano do CG	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	1	2	3
Data	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Contrato de Gestão																
CBHs atendidos																



INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

REGIÃO HIDROGRÁFICA I

Em 2025 os Comitês de Bacia da Baía da Ilha Grande e Guandu, com a execução da AGEVAP, implementaram importantes projetos e ações e se consolidaram como referência na gestão participativa no cenário nacional.

Na Região Hidrográfica I, em atendimento ao CBH da Baía da Ilha Grande, foram ampliadas as ações de esgotamento sanitário em áreas tradicionais. O Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande (CBH BIG) deliberou R\$ 310 mil na nova fase do projeto de saneamento da Aldeia Sapukai, comunidade indígena localizada no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro. Em parceria com a FIOcruz O projeto prevê a construção de mais dois banheiros, a reforma de um já existente, diagnóstico e um curso para armazenamento de água de chuva, além de ações de conscientização ambiental.

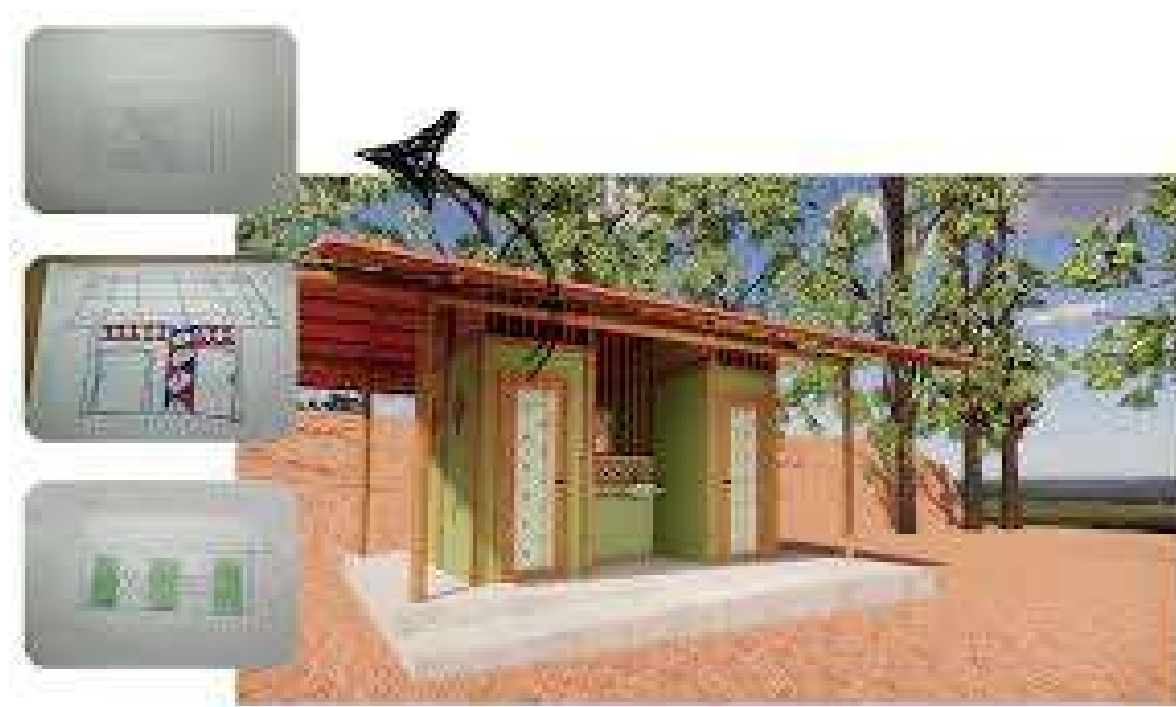


Figura 4. As cores e outros detalhes do projeto foram definidos pelos próprios indígenas, através de uma atividade de desenho com as crinaças da comunidade.





Foto 4. Os banheiro e o sistema de esgotamento já estão em construção.

Outro ponto a ser destacado foram as obras do projeto Sanear BIG. Em apenas quatro (4) meses foram executadas 180 soluções individuais de esgotamento sanitário, num investimento que superou R\$ 2 milhões de reais. O projeto levou saneamento e dignidade a 720 pessoas na bacia da Ilha Grande, nas localidades de Taquari e Sertão do Taquari em Paraty/RJ e na Ilha Grande em Angra dos Reis/RJ. Mais de cem mil litros de esgoto in natura deixaram de ser despejados na bacia, através do projeto.





Foto 5. Sanear na Ilha Grande exigiu transporte marítimo de materiais e mão de obra.





Foto 6. Soluções são instaladas sem custos aos moradores

Unindo pesquisa, saneamento e educação ambiental, o projeto bacia escola registrou avanços. O projeto Bacia Escola, realizado em parceria com a UFF, utiliza-se de tecnologia social para adotar uma bacia ou sistema hidrográfico em busca da sustentabilidade e resiliência a desastres por meio da gestão ambiental participativa integrando ciência cidadã, educação ambiental, agroecologia e hidro-solidariedade. O projeto é desenvolvido na bacia do Retiro, em Angra dos Reis/RJ, e recebeu um investimento de R\$ 300 mil.



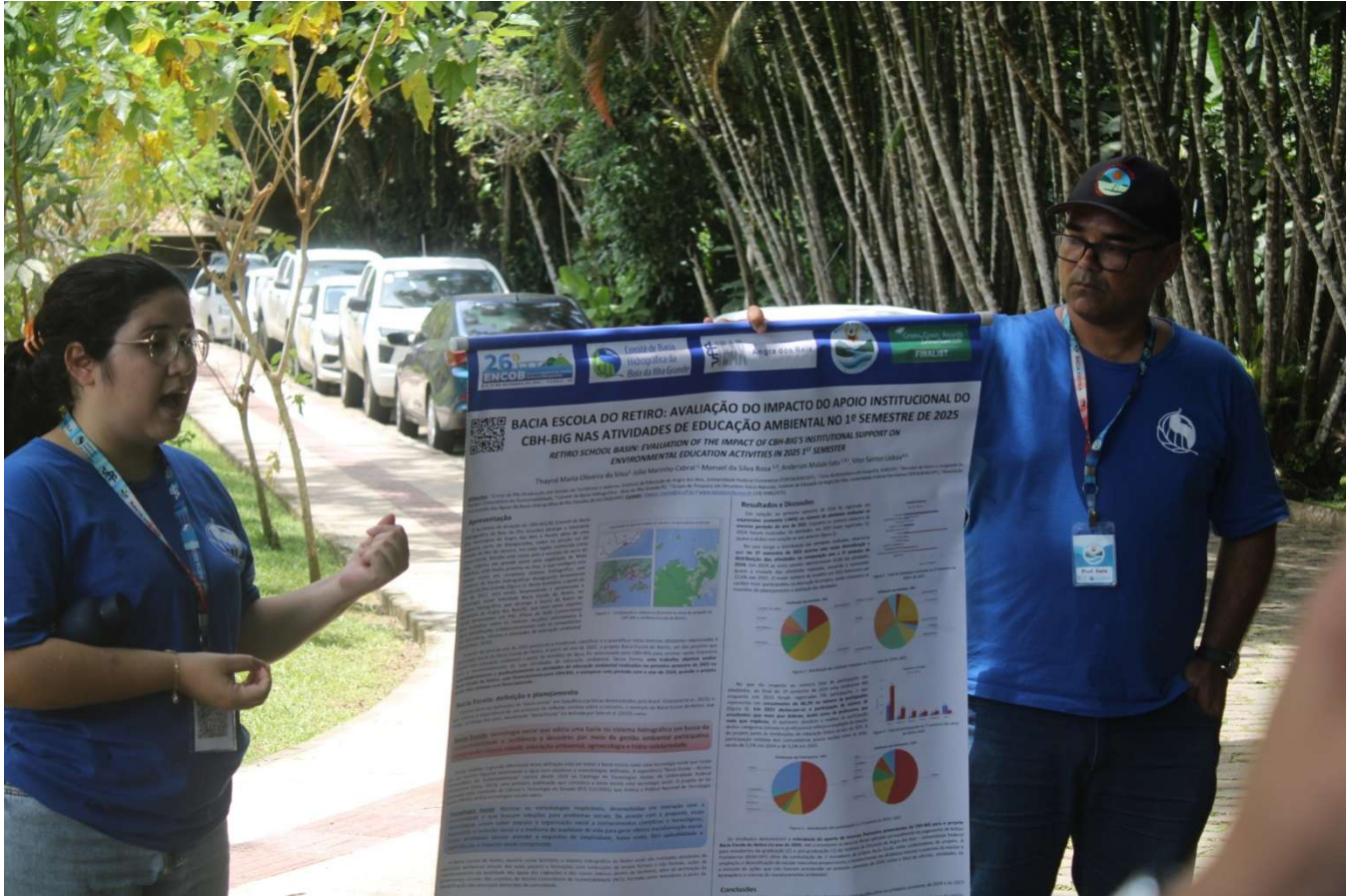
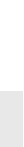


Foto 7. Apresentação de pesquisadores integrantes do projeto Bacia Escola.

No monitoramento a resolução CBH BIG 44/2025 aprovou R\$ 1.674.440,51 em recursos para aprimorar o monitoramento da água da Bacia da Ilha Grande. As análises serão desenvolvidas pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente) com recursos do FUNDRHI, deliberados pelo CBH-BIG. Por meio do acordo, seis novos pontos serão coletados, 58 embarcações utilizadas e 5.300 análises laboratoriais serão verificadas.

Na comunicação, os trabalhos nos canais de comunicação, como as redes sociais, e junto à mídia, marcaram o ano de 2025. Foi aprovado ainda o projeto editorial da revista impressa do CBH BIG que será lançada em 2026, além de uma ação de conscientização ambiental com teatro e outras ações lúdicas com as crianças do Quilombo do Campinho, em Paraty/RJ.

Através de um sólido trabalho de assessoria de imprensa e comunicação institucional, a atuação do Comitê da Bacia da Ilha Grande ganhou notoriedade no estado do RJ e em todo Brasil.



OBO 100 | Ancelmo Goes 🔍 Buscar DM



Ancelmo.com
O Blog do Ancelmo Goes

Exclusivo para assinantes

Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande anuncia investimento de R\$ 3 milhões

Aporte será destinado, por meio do programa Sanear BIG, a domicílios de áreas rurais e periurbanas

Por Nelson Lima Neto
2025/01/25 - 12h50 - Atualizado há 4 meses








A Ilha Anjinho, na Baía da Ilha Grande. Foto: Nelson Lima Neto

O Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande anuncia um investimento de R\$ 3 milhões

Figura 5. Matéria publicada na Coluna de Ancelmo Goes, no Jornal O Globo, sobre os investimentos do CBH BIG em Saneamento. Acesso em: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2025/01/comite-de-bacia-hidrografica-da-ilha-grande-anuncia-investimento-de-r-3-milhoes.ghtml>



Diário do Vale

Bacia da Ilha Grande CBH-BIG destina R\$ 1,6 milhão para monitoramento das águas

Angra dos Reis

O Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande (CBH-BIG) anunciou nesta sexta-feira (11) um investimento superior a R\$1,6 milhão para aprimorar o monitoramento da água da Bacia da Ilha Grande, que compreende municípios como Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba.

"Há dez anos não é desenvolvido um monitoramento para sabermos a quantidade de água em nossa região, tomando as políticas públicas em prol da água menos assertivas. O objetivo é disponibilizar este material em nosso site, para que possa ser utilizado por governos, hotéis e população como um todo", comenta Luiz Paulo Nascimento, diretor-presidente do CBH-BIG.

As análises serão desenvolvidas com recursos do FUNDRH, deliberados pelo CBH-BIG. Os dados provenientes do monitoramento são a base para a avaliação da qualidade das águas e para a produção de relatórios, diagnósticos e boletins sobre as condições dos corpos hídricos da região.

SOBRE O CBH-BIG

Com sede em Angra dos Reis, o Comitê de Bacia Hidrográfica

da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG) possui importantes atores em sua composição, como as prefeituras de Angra dos Reis e Paraty, a empresa Águas de Paraty e instituições de ensino e pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Ao longo de 13 anos de atuação, o BIG já esteve à frente de importantes projetos, como o Saneamento Ecológico da Aldeia Araponga, desenvolvido pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais e a Fiocruz. Ao todo, foram investidos aproximadamente R\$ 137 mil, recurso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, deliberado pelo Comitê para a construção de cinco banheiros individuais, que contam com sistema de saneamento ecológico. A instalação de 181 biodigestores também merece destaque, sendo 81 em Angra dos Reis e 100, em Paraty, totalizando um investimento de mais de R\$ 330 mil. Os equipamentos, adquiridos pelo Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande, permitem a coleta e tratamento de cerca de 160 mil litros de esgoto por dia, atendendo 1.600 pessoas.

Diário do Vale

Notícias, Opinião e Mais

OPINIÃO | COLUNISTA | ESPORTE | COLUNAS | ECONOMIA | BRASIL | MUNDO | CIÊNCIA | SAÚDE

40 milhões
DE RECURSOS EM SERVIÇOS

CBH-BIG define detalhes de nova fase do saneamento na Aldeia Sapukai

Município de Angra dos Reis recebe R\$ 40 milhões para a construção de banheiros e outros serviços. Águas de Paraty

Publicado em Angra dos Reis, 12 de maio de 2023 às 16:11 horas



Angra dos Reis — O Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG) vai investir R\$ 40 milhões para a nova fase do saneamento da Aldeia Sapukai, comunidade indígena localizada no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro. Na última semana, técnicos do CBH-BIG e OTSS foram trabalhar em conjunto na implementação da terceira fase do projeto, que prevê a construção de mais dois banheiros, a reforma de um já existente, instalação de um novo sistema de armazenamento de água de chuva.

"Sabemos que a nossa missão é oferecer mais serviços para garantir o acesso à água potável, como o caso atual onde melhoramos os banheiros. A aquisição de água e tratamento também serão desenvolvidos em conjunto com os indígenas, sendo com o apoio da parcerias com a Quarenta e Quarenta e a qualificação e capacitação de todos", comenta Luiz Paulo Nascimento, diretor-presidente do CBH-BIG.

Figura 6. Matérias publicadas no Jornal O Diário do Vale.



Figura 7. Texto do Diretor do CBH BIG, César Bassi, sobre o córrego da Banqueta em Angra dos Reis, foi publicado pelo jornal O Dia.



Educação Ambiental - Gotinha Azul - Sugestão de logo e aplicação em brindes



Figura 8. Material de conscientização ambiental que será distribuído no Quilombo do Campinho.



Figura 9. Dois bolíons digitais foram publicados em 2025. Acesso em: <https://www.cbhbig.org.br/publicacoes>

O Comitê marcou presença em importantes eventos da gestão em 2025. Além de ocupar a presidência do CERHI, seus representantes estiveram presentes no 2º Encontro Técnico sobre Alternativas de Abastecimento Hídrico; na oficina de revisão do Zoneamento da Área de Proteção Ambiental da APA Tamoios; 33º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental em Brasília/DF (FITABES 2025); Rio Innovation Week; Conferência Internacional de Resíduos Sólidos e Saneamento – CIRSOL, também em Brasília/DF; e é claro, teve seus projetos apresentados com destaque no 26º Encontro Nacional de Comitês

de Bacia (ENCOB) no mês de setembro, em Vitória/ES. Além disso, encerrou o ano realizando mais uma edição do Seminário dos Usuários de Água da Bacia da Ilha Grande. A terceira edição teve como tema as “Estratégias e ações para o enfrentamento aos impactos das mudanças climáticas”.



Foto 8. O Presidente do CBH BIG, Luis Paulo Nascimento, no II CIRSOL – Congresso Internacional de Resíduos Sólidos, realizado em Brasília (DF).





Foto 9. Membros do CBH BIG no 26º ENCOPB realizado em Vitória, em setembro de 2025

O site do CBH BIG recebeu mais de trinta e oito mil visitas em 2025, ferramenta útil à gestão, publicidade e à transparência.

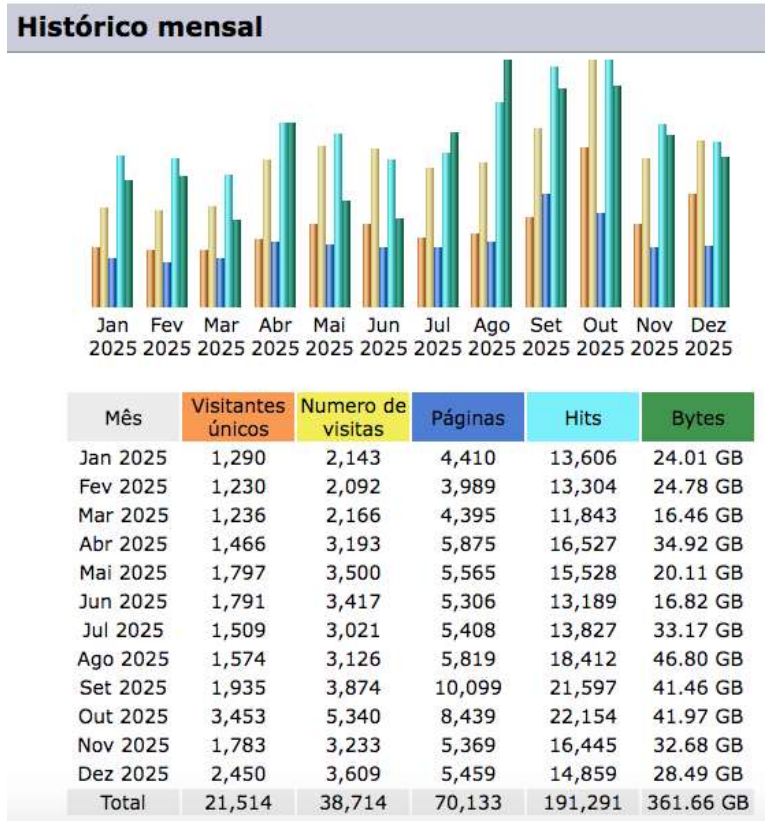


Figura 10. Dados do site do CBH BIG em 2025 - <https://www.cbhbig.org.br/>

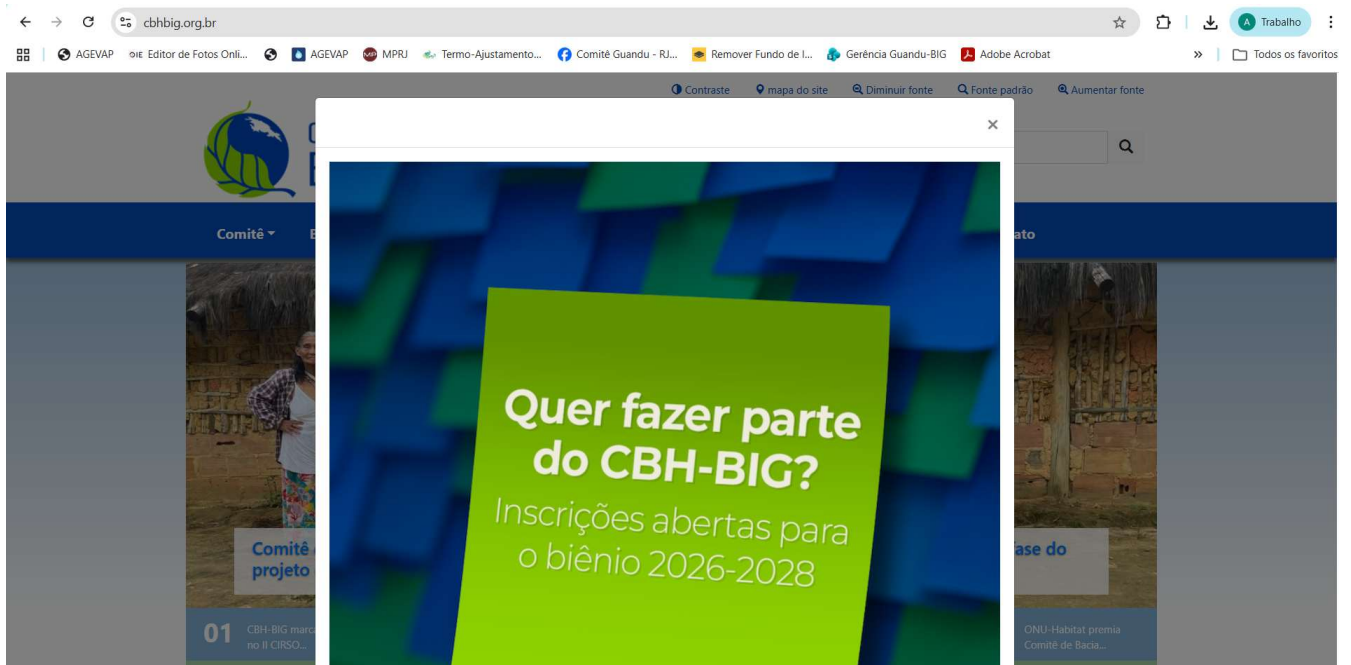


Figura 11. Home Page do site do CBH BIG. Acesse em: <https://www.cbhbig.org.br/>

As redes sociais, mais de 164 mil pessoas foram alcançadas em 2025. Foram estabelecidas estratégias e o CBH BIG passou a ter uma identidade digital e uma presença conhecida nas redes.



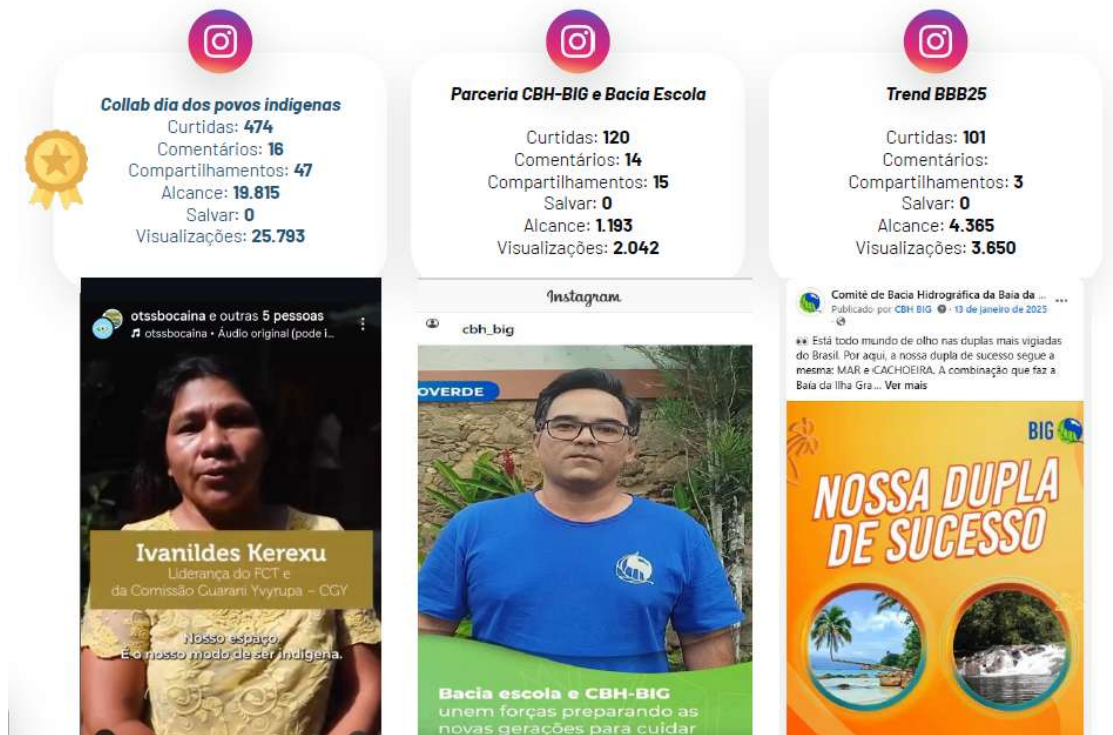


Figura 12. Posts da pagina do CBH BIG no insta mais acessados

REGIÃO HIDROGRÁFICA II

O ano de 2025 consolidou o Comitê Guandu-RJ, mais uma vez, como uma das principais referências em gestão de recursos hídricos no Brasil. Com investimentos em diferentes áreas, o Comitê avançou em programas estruturantes, ampliou ações de educação ambiental, intensificou as discussões sobre o combate às queimadas e levou experiências bem-sucedidas da Região Hidrográfica II (RH II) do Rio de Janeiro para os principais fóruns nacionais e internacionais do setor, reforçando o seu lema “água limpa e abundante para todos”. O Colegiado executou cerca de R\$ 45 milhões neste ano em obras, projetos e outros investimentos que objetivam o ganho ambiental.

Considerados os programas mais expressivos do Comitê Guandu, o Sanear e o Produtores de Água e Floresta (PAF) entraram em uma nova fase de execução em 2025 com mais alcance e impacto no território. Se firmando como o maior programa de obras de esgotamento sanitário em áreas rurais e periurbanas do país, o Sanear Guandu teve um ano decisivo em 2025, com projeções de investimentos que ultrapassaram R\$ 50 milhões. O anúncio oficial com a presença do governador Cláudio Castro, prefeitos da RH II e outras

autoridades, em abril deste ano, no Salão Nobre do Palácio Guanabara, marcou as comemorações pelos 23 anos do Comitê.



Foto 10. Governador Cláudio Castro no aniversário do Comitê Guandu-RJ, realizado em 4 de abril de 2025 no Palácio Guanabara.





Foto 11. O Secretário de Estado do Ambiente, Bernardo Rossi, e o Diretor-Geral do Comitê Guandu-RJ, Elton Abel, no lançamento da Revista Guandu 2025, durante a Cerimônia do aniversário.

O avanço para a segunda fase do programa do Sanear trouxe novas localidades selecionadas, publicação de editais, início e ampliação de obras, além de mobilizações comunitárias. Dos dez municípios que concorreram ao edital, as obras já foram iniciadas neste ano em Engenheiro Paulo de Frontin, Rio Claro, Queimados e Miguel Pereira. Os quatro municípios juntos com Nova Iguaçu, Japeri e Vassouras receberão a implementação de 6.358 soluções individuais nos três primeiros lotes, reforçando o compromisso do Comitê com a melhoria da qualidade da água, saúde pública e preservação ambiental. Em julho a AGEVAP realizou a contratação no valor de R\$ 53 milhões para atender as localidades. As obras já foram iniciadas e centenas de moradores já foram beneficiados neste novo ciclo.





Foto 12. Mobilização Social do programa Sanear Guandu em Rio Claro/RJ



Foto 13. Obras do Sanear Guandu II em Apopal, localidade do município de Miguel Pereira/RJ

Em 2025, o PAF reafirmou seu papel estratégico na conservação ambiental aliada à produção rural sustentável. O encerramento do ciclo do PAF (Re)Floresta, com resultados expressivos no município de Rio Claro, marcou o início de uma nova fase, com lançamento de edital que mobilizou mais de 140 proprietários rurais. Ao longo do ano, o PAF avançou em todas as etapas: inscrições, capacitações, resultados preliminares, habilitação de propriedades, elaboração de projetos executivos e assinatura de contratos. Ações de campo, como os Cafés com Prosa, capacitações sobre o CAR, parcerias com a Emater-Rio, dias de campo e encontros de encerramento do ano reforçaram a aproximação com os produtores rurais e a adoção de práticas de conversão produtiva e infraestrutura verde.

Atualmente 121 propriedades estão sendo atendidas gradativamente neste novo ciclo do PAF. Elas são atendidas pelo Comitê Guandu com o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em duas modalidades: o PSA Anual e o PSA Apoio Financeiro. O repasse da



primeira parcela no valor de R\$ 606.935,77 em 2025 marcou o início efetivo da etapa de implantação das práticas de conversão produtiva.



Foto 14. Cristiane Siqueira, diretora de restauração ambiental do Comitê Guandu-RJ no evento de pagamento dos produtores da modalidade “conversão produtiva” do PAF em Miguel Pereira/RJ

A educação ambiental teve papel marcante em 2025. O Cine Guandu mobilizou estudantes de diversos municípios, desde o período de inscrições até a votação popular e premiação, com destaque para o reconhecimento dos vídeos e apresentação no Prêmio Jovem da Água de Estocolmo. O concurso reafirmou o protagonismo juvenil na defesa dos recursos hídricos.





Foto 15. Diretores do Colegiado e a Coordenação dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental e da Juventude, com os jovens participantes do concurso Cine Guandu-RJ, durante premiação no Prêmio Jovem Água de Estocolmo, no Rio de Janeiro/RJ

Além disso, palestras alusivas ao Dia Mundial da Água, campanhas como o Recicla Guandu e a abertura de edital para contratação do Plano de Educação Ambiental ampliaram o alcance das ações educativas, integrando escolas, comunidades e instituições parceiras.

Diante dos desafios climáticos, o Comitê Guandu-RJ intensificou em 2025 as ações de prevenção e combate às queimadas. A Campanha Fiscal das Queimadas esteve presente ao longo de todo o ano, com alertas sazonais, mobilização de parceiros, foco no período junino e reforço nos meses mais críticos. Workshops, treinamentos práticos, capacitações com a Operação Fumaça Zero, e o início do processo de aquisição de quase R\$ 3 milhões em EPIs e suprimentos para doação aos municípios, Bombeiros e outras brigadas na bacia, além de ações educativas, consolidaram uma estratégia integrada que vai além das campanhas pontuais, reforçando a atuação permanente na proteção da Mata Atlântica e das áreas de mananciais.



Foto 16. Treinamento das brigadas de combate a incêndios Florestais da RH II, realizada pela Operação Fumaça Zero, promovida pelo Comitê Guandu-RJ.

O Comitê Guandu-RJ teve participação ativa em eventos estratégicos em 2025. No cenário nacional, marcou presença no 26º ENCOB, em Vitória (ES), com estande próprio, painéis temáticos e apresentação de iniciativas voltadas à segurança hídrica, saneamento e infraestrutura verde, reforçando o protagonismo da RH II.





Foto 17. Membros do Comitê Guandu-RJ no estande "RJ: tecendo rios e redes", dos Comitês Fluminenses, durante o 26º ENCOP em Vitória/ES.

No cenário internacional, o Comitê levou suas experiências à COP30, com participação na Green Zone, painéis sobre o Sanear, investimentos em infraestrutura verde, integração institucional e a elaboração do novo Plano de Contingência para Segurança Hídrica. A presença na COP consolidou o Comitê Guandu como referência em soluções baseadas na natureza e governança das águas.





Foto 18. Apresentação do PAF na COP 30 em Belém/PA



Foto 19. Apresentação do Sanear Guandu na COP 30 em Belém/PA



Foto 20. Estande "Confluência das Águas", com participação do Comitê Guandu-RJ, na COP 30

Na Comunicação, diversas ações voltadas ao fortalecimento do sistema de gestão e à conscientização ambiental foram realizadas ao longo do ano. A Campanha Fiscal das Queimadas, realizada pelo Comitê Guandu, publicou uma série de vídeos nas suas redes sociais com abordagens sobre as ações que causam os incêndios florestais e seus prejuízos ao meio ambiente.





Figura 13. Campanha Fiscal das Queimadas movimentou as redes sociais

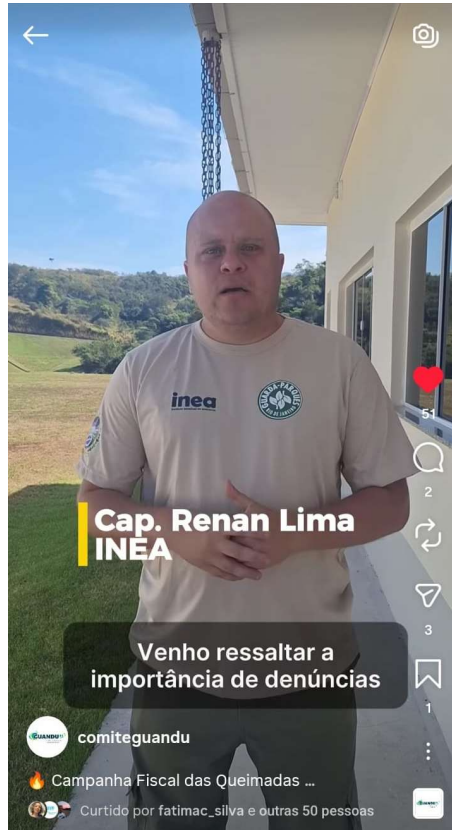


Figura 14. Especialistas participaram da Campanha

Paralelo a campanha, foram realizados workshops e as ações da agenda, como o levantamento e aquisição de EPIs e suprimentos de combate e mitigação de fogo, que serão doados às brigadas municipais da Região Hidrográfica. Bombeiros e APA Guandu também serão contemplados.

Além da campanha Fiscal das Queimadas, outras campanhas como o Cine Guandu-RJ e o Recicla Guandu também foram realizadas.



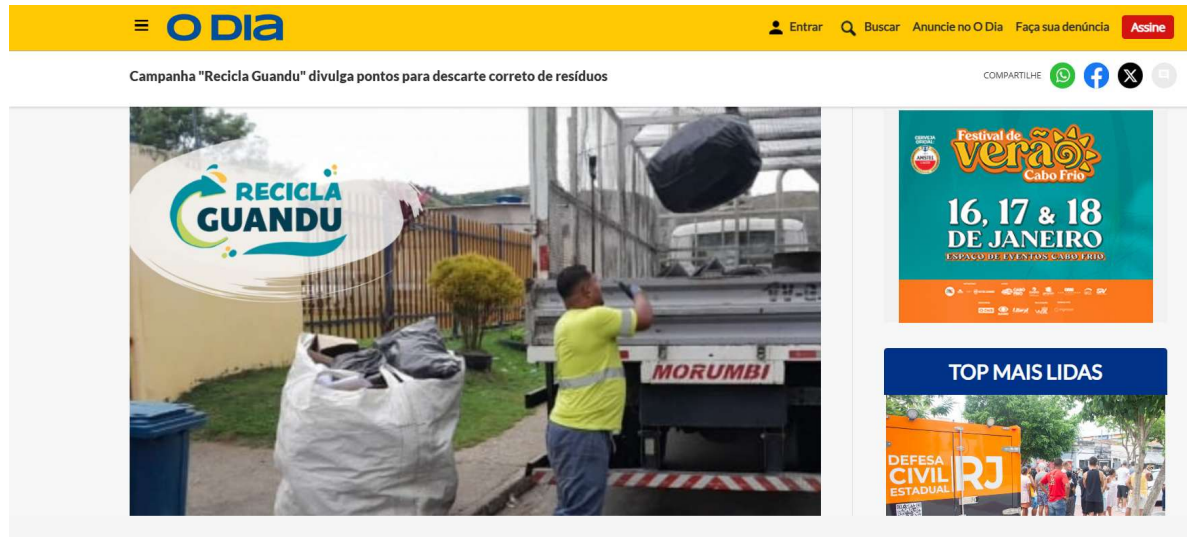


Figura 15. Campanhas ganharam repercussão na mídia. Acesso em: <https://odia.ig.com.br/nova-iguacu/2025/08/7104391-campanha-recicla-guandu-divulga-pontos-para-descarte-correto-de-residuos.html>

Na assessoria de imprensa, os trabalhos de comunicação mantiveram a força institucional do Comitê Guandu-RJ. Mais de cem (100) matérias na mídia relataram os projetos deliberados pelo colegiado e atuaram no fortalecimento do sistema de gestão junto à sociedade.

Comitê Guandu anuncia mais de R\$ 100 milhões em investimentos na RH II

Durante cerimônia no Palácio Guanabara, governador Cláudio Castro e autoridades celebram 23 anos do Comitê com novos aportes para saneamento, gestão hídrica e preservação ambiental

Wellington Campos - 7 de abril de 2025

Esta matéria foi atualizada em: 7 de abril de 2025 - 0 comentários - 3 minutos de leitura

Na última sexta-feira (4), o Comitê Guandu celebrou 23 anos de atuação com o anúncio de mais de R\$ 100 milhões em investimentos voltados à segurança hídrica da Região Hidrográfica II (RH II), uma das mais estratégicas do Estado do Rio de Janeiro. A cerimônia ocorreu no Salão Nobre do Palácio Guanabara e contou com a presença do governador Cláudio Castro, prefeitos da região e diversas autoridades estaduais e municipais.



Prefeitos dos municípios da Região Hidrográfica II participaram da cerimônia comemorativa dos 23 anos do Comitê Guandu, no Palácio Guanabara (FOTOS COMITÊ GUANDU)

Figura 16. Matéria publicada em abril pelo jornal atual. Acesse em: <https://jornalatal.com.br/comite-guandu-anuncia-mais-de-r-100-milhoes-em-investimentos-na-rh-ii/>

27 °C Rio de Janeiro segunda-feira - 26/01/2026 Expediente Anuncie Redação

DIÁRIO do RIO
Quem ama o Rio lê

ÚLTIMAS NOTÍCIAS POLÍTICA ECONOMIA GASTRONOMIA AGENDA

ENTRAR NO GRUPO NEWSLETTER

f @ in X v

Início > Rio de Janeiro > Governo do Rio investe R\$ 116 milhões em segurança hídrica e saneamento...

Rio de Janeiro

Governo do Rio investe R\$ 116 milhões em segurança hídrica e saneamento no Guandu

Com investimento de R\$ 116 milhões, Governo do Rio anuncia obras de saneamento rural e ampliação do monitoramento da Bacia do Guandu, que abastece mais de 9 milhões de pessoas.

Por Quintino Gomes Freire - 4 de abril de 2025

Anúncio fechado pela CRITEO

Denunciar este anúncio

Ad choices

Figura 17 - Matéria detalha investimentos deliberados pelo Colegiado. Acesse em: <https://diariodorio.com/governo-do-rio-investe-r-116-milhoes-em-seguranca-hidrica-e-saneamento-no-guandu/>

Já o site do Comitê Guandu recebeu mais de 184 mil visitas em 2025, se consolidando como um portal de informação e apoio à gestão. Além de produtos de produtos de projetos o site foi plataforma para consultas públicas e outras ações de utilidade socioambiental.

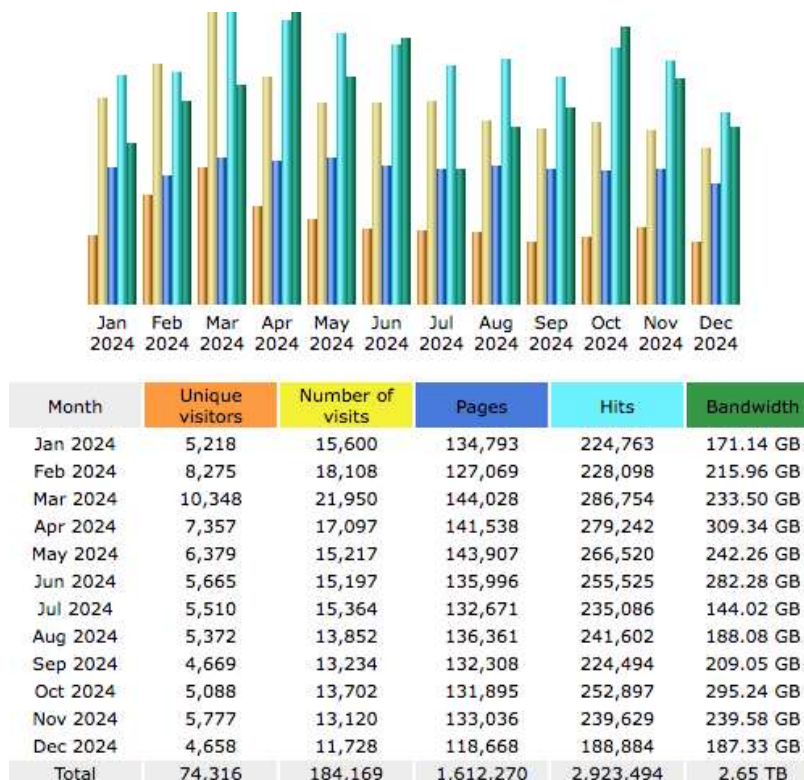


Figura 18. Dados do site do CBH Guandu em 2024. <https://comiteguandu.org.br/>



Já as redes sociais do Colegiado alcançaram mais de um milhão de usuários em 2025, fortalecendo a imagem institucional do Comitê e da gestão das águas do estado do Rio de Janeiro.



Figura 19 - Redes sociais contribuem para encortar o espaço entre o sistema de gestão e a Sociedade.



Figura 20 - A revista anual compila as principais ações no território. Acesse em: <https://drive.google.com/file/d/1y2u-ZYGxbVgHZFoB4PGMIUZBMZekyPII/view>



De forma mais dinâmica, foram produzidas e publicadas duas *Newsletters* por mês quinzenais, sendo uma somente para os membros e outra para todos os públicos.



Ações de Novembro

Novembro 2025

Dias de Campo do PAF exaltam conversão produtiva

Os avanços do novo ciclo do Programa Produtores de Água e Floresta (PAF) estão sendo comemorados com a realização dos Dias de Campo, com destaque à práticas de conversão produtiva, incentivadas pelo Comitê Guandu RJ. Na última semana de novembro dois encontros foram realizados em Rio Claro e Engenheiro Paulo de Frontin, mantendo o encerramento das atividades de 2025 e reforçando a importância do diálogo entre proprietários rurais, equipe técnica e parceiros da Região Hidrográfica II (RH II), entre eles representantes das prefeituras envolvidas.

O primeiro Dia de Campo do PAF aconteceu, na quarta-feira (26), no Sítio Soledade, em Rio Claro. O anfitrião foi o participante do programa Joaquim Calmon, que abriu as portas da sua propriedade na localidade da Lidoia para receber um grupo de visitantes. Na sexta-feira (28), o evento aconteceu no Sítio Cachoeira das Pedras Lisas, em Engenheiro Paulo de Frontin, onde o produtor Siqueira Kagehara também mostrou aos convidados alguns dos seus cultivos com base em princípios agroecológicos.

As duas propriedades estão entre as 127 habilitadas para este novo ciclo do PAF, que, juntas, protegem aproximadamente 200 nascentes, implementando práticas de conservação, restauração e conver-



são produtiva, incentivadas pelo fomento por Serviços Ambientais (PSA), em duas modalidades: o PSA Anual e o PSA Apoio Financeiro. Esse último, voltado diretamente ao incentivo para adoção de práticas produtivas sustentáveis como sistemas agroflorestais ou silvipastoris e práticas conservacionistas.

Das 127 habilitadas, 55 foram selecionadas para o PSA Apoio Financeiro e já começaram a receber parte do aporte, de acordo com o projeto executivo feito pela equipe do PAF para cada uma delas. Ao todo já foram repassados até o momento R\$ 715.869,17 que poderão ser aplicados, por exemplo, em insumos para a conversão produtiva.

[Clique para ler a matéria na íntegra](#)

Investimentos e integração são pautas na COP30

A agenda do Comitê Guandu RJ no estande "Confluência das Águas", durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém do Pará, foi intensa no mês de novembro.

Foram apresentados projetos que já transformam a vida de milhares de pessoas na Região Hidrográfica II e mostram com resultados concretos que soluções de base territorial são fundamentais para enfrentar a crise climática. Entre as participações estiveram painéis sobre o avanço do Plano de Contingência do Abastecimento do Guandu, debate sobre a integração das estratégias de planejamento com os Planos Municipais de Mata Atlântica e o Plano Diretor Florestal.

Também foi mostrada a força do Programa Produtores de Água e Floresta (PAF) e do Sanear Guandu, referência nacional em saneamento rural e periurbano.

Cada painel lotado, cada diálogo construído e cada parceria fortalecida reforça o papel das comitês de bacia na governança das águas e na adaptação climática. O Colegiado volta com a convicção de que o trabalho integrado entre instituições, sociedade e território é o caminho inevitável – e insubstituível – para proteger os rios, nascentes florestais e a segurança hídrica de milhões de pessoas.

[Leia mais aqui](#)

[E saiba](#)





Água limpa e abundante para todos

Fóruns para eleição do Colegiado são iniciados

O processo eleitoral aos novos membros do Comitê Guandu RJ para o biênio fev/2026 a fev/2029 segue avançando e nesta segunda-feira (11/11) serão iniciadas as fóruns para eleição dos representantes dos segmentos do Poder Público, Usuários do Recurso Hídrico e Sociedade Civil. Os habilitados no processo têm direito de votar e serem votados no fórum para o preenchimento das vagas do seu segmento, mas é importante que todos sigam outras determinações previstas no edital, que garantam sua participação.

As etapas do processo, que renovará e completará o Colegiado, são acompanhadas por uma Comissão Eleitoral, que institui o calendário dos fóruns dos segmentos, a serem realizados no formato híbrido. O link para a participação online dos habilitados será enviado pela Secretaria-Executiva. Os não habilitados e a sociedade em geral poderão acompanhar ao vivo pelo canal do Comitê Guandu RJ no YouTube.

O primeiro fórum para eleição será o do segmento Poder Público, a partir das 14h desta segunda-feira, no Auditório do Pavilhão de Aulas Técnicas (PAT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). No mesmo local, na terça-feira (12), às 10h, será o fórum dos Usuários do Recurso Hídrico. Para o segmento Sociedade Civil, o fórum para eleição acontece na quarta-feira (13), às 14h, também no Auditório PAT.

[Leia mais aqui](#)

Figura 21 - As publicações estão disponíveis em: <https://comiteguandu.org.br/publicacoes-newsletter/>

Revisão 01

Documento assinado digitalmente por: ALINE RAQUEL DE ALVARENGA em 11/05/2026 15:16:42

A autenticidade deste documento 00039.001467/2026-87 pode ser verificada no site <https://agevap.ikhon.com.br/verificador/verificacao.aspx> informando o código verificador: 72730E7E.



Comitê de Bacia Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande



COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA

RELATÓRIO SÍNTESE DOS INDICADORES

Formulário com informações básicas para o relatório de execução

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. CONTRATO DE GESTÃO

Contrato de Gestão INEA:	068/2022		
Resolução de aprovação:	Resolução 028/2020 – Dispõe sobre a prorrogação da delegação à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do Comitê da Baía da Ilha Grande. Resolução COMITÊ GUANDU N°150, de 09 de julho de 2020.		
Comitê de Bacia:	Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande. Comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guadu-mirim.		
Entidade Delegatária:	AGEVAP		
Período de referência (Ano do exercício):	2025	Ano de referência da meta do CG:	3

1.2. ENTIDADE DELEGATÁRIA

CNPJ:	05.422.000/0001-01
Razão Social:	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica Do Rio Paraíba do Sul.
Natureza Jurídica:	Associação de direito privado, com fins não econômicos.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADOR	META ANO 1	META ANO 2	META ANO 3	META ANO 4	META ANO 5
1	100%	100%	100%	100%	100%
2	80%	85%	90%	95%	100%
3	100%	100%	100%	100%	100%
4	25%	30%	35%	40%	45%
5	30%	35%	40%	45%	50%
6	30%	25%	20%	15%	10%
7	---	100%	100%	100%	100%

2.1. INDICADOR 1

INDICADOR 1 – CBH BIG		
<i>Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na PAAD e planejamento de atividades do comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do comitê.</i>		
<i>O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias, a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.</i>		
Nº de eventos e de reuniões realizados no período:	22	
Nº total de eventos e de reuniões planejados no período:	22	
Percentual alcançado:	100	%
Plenária de aprovação da proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias:	Resolução CBH-BIG Nº 042/2025 de 12 de junho de 2025, que dispõe sobre a aprovação da atualização da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para o ano de 2025.	
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Cronograma de eventos e de reuniões previstos no período:	Anexo:	Anexo I
Registro dos eventos e de reuniões realizados no período:	Anexo:	Anexo I
JUSTIFICATIVA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE ALGUM EVENTO OU REUNIÃO PLANEJADA:		
Todas as reuniões agendadas foram realizadas.		



INDICADOR 1 – CBH Guandu		
<i>Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na PAAD e planejamento de atividades do comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do comitê.</i>		
<i>O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias, a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.</i>		
Nº de eventos e de reuniões realizados no período:	67	
Nº total de eventos e de reuniões planejados no período:	71	
Percentual alcançado:	106	%
Plenária de aprovação da proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias:	Resolução COMITÊ GUANDU-RJ no 193 de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para o ano de 2025.	
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Cronograma de eventos e de reuniões previstos no período:	Anexo:	Anexo I
Registro dos eventos e de reuniões realizados no período:	Anexo:	Anexo I
JUSTIFICATIVA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE ALGUM EVENTO OU REUNIÃO PLANEJADA:		
<i>Devido a sequente falta de quórum nas reuniões do Grupo de Trabalho da Juventude, houveram tentativas desertas e, mesmo assim, foram registradas.</i>		

2.2. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 1		
<p><i>Se $90 < \%alcançado < 110$: $NP = 10$.</i></p> <p><i>Se $\%alcançado < 90$: $NP = 10 - (90 - \%alcançado) / 10$.</i></p> <p><i>Se $\%alcançado > 110$: $NP = 10 - (\%alcançado - 110) / 10$.</i></p>	Nota do Indicador 1:	10
<p><i>Peso do Indicador: 1</i></p> <p><i>$NF_1 = NP * 1$</i></p>	Nota Final:	10



2.3. INDICADOR 2

INDICADOR 2 – CBH BIG		
<i>Nível de atendimento pela entidade delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo comitê e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades.</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do comitê e de suas instâncias. Organizar a “Ordem do Dia”, secretariar, assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do comitê e de suas instâncias.</i>		
Nº de encaminhamentos atendidos no período:	42	
Nº de encaminhamentos requeridos no período:	42	
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Atas, documentos ou resoluções do comitê e de suas instâncias produzidas no período:	Anexo:	Anexo II
Registro do controle dos encaminhamentos solicitados pelo comitê no período:	Anexo:	Anexo II
JUSTIFICATIVA PELO NÃO ATENDIMENTO A ALGUMA DEMANDA DO COMITÊ:		

INDICADOR 2 – CBH Guandu		
<i>Nível de atendimento pela entidade delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo comitê e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades.</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do comitê e de suas instâncias. Organizar a “Ordem do Dia”, secretariar, assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do comitê e de suas instâncias.</i>		
Nº de encaminhamentos atendidos no período:	71	
Nº de encaminhamentos requeridos no período:	71	
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Atas, documentos ou resoluções do comitê e de suas instâncias produzidas no período:	Anexo:	Anexo II
Registro do controle dos encaminhamentos solicitados pelo comitê no período:	Anexo:	Anexo II
JUSTIFICATIVA PELO NÃO ATENDIMENTO A ALGUMA DEMANDA DO COMITÊ:		

2.4. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 2		
Se %alcançado > Meta _{AnoIND2} : NP = 10 Se %alcançado < Meta _{AnoIND2} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{AnoIND2})	Nota do Indicador 2:	10
Peso do Indicador: 1 NF ₂ = NP * 1	Nota Final:	10

2.5. INDICADOR 3

INDICADOR 3 – CBH BIG		
<i>Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo comitê, prevista(s) no PAP e na PAAD</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no PAP e na PAAD, aprovados pelo comitê.</i>		
ANO 1		
Matriz com ação(ões) e meta(s) priorizada(s):	1	
Matriz aprovada pelo comitê:	1	
Percentual alcançado:	100	%
ANOS 2 A 5		
Percentual de avanço físico realizado no período:	100	%
Percentual de avanço físico previsto no período:	100	%
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
ANO 1: documento formal resultante da plenária do comitê – após articulação entre a entidade delegatária, o comitê e o órgão gestor – com a priorização das ações, seu cronograma físico e as metas a serem pactuadas para os anos seguintes de vigência do CG	Anexo:	Resolução 034/2023
ANOS 2 a 5: documento que comprove o atingimento do avanço físico planejado no período, conforme cronograma definido, para a execução das ações priorizadas:	Anexo:	Anexo III
JUSTIFICATIVA EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO INTEGRAL:		

INDICADOR 3 – CBH Guandu		
<i>Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo comitê, prevista(s) no PAP e na PAAD</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no PAP e na PAAD, aprovados pelo comitê.</i>		
ANO 1		
Matriz com ação(ões) e meta(s) priorizada(s):	1	
Matriz aprovada pelo comitê:	1	
Percentual alcançado:	25	%
ANOS 2 A 5		
Percentual de avanço físico realizado no período:	25	%
Percentual de avanço físico previsto no período:	25	%
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
ANO 1: documento formal resultante da plenária do comitê – após articulação entre a entidade delegatária, o comitê e o órgão gestor – com a priorização das ações, seu cronograma físico e as metas a serem pactuadas para os anos seguintes de vigência do CG	Anexo:	Resolução CBH Guandu 194/2025
ANOS 2 a 5: documento que comprove o atingimento do avanço físico planejado no período, conforme cronograma definido, para a execução das ações priorizadas:	Anexo:	Anexo III
JUSTIFICATIVA EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO INTEGRAL:		

2.6. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 3		
ANO 1: Matriz com ações priorizadas e metas aprovadas pelo comitê: NP = 10 ANOS 2 A 5: Se %alcançado >= Meta _{ANO1IND3} : NP = 10 Se %alcançado < Meta _{ANO1IND3} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{ANO1IND3})	Nota do Indicador 3:	10
Peso do Indicador: 1 NF ₃ = NP * 1	Nota Final:	10



2.7. INDICADOR 4

INDICADOR 4 – CBH BIG		
<i>Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas¹.</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
Recurso comprometido² em ações finalísticas no período:	4.101.027,59	R\$
Valor disponível³ no período:	8.744.625,47	R\$
Percentual alcançado:	46,90	%
<p>1. Ações finalísticas são aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no PAP, exceto as ações de suporte ao funcionamento do comitê como custeio administrativo da entidade delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.</p> <p>Os valores devem ser detalhados em 2 categorias no mesmo período de medição: desembolsado e contratado.</p> <p>2. O recurso comprometido engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos. - o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente. <p>3. O valor disponível engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; - o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e - os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão. 		
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	Anexo IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nas ações finalísticas:	Anexo:	Anexo IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		

INDICADOR 4 – CBH Guandu		
<i>Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas¹.</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
Recurso comprometido² em ações finalísticas no período:	48.641.784,65	R\$
Valor disponível³ no período:	250.855.419,49	R\$
Percentual alcançado:	19,39	%
<p>1. Ações finalísticas são aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no PAP, exceto as ações de suporte ao funcionamento do comitê como custeio administrativo da entidade delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.</p> <p>Os valores devem ser detalhados em 2 categorias no mesmo período de medição: desembolsado e contratado.</p> <p>2. O recurso comprometido engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos. - o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente. <p>3. O valor disponível engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; - o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e - os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão. 		
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	Anexo IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nas ações finalísticas:	Anexo:	Anexo IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
<i>Foram realizadas contratações que ultrapassam R\$ 60 milhões. Todas obras e ações estão em andamento, mesmo com dificuldades relacionadas a judicialização de ato convocatório e demora na assinatura dos acordos de cooperação técnico para o andamento das demandas.</i>		

2.8. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 4		
Se %alcançado > Meta _{AnoIND4} : NP = 10 Se %alcançado < Meta _{AnoIND4} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{AnoIND4})	Nota do Indicador 4:	7,8
Peso do Indicador: 2 NF ₄ = NP * 2	Nota Final:	15,6



2.9. INDICADOR 5

INDICADOR 5 – CBH BIG		
<i>Índice de recursos comprometidos totais</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
Recurso comprometido¹ totais no período:	4.468.040,74	R\$
Valor disponível² no período:	8.744.625,47	R\$
Percentual alcançado:	51,09	%
<p>1. O recurso comprometido engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos. - o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente. 		
<p>2. O valor disponível engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; - o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e - os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão. 		
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos programas e nas ações previstos no PAP:	Anexo:	IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
<i>As justificativas são as mesmas aplicadas ao indicador 4.</i>		

INDICADOR 5 – CBH Guandu		
<i>Índice de recursos comprometidos totais</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
Recurso comprometido¹ totais no período:	53.256.648,19	R\$
Valor disponível² no período:	250.855.419,49	R\$
Percentual alcançado:	21,23	%
<p>1. O recurso comprometido engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos. - o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente. 		
<p>2. O valor disponível engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; - o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e - os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão. 		
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos programas e nas ações previstos no PAP:	Anexo:	IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
<i>As justificativas são as mesmas aplicadas ao indicador 4.</i>		

2.10. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 5		
Se %alcançado > Meta _{AnoINDs} : NP = 10 Se %alcançado < Meta _{AnoINDs} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{AnoINDs})	Nota do Indicador 5:	7,7
Peso do Indicador: 2 NF ₅ = NP * 2	Nota Final:	15,3



2.11. INDICADOR 6

INDICADOR 6 – CBH BIG		
<i>Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
<i>Observação:</i>		
<i>Os gastos com custeio administrativo, a partir da receita da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual não poderão ultrapassar os limites definidos pelo CERHI-RJ.</i>		
Valor apropriado como custeio desembolsado no período:	258.628,50	R\$
Recurso comprometido total no período:	4.468.040,74	R\$
Percentual alcançado:	5,79	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos custeios administrativos:	Anexo:	IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		

INDICADOR 6 – CBH Guandu		
<i>Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
<i>Observação:</i>		
<i>Os gastos com custeio administrativo, a partir da receita da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual não poderão ultrapassar os limites definidos pelo CERHI-RJ.</i>		
Valor apropriado como custeio desembolsado no período:	4.417.068,35	R\$
Recurso comprometido total no período:	53.256,648,19	R\$
Percentual alcançado:	8,29	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos custeios administrativos:	Anexo:	IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		

2.12. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 6		
Se %alcançado < Meta _{AnoIND6} : NP = 10 Se %alcançado > Meta _{AnoIND6} : NP = 10 - (%alcançado - Meta _{AnoIND6}) / (100 - Meta _{AnoIND6})	Nota do Indicador 6:	10
Peso do Indicador: 2 NF ₆ = NP * 2	Nota Final:	20

2.13. INDICADOR 7

INDICADOR 7 – CBHs BIG e Guandu		
<i>Índice de cumprimento das recomendações da CACG</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá atender as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, que considerará os relatórios elaborados pelos Grupos de Acompanhamento dos Comitês (GACG) e a Comissão Interna de Acompanhamento do INEA (CIA).</i>		
Nº de recomendações atendidas pela entidade delegatária no período:	4	
Nº de recomendações solicitadas pela CACG no período:	4	
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Documentação comprobatória:	Anexo:	Página 42
JUSTIFICATIVA PELO NÃO ATENDIMENTO A ALGUMA RECOMENDAÇÃO DO CACG:		
N/A		

2.14. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 7		
Se %alcançado >= Meta _{AnoIND7} : NP = 10 Se %alcançado < Meta _{AnoIND7} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{AnoIND7})	Nota do Indicador 7:	10
Peso do Indicador: 1 NF ₇ = NP * 1	Nota Final:	10

3. NOTA GERAL E CONCEITO DA AUTOAVALIAÇÃO

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA GERAL PARA O INDICADORES		
$\sum NF / 10$	Nota Geral:	9,1
AUTOAVALIAÇÃO DO CONCEITO DE GRAU DE DESEMPENHO		
NG >= 9: Ótimo 9 < NG <= 7: Bom 7 < NG <= 5: Regular NG < 5: Insatisfatório	Grau de desempenho:	Ótimo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2025 a AGEVAP reafirmou seu compromisso de atender ao Contrato de Gestão 068/2022, aos Comitês da Bacia da Ilha Grande e Guandu e seu papel na Política Estadual de Recursos Hídricos, de forma transparente, ética e responsável, visando à melhoria contínua para atingimento das metas nos próximos anos.

Dando protagonismo aos comitês atendidos, a AGEVAP hoje executa o maior programa de esgotamento sanitário em áreas não urbanas do país, realizando em 2025 uma contratação que superou R\$ 56 milhões de reais para o atendimento em ambas as regiões hidrográficas. Em paralelo, avançou em projetos de outras agendas como infraestrutura verde, monitoramento, educação ambiental e outros.

Além dos projetos, a AGEVAP segue na execução das ações de secretaria executiva, em demandas socialmente complexas, que quando mensuradas são de forma meramente quantitativa, mas que demandam planejamento, contratações e muito trabalho, como evento de aniversário no Palácio Guanabara, organização de estrutura no ENCOB e, neste ano, na COP 30, realizada em Belém/PA.

Em processo de evolução, o desembolso 2025 superou o 2024, sendo o maior da série histórica de ambos os Comitês, e o maior desembolso do FUNDRHI-RJ, ou seja, do estado do Rio de Janeiro, via Delegatária, desde a implementação da cobrança. São números que demonstram o esforço da AGEVAP em cumprir seu papel.

Informamos, por fim, que este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração da AGEVAP e será apresentado ao Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, formado por membros dos CBHs BIG e Guandu.

Resende, 31 de janeiro de 2026.

(assinado eletronicamente)
Aline Raquel Alvarenga

Diretora-Presidente interina da AGEVAP



LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Detalhamento de Reuniões e Eventos

Anexo II - Encaminhamentos

Anexo III - Detalhamento - Indicador 3

Anexo IV - Detalhamento Financeiro

Anexo V - Boletim CBH BIG

Anexo VI - Revista Guandu



ANEXO I – Reuniões e eventos

Detalhamento de reuniões (indicador 1) referente a RH I (CBH Baía de Ilha Grande)

Nº previsto	22
Nº realizado	22

Nº	Data	Instância	Registro
1	16/01/2025	1ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
2	29/01/2025	1ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
3	13/02/2025	80ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
4	11/03/2025	2ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
5	13/03/2025	28ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos	Ata
6	20/03/2025	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento	Ata
7	10/04/2025	81ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
8	24/04/2025	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
9	15/05/2025	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
10	12/06/2025	82ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
11	14/07/2025	4ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
12	30/07/2025	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento	Ata
13	14/08/2025	83ª Reunião Ordinária Plenária	Ata

Anexo I



14	17/09/2025	5ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
15	26/09/2025	29ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos	Ata
16	22/10/2025	84ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
17	13/11/2025	6ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
18	14/11/2025	30ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos	Ata
19	26/11/2024	15ª Reunião Extraordinária Plenária	Ata
20	01/12/2025	Seminário dos Usuários de Água da Baía da Ilha Grande	Comprovante
21	12/12/2025	85ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
22	15/12/2025	6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento	Ata

Anexo I



ANEXO I – Reuniões e Eventos

Detalhamento de reuniões (indicador 1) referente a RH II (CBH Guandu):

Nº previsto	67
Nº realizado	71

Nº	Data	Instância	Registro
1	14/01/2025	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
2	28/01/2025	1ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Ata
3	29/01/2025	1ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
4	06/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
5	06/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
6	20/02/2024	1ª Reunião Ordinária da Plenária	Ata
7	21/02/2025	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Ata
8	28/02/2025	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
9	07/03/2025	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Ata
10	12/03/2025	1ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Ata
11	18/03/2025	Workshop de Combate e Prevenção a Queimadas e Incêndios Florestais - CBH Guandu RJ	Site do Comitê Guandu - RJ
12	20/03/2025	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
13	04/04/2025	Aniversário Comitê Guandu	Site do Comitê Guandu - RJ

Anexo I



14	10/04/2025	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
15	10/04/2025	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
16	24/04/2025	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
17	28/04/2025	4ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
18	30/04/2025	1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
19	06/05/2025	1ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH-Guandu	Ata
20	06/05/2025	Painel de Enquadramento dos Corpos Hídricos	Site Comitê Guandu - RJ
21	08/05/2025	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
22	21/05/2025	1ª Reunião Grupo de Trabalho Juventude	Ata
23	22/05/2025	2ª Reunião Ordinária da Plenária	Ata
24	26/05/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Ata
25	30/05/2025	2ª Reunião Grupo de Trabalho Juventude	Ata
26	09/06/2025	5ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
27	11/06/2025	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
28	16/06/2025	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
29	03/07/2025	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
30	09/07/2025	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata

Anexo I



31	17/07/2025	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Segurança Hídrica	Ata
32	17/07/2025	1ª Reunião Extraordinária da Plenária	Ata
33	25/07/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude	Ata
34	04/08/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude	Ata
35	04/08/2025	1ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
36	06/08/2025	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
37	07/08/2025	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
38	18/08/2025	7ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
39	21/08/2025	3ª Reunião Ordinária da Plenária	Ata
40	28/08/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
41	04/09/2025	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
42	16/09/2025	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Segurança Hídrica	Ata
43	22/09/2025	5ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude	Ata
44	02/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
45	06/10/2025	8ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
46	08/10/2025	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
47	09/10/2025	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata

Anexo I

48	13/10/2025	2ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
49	15/10/2025	2ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
50	16/10/2025	3ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
51	16/10/2025	4ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
52	17/10/2025	5ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
53	17/10/2025	6ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
54	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Ata
55	22/10/2025	6ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude	Ata
56	24/10/2025	7ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
57	24/10/2025	8ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
58	24/10/2025	9ª Reunião da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu - CECG	Ata
59	04/11/2025	1ª Reunião Análise Recursos Sociedade Civil - CECG	Ata
60	07/11/2025	5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde - GTIV	Ata
61	10/11/2025	2ª Reunião Análise Recursos Sociedade Civil - CECG	Ata
62	11/11/2025	9ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Ata
63	12/11/2025	5ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
64	25/11/2025	1ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas CTEG e CTIL-G	Ata

Anexo I

65	27/11/2025	2ª Reunião Extraordinária Plenária - PAAD	Ata
66	01/12/2025	Fórum de Segmento Processo Eleitoral – Poder Público	Ata
67	02/12/2025	Fórum de Segmento Processo Eleitoral – Usuários	Ata
68	03/12/2025	Fórum de Segmento Processo Eleitoral – Sociedade Civil	Ata
69	10/12/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Segurança Hídrica	Ata
70	11/12/2025	4ª Reunião Ordinária da Plenária	Ata
71	15/12/2025	6ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata

Anexo I



ANEXO II – Encaminhamentos e Demandas

Detalhamento de encaminhamentos (indicador 2) referente a RH I (CBH Baía da Ilha Grande):

Nº requerido	42
Nº atendido	42

Nº	Data da demanda	Fonte da demanda	Descrição da Demanda / Encaminhamento	Link de acesso à ata ou registro da reunião que originou a demanda	Status da demanda	Comprovante
1	16/01/2025	Diretoria colegiada	Realiza Convocatória para 80ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
2	16/01/2025	Diretoria Colegiada	Apresentar o Plano de Comunicação na 80ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
3	28/01/2025	Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Realizar convocatória para 01ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Documento de Origem	Atendida	Atendida
4	22/01/2025	CBH-BIG (Transpetro)	Fazer declaração de participação no Seminário de Usuários de Água (Transpetro)	Documento de Origem	Atendida	Atendida
5	22/01/2025	CBH-BIG	Fazer declaração de participação no Seminário de Usuários de Água (Brasfells)	Documento de Origem	Atendida	Atendida
6	22/01/2025	Instituto Estadual do Ambiente	Responder questionário para o Mapeamento de Ações de Educação Ambiental e de Capacitação promovidos pelos CBHs	Documento de Origem	Atendida	Atendida

Anexo II



7	28/01/2025	Ministério Público Federal	Agendamento de Reunião com MPP	Documento de Origem	Atendida	Atendida
8	31/01/2025	CIRSOL	Resposta ao convite para participação como palestrante no II CIRSOL	Documento de Origem	Atendida	Atendida
9	05/02/2025	Associação de Moradores da Praia Grande	Resposta a solicitação de informações sobre a ETE Praia Grande	Documento de Origem	Atendida	Atendida
10	11/02/2025	Diretoria Colegiada	Discutir o Acordo de Cooperação Técnica pra apoio às campanhas de monitoramento da qualidade da Água do INEA	Documento de Origem	Atendida	Atendida
11	13/02/2025	Diretoria Colegiada	Divulgação da lista de Frequência das instituições na 81ª ROP	Documento de Origem	Atendida	Atendida
12	13/02/2025	CBH-BIG/AGEVAP	Apresentação do Relatório de Execução do CG 68/2022 na 81ª ROP	Documento de Origem	Atendida	Atendida
13	11/03/2025	Diretoria Colegiada	Aprovação da resolução de alteração dos valores das ajudas de custo aos membros do CBH-BIG	Documento de Origem	Atendida	Atendida
14	11/03/2025	Diretoria Colegiada	Aprovação dada realização do Acordo de Cooperação Técnica de monitoramento da qualidade de água	Documento de Origem	Atendida	Atendida
15	11/03/2025	Diretoria Colegiada	Apresentação do índice de frequência das instituições do CBH-BIG nas reuniões plenárias	Documento de Origem	Atendida	Atendida
16	11/03/2025	Diretoria Colegiada	Realizar convocatória para 81ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida

Anexo II



17	31/03/2025	Plenária	Apresentação do Relatório de Contas do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022, referente ao exercício de 2024	Documento de Origem	Atendida	Atendida
18	31/03/2025	Plenária	Enviar a apresentação do relatório de contas do Contrato de Gestão para os membros do comitê	Documento de Origem	Atendida	Atendida
19	10/04/2025	Plenária	Definição do número de representantes no ENCOB	Documento de Origem	Atendida	Atendida
20	05/05/2025	Plenária	Enviar à ANA Carta 13/2025/CBHBIG que versa sobre o monitoramento hidrológico dos rios federais que drenam para a Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande - BIG	Documento de Origem	Atendida	Atendida
21	15/05/2025	Diretoria Colegiada	Realizar a Convocatória para 82ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
22	15/05/2025	Diretoria Colegiada	Apresentação do andamento do Plano de Ação de Educação Ambiental	Documento de Origem	Atendida	Atendida
23	23/05/2025	Diretoria Colegiada	Envio à Prefeitura de Angra dos Reis da Carta CBH-BIG nº 15/2025, que versa sobre a solicitação de um posicionamento da prefeitura em relação a continuidade do projeto SES Japariz	Documento de Origem	Atendida	Atendida
24	23/05/2025	Diretoria Colegiada	Envio à Prefeitura de Paraty da Carta CBH-BIG nº 16/2025, que versa sobre a solicitação de um posicionamento da prefeitura em relação a continuidade do projeto ETE Praia Grande	Documento de Origem	Atendida	Atendida
25	27/05/2025	CBH-BIG/AGEVAP	Envio do Relatório de Avaliação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão 068/2022 à Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
26	27/06/2025	Diretoria Colegiada	Enviar carta CBH-BIG nº 18/2025 que dispõe sobre a atualização da PAAD, à GERAGUA/INEA	Documento de Origem	Atendida	Atendida

Anexo II



27	31/07/2025	CBH-BIG/AGEVAP	Enviar do Acordo de Cooperação Técnica do SANEAR BIG À Prefeitura de Paraty	Documento de Origem	Atendida	Atendida
28	14/07/2025	Diretoria Colegiada	Realizar a Convocatória para 83ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
29	14/07/2025	Diretoria Colegiada	Aprovar alteração de Rubrica no Projeto da Aldeia Sapukai	Documento de Origem	Atendida	Atendida
30	14/07/2025	Diretoria Colegiada	Convidar Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Paraty para o ENCOB	Documento de Origem	Atendida	Atendida
31	14/07/2025	Diretoria Colegiada	Enviar carta solicitando apoio a atividade da coleta de água para monitoramento à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Paraty	Documento de Origem	Atendida	Atendida
32	11/09/2025	CBH-BIG/AGEVAP	Enviar o Acordo de Cooperação Técnica do SANEAR BIG para assinatura da Prefeitura de Angra dos Reis	Documento de Origem	Atendida	Atendida
33	17/09/2025	Diretoria Colegiada	Enviar para Casa da Cultura de Paraty solicitação de espaço para realização da 84ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
34	17/09/2025	Diretoria Colegiada	Realizar a Convocatória para 84ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
35	01/10/2025	Câmara Técnica de Monitoramento	Enviar convite à Coordenadora da Secretaria Executiva de CBHs do INEAMA Bahia para o Webinar da Câmara Técnica de Monitoramento	Documento de Origem	Atendida	Atendida
36	01/10/2025	Câmara Técnica de Monitoramento	Enviar convite ao presidente do CBH Frades, Buranhém e Santo Antônio para o Webinar Câmara Técnica do Monitoramento	Documento de Origem	Atendida	Atendida

Anexo II



37	06/11/2025	Diretoria Colegiada	Enviar carta à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Paraty para apoio a coleta de água para análise de qualidade	Documento de Origem	Atendida	Atendida
38	11/11/2025	Diretoria Colegiada	Enviar aos membros, o Edital para preenchimento de vagas do CBH-BIG no Biênio 2026-2028	Documento de Origem	Atendida	Atendida
39	13/11/2025	Diretoria Colegiada	Realizar convocatória para 85ª Reunião Ordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
40	13/11/2025	Diretoria Colegiada	Realizar repasse do Programa de Esgotamento Sanitário SANEAR BIG Aldeia, Sapukai e ETE Praia Grande à Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida
41	14/11/2025	Diretoria Colegiada	Aprovar resolução do Programa Anual de Atividades e Desembolsos para 2026	Documento de Origem	Atendida	Atendida
42	14/11/2025	Diretoria Colegiada	Realizar convocatória para 15ª Reunião Extraordinária Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida

Anexo II



ANEXO II – Encaminhamentos e Demandas

Detalhamento de encaminhamentos (indicador 2) referente a RH II (CBH Guandu):

Nº requerido	71
Nº atendido	71

Nº	Data da demanda	Fonte da demanda	Descrição da Demanda / Encaminhamento	Link de acesso à ata ou registro da reunião que originou a demanda	Status da demanda	Comprovante
1	14/01/2025	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Enviar por e-mail proposta dos critérios de hierarquização e das práticas conservacionistas para os membros do grupo	Ata	Atendida	Atendida
2	28/01/2025	1ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Agendar reunião com os municípios (Paracambi, Seropédica e Rio Claro) e INEA para melhor entendimento e auxílio aos que não emitiram as licenças necessárias para dar continuidade à construção das ETES do programa SANEAR Guandu;	Ata	Atendida	Atendida
3	28/01/2025	1ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Montar programação de visitas da Diretoria aos municípios para alinhamento sobre as ações do PAF;	Ata	Atendida	Atendida
4	06/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Solicitar o envio/Apresentação prévia das demandas dos municípios para o workshop de Combate a queimadas e incêndios florestais	Ata	Atendida	Atendida
5	06/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	"Acionar o CERHI sobre o problema em comum dos CBHs, por conta dos valores defasados estabelecidos para diárias e cotas de traslado pelo Decreto Estadual nº 46.611/2019	Ata	Atendida	Atendida
6	06/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Encaminhar para decisão da Plenária, a participação na 3ª Conferência Mundial dos Oceanos 2025, considerando espaço para apresentação dos projetos executados pelo Comitê, desde que os projetos estejam previstos no Plano de Bacia, MOP, PAP e PAAD	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II



7	20/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Plenária	Encaminhar à diretoria a incumbência de criar uma Resolução ad referendum, com critérios de seleção, para normatizar a participação do Comitê na 3ª Conferência Mundial dos Oceanos 2025, em Nice	Ata	Atendida	Atendida
8	20/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Plenária	Inserir como próximo ponto de pauta: a situação de desembolso do Comitê, numa discussão mais ampla e as propostas para melhorias	Ata	Atendida	Atendida
9	20/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Plenária	Itens sobre apresentações de relatórios foram transferidos para próxima reunião, por falta de quórum	Ata	Atendida	Atendida
10	20/02/2025	1ª Reunião Ordinária da Plenária	Aprovação do apoio ao evento da JPS foi transferido para decisão de diretoria colegiada, por falta de quórum	Ata	Atendida	Atendida
11	21/02/2025	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Convocar reunião presencial em 07/03/2025, presencial, na Nuclep, para avaliação dos vídeos;	Ata	Atendida	Atendida
12	21/02/2025	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Apresentar proposta para ampliação no Amigos do Guandu.	Ata	Atendida	Atendida
13	28/02/2025	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Realizar análise de viabilidade das ações previstas para a Agenda de infraestrutura verde - 2025	Ata	Atendida	Reuniões não foram convocadas pela coordenação, por um período, e retornaram com novas pautas
14	28/02/2025	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Encaminhar resolução de hierarquização para a 2ª RO CTEG de 2025	Ata	Atendida	Atendida
15	28/02/2025	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Convocar a próxima reunião para 15 de abril às 14h00min	Ata	Atendida	Reuniões não foram convocadas pela coordenação, por um período, e retornaram com novas pautas
16	07/03/2025	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Convidar os representantes dos municípios da RH II para a próxima reunião do GTEA para que eles apontem a realidade de seus municípios e auxiliem na construção do planejamento do projeto Amigos do Guandu para o ano de 2026.	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II



17	12/03/2025	1ª Reunião Extraordinária Diretoria Colegiada	Enfatizar no convite para o Workshop o que vai ser desenvolvido durante o evento e que não será um encontro para distribuição de EPIs;	Ata	Atendida	Atendida
18	12/03/2025	1ª Reunião Extraordinária Diretoria Colegiada	Organizar a reserva de locais/cadeiras para a diretoria e membros do Comitê no evento de aniversário em 03/04/2025;	Ata	Atendida	Atendida
19	12/03/2025	1ª Reunião Extraordinária Diretoria Colegiada	Fazer a cotação da contratação de agência para as passagens aéreas, a fim de incluir no valor total da resolução para viagem à 3ª Conferência Mundial dos Oceanos, e aprovar a Resolução ad referendum por e-mail;	Ata	Atendida	Atendida
20	12/03/2025	1ª Reunião Extraordinária Diretoria Colegiada	Enviar cartas ao CERHI e ao FFCBH solicitando provocar o Estado para atualização do Decreto Estadual nº 46.611 de 28 de março de 2019, por conta dos valores defasados, que impacta diretamente todos os Comitês de Bacias do Estado do RJ. E sugerir à Plenária incluir cláusula de reajustes anuais pelo IPCA.	Ata	Atendida	Atendida
21	10/04/2025	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Enviar e-mail a todos os membros da CTEG propondo a RE para 17/04, para análise da planilha de consolidação das demandas a serem doados aos municípios - podendo ser cancelada caso o envio da planilha por e-mail já atenda a solicitação dos membros.	Ata	Atendida	Atendida
22	10/04/2025	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Prever para 2026 uma nova consulta aos municípios e órgãos (bens móveis e imóveis), sem garantir recursos para a seleção de propostas de 2025	Ata	Atendida	Atendida
23	10/04/2025	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Enviar proposta de mudança das datas da CTEG para as próximas ordinárias a fim de atender a agenda pessoal de membros, que impossibilitam a participação as quintas-feiras: 05/06 de manhã - para 04/06 a tarde 07/08 de manhã - para 06/08 a tarde 09/10 de manhã - para 08/10 a tarde	Ata	Atendida	Atendida
24	30/04/2025	1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Apresentar próxima reunião da CTEG um cronograma para construção da ação (para o processo da doação de bens patrimoniais) para inserção na próxima PAAD 2026	Ata	Atendida	Atendida
25	08/05/2025	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Solicitar à Águas do Rio apresentar em uma próxima reunião da CTSB sobre os status das soluções coletivas no município de Nova Iguaçu	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II



26	26/05/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Aguardar o envio da programação do evento promovido por Mauro Pereira na semana do Meio Ambiente, para ser balizado a participação no âmbito da Diretoria Colegiada e posteriormente definida a representação de um membro do GTEA.	Ata	Atendida	Atendida
27	16/06/2025	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Dar andamento na organização do curso de brigadistas	Ata	Atendida	Atendida
28	16/06/2025	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Dar andamento no apoio financeiro ao FFCBH para a contratação do estande no XXVI ENCOB 2025	Ata	Atendida	Atendida
29	16/06/2025	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Providenciar a ida de 15 membros ao XXVI ENCOB 2025	Ata	Atendida	Atendida
30	16/06/2025	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Prever na PAAD 2026, a realização de evento de ICMS Verde, pontuando as questões de resíduos	Ata	Atendida	Atendida
31	03/07/2025	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico – CTSB	Apresentar na próxima reunião da CTSB as informações sobre as soluções coletivas para Queimados, Nova Iguaçu e Japeri.	Ata	Atendida	Atendida
32	17/07/2025	1ª RE Plenária	Encaminhar a CTIL-G a proposta de criação de um GT para a criação de agencia de bacia	Ata	Atendida	Atendida
33	04/08/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude - GTJ	Montar um drive compartilhado para o GTJ	Ata	Atendida	Atendida
34	04/08/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude - GTJ	Propor alguns temas pelo grupo de WhatsApp e verificar a possibilidade de convidar membros de outras instâncias do comitê para auxiliar na formação e capacitação do GT	Ata	Atendida	Atendida
35	04/08/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude - GTJ	Convidar o GTJ para eventos que o comitê participar	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II



36	04/08/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude - GTJ	Fazer postagens relativas ao GTJ nas redes sociais do Comitê	Ata	Atendida	Atendida
37	04/08/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude - GTJ	Levantamento de projetos referentes a juventude realizados na RH II	Ata	Atendida	Atendida
38	04/08/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Juventude - GTJ	Estruturação de uma cartilha (conteúdo, tema) na próxima reunião	Ata	Atendida	Atendida
39	06/08/2025	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais - CTEG	Entrar na pauta do GTIV debate e aprovação sobre a execução do Plano de Prevenção e Combate a Queimadas florestais, conforme o PERH	Ata	Atendida	Atendida
40	07/08/2025	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão – CTIL-G	Minutar uma resolução para criação de um Grupo de Trabalho para estudo de criação de agência de águas para próxima CTIL-G	Ata	Atendida	Atendida
41	21/08/2025	3ª Reunião Ordinária da Plenária	Comite consultar a procuradoria do INEA para repasse direto aos fundos municipais de meio ambiente	Ata	Atendida	Atendida
42	21/08/2025	3ª Reunião Ordinária da Plenária	Comite consultar a procuradoria do INEA para locação de veículos para os municípios	Ata	Atendida	Atendida
43	28/08/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Enviar apresentação sobre a Reunião GTIV 28/08/2025 para os convidados da reunião que solicitaram.	Ata	Atendida	Atendida
44	28/08/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Encaminhar a discussão do item “Adesão do Comitê Guandu ao Programa de Restauração e Conservação Florestal do Corredor ecológico Tinguá-Bocaina” para a CTEG”	Ata	Atendida	Atendida
45	28/08/2025	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Manter os seguintes itens do 2 ao 10 em discussão nas próximas reuniões	Ata	Atendida	Atendida
46	04/09/2025	4ª RO Câmara Técnica de Saneamento Básico	Responder como garantir a execução das soluções coletivas previstas no estudo para as áreas rurais. Qual a solução para execução das áreas já apontadas;	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II



47	04/09/2025	4ª RO Câmara Técnica de Saneamento Básico	Prever numa próxima edição do SANEAR recursos para o monitoramento dos resultados das soluções;	Ata	Atendida	Aguarda próxima edição
48	04/09/2025	4ª RO Câmara Técnica de Saneamento Básico	Apresentar o levantamento de todas as resoluções relacionadas a saneamento e as discutidas na CTSB e os resultados	Ata	Atendida	Atendida
49	02/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Solicitar à diretoria o envio de um comunicado aos membros do GT para incentivar a participação nas reuniões;	Ata	Atendida	Atendida
50	02/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Realizar reunião de mobilização (não formal do CBH) para o dia 13/10/2025 às 14hrs, em formato online, convidando os municípios - assunto: criação de Rede Gestora para o território da RH II, visando a implantação dos PMMA e articulação das ações intermunicipais (PMMA) - posteriormente agendar uma reunião do GTIV.	Ata	Atendida	Atendida
51	06/10/2025	8ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Enviar a Planilha do PAAD 2026	Ata	Atendida	Atendida
52	06/10/2025	8ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Solicitação de participação de serviços necessários para o Colegiado na COP 30 em Belém, como: Fomento à capacitação e eventos de recursos hídricos - R\$ 70.000,00 / Fomento a realização e participação nas reuniões do Comitê Guandu - RJ e participação dos membros do comitê em eventos externos - R\$30.000,00	Ata	Atendida	Atendida
53	06/10/2025	8ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Aditivar o contrato de material institucional para a COP 30 (folders e ecobags)	Ata	Atendida	Atendida
54	08/10/2025	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais - CTEG	Solicitar ao INEA documento formalizando a nova dinâmica do projeto Observatório da Bacia e a devolução dos recursos	Ata	Atendida	Atendida
55	08/10/2025	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais - CTEG	Solicitar a CTIL-G uma reunião conjunta para debater o tema do Observatório da Bacia	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II



56	09/10/2025	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão – CTIL-G	Avisar a coordenação da CTEG sobre reunião conjunta	Ata	Atendida	Atendida
57	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Incluir na programação do Amigos do Guandu 2026 visita CEDAE	Ata	Atendida	Atendida
58	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Participação do GTEA de forma mais ativa no projeto (Amigos do Guandu)	Ata	Atendida	No decorrer do projeto
59	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Avaliação/percepção dos alunos em relação ao projeto	Ata	Atendida	No decorrer do projeto
60	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Calendário ambiental 2026 – estruturado	Ata	Atendida	Comunicação fará o envio
61	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Carta a NUCLEP solicitando coletores e cartilhas	Ata	Atendida	Atendida
62	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Próxima reunião com a presença da pedagoga	Ata	Atendida	aguarda próxima convocação 2026
63	21/10/2025	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Enviar o calendário ambiental seguido pela comunicação para os membros do GTEA, para pensarem em futuras ações e eventos para datas importantes	Ata	Atendida	Calendário em elaboração
64	07/11/2025	5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde – GTIV	Avaliar a inclusão da PAAD de linha exclusiva para apoiar um projeto de monitoramento de incêndios associado a um sistema de gestão das ações de combate, semelhante ao que é feito na parceria da TNC no Parque Nacional do Itatiaia e Parque Estadual da Pedra Selada, mas agora para ser realizado na APA Guandu.	Ata	Atendida	Atendida
65	11/11/2025	9ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Agendar os eventos de lançamento do PAF: 26 e 28/11 em Rio Claro e Eng. P. Frontin, e na segunda semana de dezembro para Miguel Pereira	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II



66	11/11/2025	9ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Enviar as datas para os diretores: lançamento do PAF, Oficina de aprovação da PAAD, Fóruns dos segmentos	Ata	Atendida	Atendida
67	11/11/2025	9ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Enviar as apresentações aos diretores sobre as programações da COP-30 para estudarem	Ata	Atendida	Atendida
68	25/11/2025	1ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas CTEG e CTIL-G	Aprovar o valor para um possível ACT entre a AGEVAP e a CEDAE, sem transferência de recursos	Ata	Atendida	Atendida
69	25/11/2025	1ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas CTEG e CTIL-G	Aprovar o valor para um possível contrato entre a AGEVAP/FAPUR/CEDAE/UFRRJ, com transferência de recursos	Ata	Atendida	Atendida
70	25/11/2025	1ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas CTEG e CTIL-G	Os dois itens acima ficam condicionados à aprovação dos instrumentos (ACT e contrato) pelo comitê	Ata	Atendida	Atendida
71	15/12/2025	6ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde - GTIV	Trabalhar dados do PMMA dos municípios que enviaram e dar retorno sobre isso na próxima reunião (janeiro 2026)	Ata	Atendida	Aguarda próxima convocação 2026

Anexo II





ACOMPANHAMENTO INDICADOR 3 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES PRIORIZADAS NA PAAD

Gerência CG INEA 068/2022

RH I BIG

	2024	2025	Total
Índice de execução previsto	100%	100%	100%
Índice de execução realizado	100%	100%	100%

Atividade	Execução prevista		Execução realizada		Status
	2024	2025	2024	2025	
Contratação de instituição para atualização e execução do plano de comunicação do CBH BIG	25%	0%	25%	0%	Atendida
Emitir Ordem de Serviço para início da execução do Contrato	15%	0%	15%	0%	Atendida
Atualização do Plano de ação com ênfase em educação ambiental	30%	0%	30%	0%	Atendida
Execução física de 40% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	30%	0%	30%	0%	Atendida
Execução física de 100% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	0%	35%	0%	35%	Atendida
Assinar termo aditivo de renovação contratual para o 2º ano	0%	30%	0%	30%	Atendida
Execução física de 40% do 2º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	0%	35%	0%	35%	Atendida



	2024	2025	Total
Índice de execução previsto	25%	25%	50%
Índice de execução realizado	25%	25%	50%

Atividade	Execução prevista		Execução realizada		Status
	2024	2025	2024	2025	
Contratação da executora do PAF	25%	0%	25%	0%	Atendida
Abertura de edital de seleção dos produtores	0%	7%	0%	7%	Atendida
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	0%	6%	0%	6%	Atendida
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	0%	6%	0%	6%	Atendida
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	0%	6%	0%	6%	Atendida





ACOMPANHAMENTO INDICADORES 4, 5 E 6 - COMPROMETIMENTO DE RECURSOS

Gerência CG INEA 068/2022

RH I BIG

Mês					Finalístico			Comitê	Custeio
	Saldo ¹ (R\$)	Repassé (R\$)	Rendimentos (R\$)	Valor disponível no mês (R\$)	Valor contratado ² (R\$)	Valor desembolsado (R\$)	Valor comprometido em ações finalísticas	Valor desembolsado (R\$)	Valor desembolsado ³ (R\$)
	A	B	C	D=A+B+C	E	F	G=E+F	H	I
Janeiro	7.076.330,01	0,00	42.506,15	7.118.836,16	0,00	41.329,39	41.329,39	181,83	22.277,67
Fevereiro	7.055.047,27	136.246,13	45.037,68	7.236.331,08	0,00	19.776,78	19.776,78	1.000,00	18.349,84
Março	7.197.204,46	0,00	42.426,60	7.239.631,06	0,00	8.445,18	8.445,18	4.830,16	18.209,33
Abril	7.208.146,39	0,00	44.870,91	7.253.017,30	0,00	1.079,17	1.079,17	4.240,00	22.220,65
Maio	7.225.477,48	0,00	45.632,02	7.271.109,50	0,00	12.043,06	12.043,06	7.980,46	19.613,59
Junho	7.231.472,39	0,00	47.170,69	7.278.643,08	0,00	22.634,69	22.634,69	4.446,96	18.650,26
Julho	7.232.911,17	549.012,35	47.045,17	7.828.968,69	0,00	21.288,98	21.288,98	5.562,80	21.239,38
Agosto	7.780.877,53	0,00	51.121,65	7.831.999,18	0,00	7.634,25	7.634,25	25.871,24	20.055,08
Setembro	7.778.438,61	0,00	51.126,82	7.829.565,43	0,00	110.697,14	110.697,14	42.375,13	28.947,10
Outubro	7.647.546,06	409.572,54	50.460,91	8.107.579,51	0,00	46.531,53	46.531,53	6.203,79	18.026,93
Novembro	8.036.817,26	0,00	53.180,78	8.089.998,04	0,00	662,56	662,56	2.851,92	21.810,39
Dezembro	8.064.673,17	0,00	52.885,06	8.117.558,23	1.674.440,51	2.134.464,35	3.808.904,86	2.840,36	29.228,28

Saldo (dez/24) (R\$)	Repassé (R\$)	Rendimentos (R\$)	Recurso total disponível (R\$)	Comprometido finalístico (R\$)	Desembolso Comitê (R\$)	Desembolso custeio (R\$)	Índice Indicador 4	Índice Indicador 5	Índice Indicador 6
A	B	C	D=A+B+C	E	F	G	H=E/D	I=(E+F+G)/D	J=G/(E+F+G)
7.076.330,01	1.094.831,02	573.464,44	8.744.625,47	4.101.027,59	108.384,65	258.628,50	46,90%	51,09%	5,79%

(1) Saldo de entrada no mês

(2) Valor previsto de ser desembolsado em 2025 de contratos assinados em 2025

(3) Desembolso mensal de custeio obtido na planilha da Gerência Financeira





ACOMPANHAMENTO INDICADORES 4, 5 E 6 - COMPROMETIMENTO DE RECURSOS

Gerência CG INEA 068/2022

RH II Guandu

Mês					Finalístico			Comitê	Custeio										
	Saldo ¹ (R\$)	Repassé (R\$)	Rendimentos (R\$)	Valor disponível no mês (R\$)	Valor contratado ² (R\$)	Valor desembolsado (R\$)	Valor comprometido em ações finalísticas	Valor desembolsado (R\$)	Valor desembolsado ³ (R\$)										
	A	B	C	D=A+B+C	E	F	G=E+F	H	I										
Janeiro	205.790.978,40	0,00	1.245.259,74	207.036.238,14	0,00	16.878.638,96	16.878.638,96	5.493,00	383.067,18										
Fevereiro	189.769.039,00	10.432.394,75	1.253.795,21	201.455.228,96	0,00	373.111,54	373.111,54	1.499,92	289.737,83										
Março	200.790.879,67	0,00	1.207.855,77	201.998.735,44	0,00	1.353.560,91	1.353.560,91	3.358,75	312.797,18										
Abril	200.329.018,60	0,00	1.345.294,43	201.674.313,03	0,00	1.603.006,29	1.603.006,29	7.554,53	370.962,56										
Maio	199.692.789,65	0,00	1.269.718,91	200.962.508,56	0,00	1.627.544,85	1.627.544,85	9.335,35	353.831,59										
Junho	198.971.796,77	0,00	1.350.946,55	200.322.743,32	0,00	1.787.859,06	1.787.859,06	13.156,82	314.492,34										
Julho	198.207.235,10	14.331.159,76	1.333.715,40	213.872.110,26	0,00	2.998.974,72	2.998.974,72	5.103,55	416.286,96										
Agosto	210.451.745,03	0,00	1.422.852,38	211.874.597,41	0,00	593.908,21	593.908,21	18.104,12	325.356,10										
Setembro	210.937.228,98	0,00	1.429.019,08	212.366.248,06	0,00	506.460,05	506.460,05	40.845,60	339.343,50										
Outubro	211.479.598,91	4.130.481,01	1.433.802,11	217.043.882,03	0,00	544.554,53	544.554,53	46.143,13	413.003,53										
Novembro	216.040.180,84	0,00	1.437.169,37	217.477.350,21	0,00	2.459.481,13	2.459.481,13	45.628,13	378.276,10										
Dezembro	214.593.964,85	0,00	1.440.976,62	216.034.941,47	7.545.894,30	10.368.790,10	17.914.684,40	1.572,29	519.913,48										
Saldo (dez/24) (R\$)	A	Repassé (R\$)	B	Rendimentos (R\$)	C	Recurso total disponível (R\$)	D=A+B+C	Comprometido finalístico (R\$)	E	Desembolso Comitê (R\$)	F	Desembolso custeio (R\$)	G	Índice Indicador 4	H=E/D	Índice Indicador 5	I=(E+F+G)/D	Índice Indicador 6	J=G/(E+F+G)
	205.790.978,40	28.894.035,52	16.170.405,57	250.855.419,49	48.641.784,65	197.795,19	4.417.068,35	19,39%	21,23%	8,29%									

(1) Saldo de entrada no mês

(2) Valor previsto de ser desembolsado em 2025 de contratos assinados em 2025

(3) Desembolso mensal de custeio obtido na planilha da Gerência Financeira



Anexo IV

Documento assinado digitalmente por: ALINE RAQUEL DE ALVARENGA em 28/01/2026 13:04:14

A autenticidade deste documento 00039.000282/2026-55 pode ser verificada no site <https://agevap.ikhon.com.br/verificador/verificacao.aspx> informando o código verificador: 9AABA118.



RELATÓRIO ESPECÍFICO
INDICADORES 4, 5 e 6 DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 068/2022

Anexo IV - Detalhamento da execução financeira
Contrato de Gestão 068/2022
Relatório de Execução - Exercício 2025

Quadro 1: Detalhamento da execução financeira

CBH	Objeto	Recurso Comprometido (R\$)	Natureza do comprometimento do recurso	Enquadramento da despesa	Ano de assinatura do instrumento
GUANDU	Ajuda de Custo/Deslocamento Terrestre - Membros do Comitê	R\$ 113.655,04	Desembolsado	Custeio Comitê	N/A
GUANDU	Deslocamento Aereo - Membros do Comitê - Bilacorp CT 065/2023	R\$ 81.247,15	Desembolsado	Custeio Comitê	2023
GUANDU	Anuidade Socio Institucional - Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH	R\$ 2.893,00	Desembolsado	Custeio Comitê	N/A
GUANDU	Serviço de Alimentação - Tiago Rolim CT 061/2024	R\$ 32.800,00	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Serviço de Alimentação - Tiago Rolim CT 029/2025	R\$ 12.800,00	Desembolsado	Finalístico	2025
GUANDU	Plataforma online com recursos de videoconferência - LR da Motta CT 047/2024	R\$ 2.430,72	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Plataforma Seobra - 682 Soluções CT 014/2021	R\$ 1.489,90	Desembolsado	Finalístico	2021
GUANDU	Domínio do site do CBH Guandu - SH Caetano CT 044/2022	R\$ 5.403,45	Desembolsado	Finalístico	2022
GUANDU	Contratação de empresa para a implementação de estrutura de identificação e comunicação visual na UD6 - Alavisual	R\$ 2.585,33	Desembolsado	Finalístico	2025
GUANDU	Prestação de serviço de stand para a participação do FFCBH no 26º ENCOB - ASSEMAE CT 044/2025	R\$ 65.371,79	Desembolsado	Finalístico	2025
GUANDU	Siga Guandu - K2FS CT 024/2024	R\$ 392.492,10	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Site Gestaguas - José Geraldo CT 009/2024	R\$ 1.145,70	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Observatório da Bacia	R\$ 16.086.868,20	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Implementação das Ações do Plano de Comunicação - Bumerangue 005/2022	R\$ 536.070,14	Desembolsado	Finalístico	2022
GUANDU	Material Gráfico Institucional - Coan CT 014/2024	R\$ 9.405,00	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Backdrop Led - Tecmais CT 035/2024	R\$ 7.200,00	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Material gráfico para comunicação, mobilização e conscientização ambiental - Gráfica Iguazu CT 052/2024	R\$ 48.705,00	Desembolsado	Finalístico	2024
GUANDU	Atualização do Plano de Contingência - Profill Engenharia CT 025/2025	R\$ 116.483,13	Desembolsado	Finalístico	2025



RELATÓRIO ESPECÍFICO
INDICADORES 4, 5 e 6 DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 068/2022

GUANDU	Impostos - Doação de bens Cine Guandu	R\$	966,73	Desembolsado	Finalístico	N/A
GUANDU	Gerenciadora do PAF - Água e Solo CT 054/2024	R\$	1.808.543,77	Desembolsado	Finalístico	1905
GUANDU	PAF Rio Claro - Ecovale CT 002/2023	R\$	660.686,44	Desembolsado	Finalístico	2023
GUANDU	PAF (PSA) - Edital 001/2025	R\$	920.026,03	Desembolsado	Finalístico	2025
GUANDU	Sanear Guandu - Lote 1 - Consórcio Sanear Rural CT 041/2021	R\$	14.219,85	Desembolsado	Finalístico	2021
GUANDU	Sanear Guandu - Lote 2 - Consórcio Sanear Rural CT 063/2023	R\$	6.618.360,61	Desembolsado	Finalístico	2023
GUANDU	Gerenciadora Sanear Guandu - Consórcio Guandu CT 012/2022	R\$	3.685.251,51	Desembolsado	Finalístico	2022
GUANDU	CPP Caixa Econômica CT 058/2023	R\$	14.907,77	Desembolsado	Finalístico	2023
GUANDU	Sanear - Bloco 3 - Consórcio Sanear Guandu CT 033/2025	R\$	5.173.293,97	Desembolsado	Finalístico	2025
GUANDU	Sanear - Bloco 2 - Consórcio Saneserra-Infra CT 036/2025	R\$	4.869.103,00	Desembolsado	Finalístico	2025
GUANDU	Assessoria técnica e administrativa nas demandas relacionadas elaboração, atualização, complementação e revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) - Consorcio Is Ambiental CT 055/2025	R\$	9.280,21	Desembolsado	Finalístico	2025
GUANDU	Equisição de EPIS e insumos para combate a incêndios florestais	R\$	2.957.257,94	Contratado	Finalístico	2025
GUANDU	Sanear Paulo de Frontin/RJ - Consórcio Sanear Guandu CT 032/2025	R\$	4.588.636,36	Contratado	Finalístico	2025
GUANDU	Recursos Humanos e Benefícios Unidade Descentralizada	R\$	926.619,8800	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
GUANDU	Custos Operacionais Unidade Descentralizada	R\$	202.899,1800	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
GUANDU	Recursos Humanos e Benefícios Sede	R\$	2.307.366,9100	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
GUANDU	Custos Operacionais Sede	R\$	353.847,3900	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
GUANDU	Prestação de Serviços de Terceiros	R\$	521.490,7700	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
GUANDU	Aquisição de Bens Permanentes	R\$	62.688,3600	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
GUANDU	Despesas com Conselhos	R\$	42.155,8600	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
BIG	Ajuda de Custo/Deslocamento Terrestre - Membros do Comitê	R\$	69.821,03	Desembolsado	Custeio Comitê	N/A
BIG	Deslocamento Aereo - Membros do Comitê - Bilacorp CT 065/2023	R\$	38.563,62	Desembolsado	Custeio Comitê	2023
BIG	Plataforma online com recursos de videoconferência - LR da Motta CT 047/2024	R\$	2.430,72	Desembolsado	Finalístico	2024

RELATÓRIO ESPECÍFICO
INDICADORES 4, 5 e 6 DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 068/2022

BIG	Serviço de Alimentação - Tiago Rolim CT 023/2024	R\$	20.800,00	Desembolsado	Finalístico	2024
BIG	Domínio do site do CBH BIG - SH Caetano CT 044/2022	R\$	5.403,45	Desembolsado	Finalístico	2022
BIG	Prestação de serviço de stand para a participação do FFCBH no 26º ENCOB - ASSEMAE CT 044/2025	R\$	1.562,93	Desembolsado	Finalístico	2025
BIG	CPP Caixa Econômica CT 064/2022	R\$	115.076,64	Desembolsado	Finalístico	2022
BIG	Material gráfico para comunicação, mobilização e conscientização ambiental - Gráfica Iguazu CT 052/2024	R\$	23.175,00	Desembolsado	Finalístico	2024
BIG	Atualização e execução do Plano de Comunicação do CBH BIG - Danthi CT 033/2024	R\$	164.389,37	Desembolsado	Finalístico	2024
BIG	Siga BIG - K2FS CT 024/2024	R\$	11.560,97	Desembolsado	Finalístico	2024
BIG	SANEAR BIG - Consórcio Sanear Guandu CT 033/2025	R\$	2.082.188,00	Desembolsado	Finalístico	2025
BIG	Observatório BIG	R\$	1.674.440,51	Contratado	Finalístico	2025
BIG	Recursos Humanos e Benefícios Unidade Descentralizada	R\$	143.400,43	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
BIG	Custos Operacionais Unidade Descentralizada	R\$	13.650,06	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
BIG	Recursos Humanos e Benefícios Sede	R\$	71.361,84	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
BIG	Custos Operacionais Sede	R\$	10.943,73	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
BIG	Prestação de Serviços de Terceiros	R\$	16.128,60	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
BIG	Aquisição de Bens Permanentes	R\$	1.840,04	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
BIG	Despesas com Conselhos	R\$	1.303,80	Desembolsado	Custeio Delegatária	N/A
TOTAL CG 068/2022			57.724.688,93			



Anexo IV

Documento assinado digitalmente por: ALINE RAQUEL DE ALVARENGA em 28/01/2026 13:04:14

A autenticidade deste documento 00039.000282/2026-55 pode ser verificada no site <https://agevap.ikhon.com.br/verificador/verificacao.aspx> informando o código verificador: 9AABA118.



RELATÓRIO ESPECÍFICO
INDICADORES 4, 5 e 6 DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 068/2022

Quadro 2: Resumo

CBH	Enquadramento da despesa	Recurso comprometido (R\$)	Total desembolsado (R\$)	Total contratado (R\$)
Guandu	Custeio CBH	197.795,19	R\$ 197.795,19	R\$ -
Guandu	Finalístico	48.641.784,65	R\$ 41.095.890,35	R\$ 7.545.894,30
Guandu	Custeio Delegatária	4.417.068,35	R\$ 4.417.068,35	R\$ -
Total Guandu		53.256.648,19	R\$ 45.710.753,89	R\$ 7.545.894,30
BIG	Custeio CBH	108.384,65	R\$ 108.384,65	R\$ -
BIG	Finalístico	4.101.027,59	R\$ 2.426.587,08	R\$ 1.674.440,51
BIG	Custeio Delegatária	258.628,50	R\$ 258.628,50	R\$ -
Total BIG		4.468.040,74	R\$ 2.793.600,23	R\$ 1.674.440,51
TOTAL CG 068/2022		57.724.688,93	R\$ 48.504.354,12	R\$ 9.220.334,81

Legenda:

CBH: Comitê de Bacia Hidrográfica.

Objeto: descrição sucinta que o projeto/ação visa abordar.

Recurso comprometido: valor desembolsado ou valor contratado, conforme anexo II do Contrato de Gestão.

Natureza do comprometimento do recurso: deve ser classificado entre Contratado ou Desembolsado.

Enquadramento da despesa: deve ser classificado entre Custeio delegatária, Custeio CBH ou Finalístico.

Ano de assinatura do instrumento: refere-se ao ano em que o contrato foi assinado.



Anexo IV



 Julho 2025

EDIÇÃO 02

BIG Notícias



Comitê de Bacia
Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande





Com a palavra o presidente

// Chegamos na metade do ano e a sensação é de dever quase cumprido. Avançamos em seis projetos, aportamos cerca de R\$ 5 milhões em causas que beneficiam diretamente os nossos corpos hídricos. Nosso Sanear BIG, o maior aporte da nossa história, vai impulsionar o saneamento básico e esgotamento sanitário dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, beneficiando domicílios de áreas rurais e periurbanas. Serão R\$ 3 milhões investidos, somente neste projeto.

Avançamos em agendas importantes, como a segunda fase do saneamento ecológico da Aldeia Araçonga e o início do projeto na Aldeia Sapukai, ambos desenvolvidos em parceria com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), o Fórum de Comunidades Tradicionais e a Fiocruz.

Para o próximo semestre, temos agendas importantes no radar, como o início do nosso programa de educação ambiental.

Aproveito o espaço para agradecer a participação e o empenho de todos os membros e parceiros. Juntos, estamos escrevendo uma grande história para a nossa Bacia. E, com toda certeza, estamos só no começo.

PAULINHO TARITUBA

Diretor-presidente do CBH-BIG



Por Dentro Da Bacia

Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande visita a Aldeia Araponga para início da nova fase do projeto de saneamento

O Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande (CBH BIG) aportou R\$ 310 mil na nova fase do projeto de saneamento da Aldeia Sapukai, comunidade indígena localizada no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro. Na última semana, técnicos do CBH-BIG e OTSS/Fiocruz estiveram presentes na comunidade para definição da parte prática do projeto, que prevê a construção de mais dois banheiros, a reforma de um já existente, diagnóstico e um curso para armazenamento de água de chuva. “Desta vez, a nossa visita à aldeia teve como principal objetivo definir toda a parte técnica, como o local onde serão construídos os banheiros. A execução da obra e todo o material produzido serão desenvolvidos em conjunto com os indígenas, tendo como idiomas o português e o Guarani, o que facilitará a compreensão de todos”, comenta Luiz Paulo Nascimento, diretor-presidente do CBH-BIG. O início das obras está previsto para o segundo semestre.

O projeto Saneamento Ecológico da Aldeia Sapukai, teve início em 2024, sendo desenvolvido através de acordo assinado entre a AGEVAP e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), com aporte financeiro do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, deliberado pelo Comitê de Bacia da Baía de Ilha Grande. “Este projeto permite que possamos levar mais qualidade de vida aos povos originários. Nesta fase do projeto, vamos ouvir os indígenas, entender as suas necessidades e desenvolver um projeto que esteja dentro do que a comunidade precisa”, comenta Tito Cals, pesquisador em Saneamento Ecológico no Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/Fiocruz) e membro do CBH-BIG.

CONHEÇA ALGUMAS FASES DO PROJETO:

Oficina de Desenho para Construção Participativa com os Indígenas



Documento assinado digitalmente por: ALINE RAQUEL DE ALVARENGA em 28/10/2028 13:04:14

A autenticidade deste documento 00039.000282/2028-55 pode ser verificada no site <https://agevap.lhnh.com.br/verificador/verificacao.aspx> Informando o código verificador: CDBBDOF6.

Por Dentro Da Bacia



**Cores e
Grafismo**



**Formato das
Janelas**



Cor das Portas

**2 portas com
centro grafismo**

Portas verdes



Conheça um pouco mais sobre o sistema principal de tratamento de efluentes escolhido: **o Bioete.**

- Não existe formação de lodo, o que torna a manutenção mais simples.
- O sistema possui 2m de comprimento e 0,80 m de diâmetro.
- Sem necessidade de cavar.
- A caixa gradeada evita a entrada de materiais maléficos ao sistema.

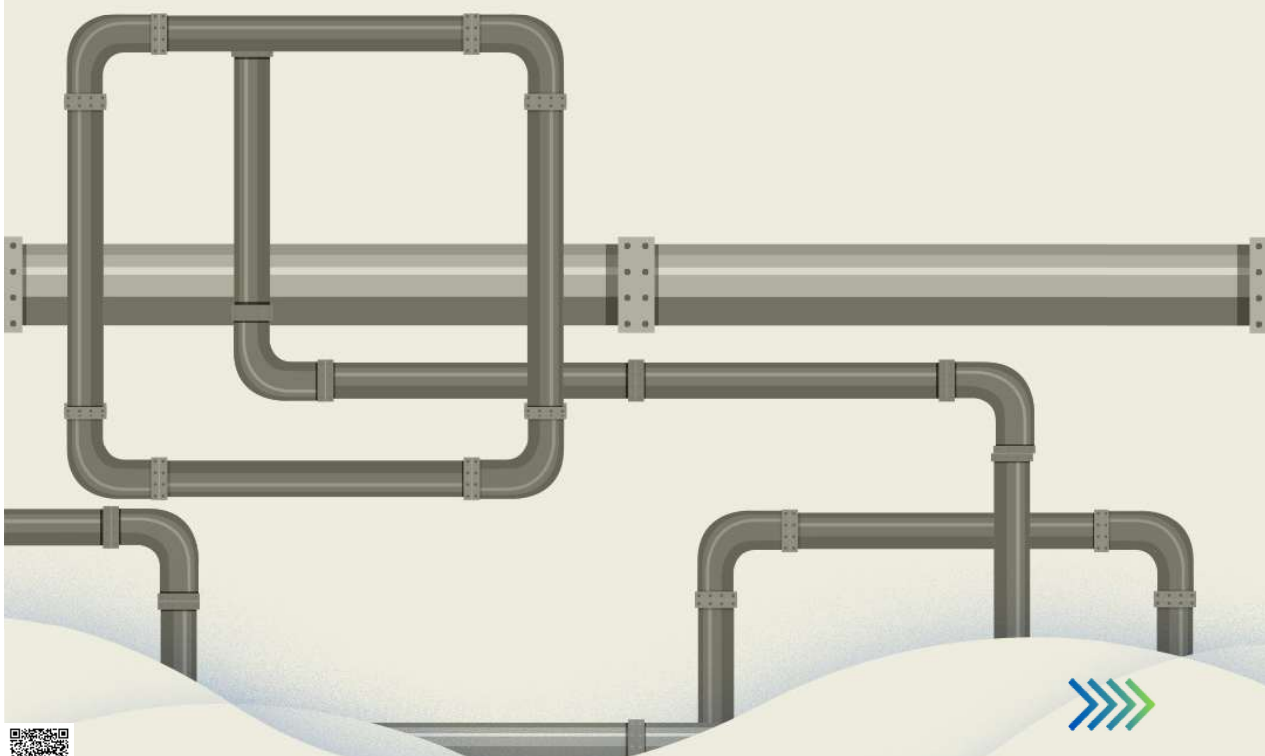


Por Dentro Da Bacia

Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande levará esgotamento sanitário a mais de 260 famílias em Angra dos Reis e Paraty

Foi realizado o processo licitatório, através da AGEVAP, de cerca de R\$ 3 milhões de reais em obras de esgotamento sanitário que vão atender 267 famílias nas localidades de Taquari e Sertão do Taquari, em Paraty, e Praia de Bananal e Praia da Longa na Ilha Grande, em Angra dos Reis. O aporte foi destinado, por meio do programa Sanear BIG, do Comitê de Bacia da Ilha Grande, a domicílios de áreas rurais e periurbanas, que não eram atendidos por redes e sistemas de esgotamento sanitário, a fim de reduzir o impacto de efluentes domésticos às principais captações de água da Bacia. “Ao longo dos anos, a Baía da Ilha Grande tem sido afetada pela descarga do esgoto não tratado e outros poluentes, comprometendo não só a qualidade da água, mas também a saúde das comunidades e biodiversidade. O programa tem como finalidade definir a aplicação estruturada deste recurso, contribuindo para a redução de doenças de veiculação hídrica, preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida, valorização imobiliária e turismo”, comenta o diretor-presidente do CBH-BIG, Luiz Paulo Nascimento.

O esgotamento sanitário é crucial para a saúde pública e o meio ambiente. Ele ajuda a prevenir doenças, proteger os recursos hídricos e garantir a qualidade de vida da população local. Por meio de um edital, aberto em 2024, 28 localidades foram inscritas pelas prefeituras dos municípios em questão. A licitação das obras foi realizada em 24 de maio. O próximo passo é a assinatura do Contrato e o início da mobilização social, onde as equipes visitam os moradores para falar do programa, da importância do esgotamento sanitário e buscam os aceites para que eles recebam gratuitamente as soluções. O programa poderá evitar que cerca de 150 mil litros de esgotos in natura sejam despejados por dia no meio ambiente. A previsão de início das obras é no segundo semestre de 2025.



Saneamento indígena: Os verdadeiros donos desta terra estão esquecidos

Tito Cals, engenheiro, pesquisador em Saneamento Ecológico no Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/Fiocruz) e membro da diretoria do CBH-BIG (Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande).

Fortalecer o saneamento dos povos originários deveria estar em qualquer planejamento, levando em consideração os quase dois milhões de indígenas que vivem em solo brasileiro, segundo o último Censo demográfico do IBGE. Entretanto encontramos uma realidade bem diferente, quando adentramos alguns territórios, observando indígenas vivendo em estado deplorável, sem uma estrutura básica aceitável para a vida humana. Não raro encontramos crianças e idosos, dividindo banheiros em péssimas condições, favorecendo o desenvolvimento de doenças e diminuindo a qualidade de vida de quem ali vive. Nesses bons anos em que trabalho com saneamento indígena, vi realidades de tirar o sono, como crianças que não puderam ser vacinadas devido às péssimas condições de higiene em que se encontravam e cacique de 103 anos que nunca tinha tido um banheiro em casa. O que será preciso acontecer, para que a atenção também esteja voltada para eles, os verdadeiros donos desta terra? Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a cada Real investido em saneamento é possível gerar uma economia de, no mínimo, quatro Reais em saúde. Ou seja, a conta da prevenção sempre sairá mais barata.

Sabemos que, em áreas urbanas, algumas metas definidas pelo novo Marco Legal do Saneamento, que visam a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta/tratamento de esgoto até 2033, já estão atrasadas e muitas pessoas ainda vivem em uma realidade inacreditável em pleno o ano de 2025. Para as comunidades tradicionais, o retrocesso é a ainda maior. Algumas aldeias estão literalmente esquecidas e entregues à própria sorte, quando falamos de questões sanitárias. O Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/Fiocruz) enxerga este cenário há bastante tempo e, desde 2009, busca melhorar um pouco a realidade dessas comunidades através de tecnologias sociais em saneamento ecológico. O Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande (CBH-BIG), por exemplo, instituição na qual também integro, desde 2011, aportou mais de R\$3 milhões em prol do esgotamento sanitário adequado e tratamento de esgoto de comunidades tradicionais de Angra dos Reis e Paraty. Parecem cifras altas, e realmente são, mas precisaríamos de, aproximadamente, mais de R\$ 12 milhões para sanarmos minimamente as questões sanitárias indígenas somente da região da Costa Verde do Rio de Janeiro.

A causa indígena tem pressa e os prejuízos vão além de questões humanitárias que já descrevi aqui. Os dejetos líquidos e sólidos, há anos jogados in natura no leito dos rios, impactam diretamente na qualidade da água consumida em todos os municípios onde aquele curso de água passa. Se consideramos, por exemplo, que cinco famílias utilizam os cinco banheiros construídos na Aldeia Araponga, em Paraty, cerca de 3 milhões de litros de esgoto deixam de contaminar o ambiente. Levando em consideração que algumas aldeias estão localizadas em nascentes, os estragos podem ser maiores.

Estamos correndo atrás do tempo perdido, inspirando o poder público, apresentando resultados e mostrando que é possível chegar nos lugares mais remotos. Principalmente quando trabalhamos junto com as comunidades, tornando os indígenas parte do processo, praticando uma escuta ativa, entendendo as suas necessidades e desenvolvendo um projeto que esteja dentro do que cada aldeia precisa. Infelizmente, todas as comunidades carecem de saneamento e, sem dúvida, temos o desejo de estar em todas, impulsionando o saneamento ecológico não somente da nossa região. Mas, como se diz por aí, abraçar o mundo não é possível. Alguns tentaram e não conseguiram. A boa notícia é que seguiremos firmes, trazendo cada vez mais referências positivas em prol dos verdadeiros donos desta terra e de nós, que chegamos um pouco depois.





Quilombo Santa Rita do Bracuí: História, Resistência e Futuro

Você conhece o Quilombo Santa Rita do Bracuí? Ele está localizado no distrito de Cunhambebe, no município de Angra dos Reis (RJ) e faz parte do território do CBH-BIG. A história dessa comunidade remonta a 1870, quando os descendentes de africanos escravizados permaneceram na região após a abolição, dando origem ao quilombo que hoje abriga cerca de 200 famílias, somando aproximadamente 1.800 pessoas.

As comunidades tradicionais, como a do Bracuí, são formadas por pessoas que partilham laços de parentesco, vizinhança, saberes, memórias e o sentimento de pertencimento a uma história comum. A história do Quilombo Santa Rita do Bracuí é profundamente marcada pela relação com Joaquim José de Souza Breves, o “Rei do Café”, um dos maiores traficantes de escravizados do século XIX. Após a proibição do tráfico negreiro pela Lei Feijó (1831), a família Souza Breves utilizou suas terras para o desembarque clandestino de africanos, abastecendo engenhos de açúcar e as plantações de café do Vale do Paraíba.

Hoje, muitas famílias do quilombo são descendentes diretos desses africanos. A memória dessa época é viva, preservada nas histórias orais e nas tradições culturais da comunidade. Um exemplo emblemático é a lembrança do naufrágio do Brigue Americano – Camargo, navio negreiro afundado próximo ao Bracuí. Segundo eles, a embarcação teria sido o último navio negreiro afundado, na Baía da Ilha Grande. Atualmente existe um estudo conjunto, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Associação Quilombola local, para levantamento de informações e preservação da região do naufrágio.

Além da memória dos navios tumbeiros, os moradores também recordam as ruínas de antigas fazendas e capelas dedicadas a Santa Rita e São José — nomes associados aos patriarcas da família Breves. Essas construções ainda hoje testemunham a resistência e a fé da comunidade.

O Rio Bracuí e a relação com o território

O Rio Bracuí é fundamental para a vida do quilombo. Suas águas limpas sustentam atividades de turismo comunitário, como banhos de rio, trilhas, contação de histórias e apresentações culturais de jongo. Contudo, nos últimos anos, as mudanças climáticas e enchentes severas alteraram o curso do rio, causando sérios problemas para a região. A ocupação desordenada, com construções próximas às margens, tem agravado os impactos ambientais. A comunidade luta pela preservação da mata ciliar e pela conscientização de que a natureza sempre buscará seu caminho, independentemente das barreiras humanas.

“O Bracuí é tudo para a gente. Recebemos grupos de turistas e os levamos para se banhar no rio. A água sempre foi limpa, mas depois das últimas enchentes estamos passando por sérios problemas. O curso do rio também foi modificado por conta das construções recentes”, conta Marilda de Souza Francisco, forte liderança do quilombo. Marilda também já fez parte do Conselho do CBH-BIG.



Povos da Bacia

Ela faz questão de destacar que o ser humano é o grande responsável pelas mudanças. **“Agora vamos ter que aprender a conviver com as mudanças, a receber a conta dos problemas que a gente mesmo criou. E ainda tem gente que não acredita nisso”**, diz.

“A natureza, para os moradores do quilombo, é vista como uma segunda bíblia: sábia, interligada e essencial para a vida”.

O território do Bracuí abriga diversos afluentes e pequenas cachoeiras, como o Rio Caracatinga, o Rio Bonito e o Rio Pequeno, que reforçam a importância da preservação das águas.

Tradições, saberes e economia solidária

A vida no quilombo também é marcada pelo manejo sustentável dos recursos naturais. Os moradores produzem artesanatos a partir de fibras e materiais locais, preservando técnicas ancestrais. Antigamente, o Rio Bracuí era navegável, e as trocas comerciais (escambo) eram práticas comuns: quem tinha canoa ia até a cidade buscar mantimentos e trocava produtos locais como peixe e farinha por arroz, carne ou sal. Esse modo de vida, baseado na solidariedade e no respeito à natureza, hoje é quase incompreensível para quem não conhece a história da região.

Com o avanço dos grandes empreendimentos e a expansão imobiliária, a comunidade viu parte de seu acesso ao mar e aos manguezais — considerados verdadeiros berçários da vida marinha — ser restringido. A luta pelo território é, portanto, também uma luta pela soberania alimentar e pela preservação ambiental.

“O mar era um grande supermercado, a gente não tinha o que comer e ia pro mar pegar os alimentos. Hoje em dia, devido aos grandes empreendimentos e os resorts nem pode passar dentro deles, uma terra que era nossa, tudo virou construção, o mangue a restinga, toda a região. o mangue é um grande berçário do mar. as pessoas não veem isso. as pessoas que são da região não tem mais esse direito de ter essa alimentação diferenciada.

Na região da Bacia da Ilha Grande temos rios e mares e costume dizer que não adianta fazer por um e não fazer pelo outro. Temos que proteger os mares, mas temos que cuidar das bacias. A natureza é muito sábia. ela não trabalha sozinha. É tudo interligado, a mata precisa do vento para jogar a semente. A natureza ela é muito sábia. a natureza é a segunda bíblia tem que saber estudar.

Organização e educação para a resistência

Como forma de se fortalecer diante dos ataques ao território tradicional, em 2005 os quilombolas fundaram a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA). A associação reúne jovens lideranças, griots, movimentos sociais e parceiros acadêmicos para promover a defesa dos direitos quilombolas e fomentar novas articulações.

Dentre as formas de resistência cultural, destaca-se a Educação Diferenciada, uma proposta que valoriza a história, as manifestações culturais e os modos de vida tradicionais. A Escola Municipal Áurea Pires da Gama realiza oficinas e eventos que reforçam a identidade quilombola. Graças a essas iniciativas e ao acesso a políticas públicas, cada vez mais jovens do Bracuí conseguem ingressar em universidades, rompendo um ciclo de exclusão histórica.

O saber tradicional também é preservado através da medicina popular: a comunidade organizou um livro reunindo conhecimentos sobre ervas medicinais e seus usos, reforçando a importância da sabedoria ancestral.



Povos da Bacia

O Jongo: resistência em ritmo e dança

Entre todas as manifestações culturais, o Jongo ocupa um lugar especial. Desde o século XIX, o jongo é praticado como forma de transmitir mensagens, contar histórias e reforçar laços comunitários. O Grupo de Jongo de Santa Rita do Bracuí continua a tradição, participando de rodas locais e encontros em outras comunidades, mantendo viva uma das expressões mais significativas da cultura afro-brasileira.



Almoço no Quilombo do Campinho

Você sabia que é possível ter uma experiência completa dentro de um Quilombo?

O Quilombo do Campinho da Independência, localizado a 13km do centro de Paraty oferece oficinas e um almoço tradicional e feito em fogão à lenha. Todas as refeições são preparadas com ingredientes frescos e locais, provenientes da produção agroecológica das 170 famílias que compõem o Quilombo.



Como chegar?

Localizado na altura do quilômetro 588 da Rodovia Rio Santos (BR 101).

Partindo do Rio de Janeiro, siga até Paraty. De lá são 13 km em direção à Ubatuba, na altura do km 588. Nesta altura, você encontrará placas indicando como chegar ao Quilombo.



Você sabia?

Faça parte do CBH-BIG.

Fique atento às datas das próximas reuniões!

Mês	Plenária	GAP	Diretoria Colegiada	CTM
Julho		09/07/2025	03/07/2025	
Agosto	14/08/2025			
Setembro			18/09/2025	11/09/2025
Outubro	09/10/2025			
Novembro		04/11/2025	13/11/2025	
Dezembro	09/12/2025			

*CTM - Câmara Técnica de Monitoramento

GAP - Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos.

Gostou do informativo?

Siga o CBH-BIG no Instagram (@cbh_big) e no Facebook (Facebook/cbhbig).



GUANDU



PAF pagará também por boas práticas agrícolas

Sanear amplia esgotamento sanitário e projeta fim dos lixões

“Amigos do Guandu” se consolida como sucesso na RH II

“Cine Guandu”, Podcast e campanhas aproximam Comitê da comunidade



MARÇO 2025

Danillo Galvão e Marilisse Navarro, nas terras da sua família

Foto: Leandro Aguiar



Sumário



Página **14**

PAF pagará também por boas práticas agrícolas

Foto: Arquivo

- 05** Documentário sobre o Rio Guandu terá produção em 2025
- 06** Alunos de Itaguaí e Paracambi são "Amigos do Guandu"
- 10** Sucesso do Sanear Guandu garante ampliação do programa
- 14** PAF amplia restauração florestal e valoriza boas práticas agrícolas
- 20** Campanha reforça conscientização contra as queimadas
- 23** Cine Guandu envolve jovens no debate pela água
- 26** Região Hidrográfica do Guandu já tem o seu Plano Diretor Florestal
- 28** PEA Guandu vai fortalecer a educação ambiental na RH II
- 29** Campanha mostra reciclagem ao alcance de todos
- 30** Segunda temporada de sucesso do "Quanto Vale a Água?"
- 33** Comitê Guandu disponibiliza recurso ao Inea para o Observatório da Bacia
- 35** Limites das Regiões Hidrográficas do RJ passam por ajustes
- 36** Estudo lançará novo Plano de Contingência
- 37** Guandu Presente: Comitê é representado em eventos
- 42** Calendário do Guandu e Calendário Ambiental



COMITÊ GUANDU-RJ

• USUÁRIOS DE ÁGUA

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - Abastecimento
Elton Luis da Silva Abel

Rio Mais Saneamento
Nelson Ricardo da Silva Carvalho

Águas do Rio 4 SPE S.A.
Aline Félix Ferreira

Fábrica Carioca de Catalisadores S.A - FCCSA
Celso Rodrigues da Silva Junior

TERNIUM Brasil Ltda
Bruno Martins da Rosa

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN
Marcelo Diab Elias Kaiuca

Associação das Empresas do Distrito Industrial de Queimados - ASDINQ
Rosana Viana Lima

Usinas Termelétricas Seropédica (UTE SRP) e Baixada Fluminense (UTE BF) - PETROBRAS S.A
Arthur Adelino de Freitas Cruz

Furnas Centrais Elétricas S.A.
Sérgio David

Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP
Viviane Montebello Carvalhosa

S.A. - Terminal Ilha Guaíba (TIG)
Ana Luíza Rabelo Prado

Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV
Tiago de Lima Azevedo

IGUÁ Rio de Janeiro
Nathália Salustiano Vieira Bragança

BRASKEM
Luiz Carlos Xavier da Silva

Light Energia S.A
Thales dos Santos Fernandes

• SOCIEDADE CIVIL

Fed. Assoc. Moradores do Munic. Rio - FAM-RIO
Licínio Machado Rogério

Instituto de Direito Coletivo - IDC
Tatiana Quintela de Azeredo Bastos

OMA-BRASIL
Nelson Rodrigues dos Reis Filho

TNC - The Nature Conservancy
Hendrik Mansur

Defensores do Planeta
Mauro André dos Santos Pereira

Associação Civil Vale Verdejante
Denise Thomé da Silva

Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri - FAMEJA
Esdras da Silva

Instituto Brasileiro de Direito Ambiental - IBDA
Magno Neves Barbosa

Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias - FONASC
Uiara Martins de Carvalho

Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR
Luiz Carlos Estrella Sarmento

Assoc. Profissional Eng Florestal - APEFERJ
Gustavo Wyse Abaurre

Universidade de Vassouras - FUSVE
Cristiane de Souza Siqueira Pereira

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção Nova Iguaçu
Paola de Oliveira Souza

Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro - AEARJ
Leonardo da Costa Lopes

Associação dos Gestores Ambientais do Estado do Rio de Janeiro-ANAGEA-RJ
Marcelo Danilo da Silva Bogalhão

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES Seção RJ
Mickaela Midon da Paixão

• PODER PÚBLICO

P. M. de Miguel Pereira
Luiz Fernando Carvalheira

P. M. Queimados
Antoni Felipe Oliveira de Andrade

P. M. Rio Claro
Evandro da Silva Batista

P. M. de Paracambi
Helio Vanderlei Coelho Filho

P. M. de Barra do Pirai
Tatiana Ferreira Furtado

P. M. de Pirai
Eleandro Machado Walverde

P. M. de Engenheiro Paulo de Frontin
Romário José Fernandes Candido

P. M. de Mendes
Zélia de Souza Pereira Raguzzoni

P. M. de Japeri
Marina Nunes dos Santos

P. M. de Itaguaí
Antonio Marcos Barreto

P. M. de Nova Iguaçu
Gustavo Giehl Coelho

P. M. de Seropédica
Flávia Constantino da Vitória

P. M. de Mangaratiba
Shayene Figueiredo Barreto

P. M. de Vassouras
Nicole Aparecida Martins Klimko Fraguas

Fundação Instituto das Águas do Rio de Janeiro - RIOÁGUAS
Wanderson José dos Santos

Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Márcio Franco da Costa

Secretaria de Estado de Turismo - SETUR
Helena Fortes de Freitas

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Ana Larronda Asti

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ
Karla Ayres de Lira

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Agrobiologia
Luiz Fernando Duarte de Moraes

EMBRAPA SOLOS
Enio Fraga da Silva

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Carlos José Saldanha Machado





Publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu-RJ)

Av. Ministro Fernando Costa, 775, sala 203
Fazenda Caxias – Seropédica/RJ
CEP 23895-265
Tel: (24) 98855-0814
Site: comiteguandu.org.br
E-mail: guandu@agevap.org.br

DIRETORIA COLEGIADA

Elton Luis da Silva Abel

Diretor Geral
CEDAE

Antoni Felipe Oliveira de Andrade

Diretor Executivo
P. M. Queimados

Ana Larronda Asti

Diretora de Recursos Hídricos
Secretaria de Estado do Ambiente e
Sustentabilidade (SEAS)

Paola de Oliveira Souza

Diretora de Saneamento
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) -
Subseção Nova Iguaçu

Cristiane de Souza Siqueira Pereira

Diretora de Restauração Ambiental
Universidade de Vassouras - FUSVE

Celso Rodrigues da Silva Junior

Diretor de Indústria e Energia
Fábrica Carioca de Catalisadores S.A – FCC

AGEVAP

Presidente do Conselho de Administração:

Jaime Teixeira Azulay

Presidente do Conselho Fiscal:

Sinval Ferreira da Silva

Diretora-Presidente Interina:

Aline Raquel Alvarenga

Assessor da Presidência:

Roberto Roballo Alves

Assessora Diretoria Executiva Resende:

Lívia Corrêa Silva

Diretora Executiva Resende Interina:

Rejane Monteiro da Silva Pedra

Gerente do Contrato de Gestão (INEA 068/2022):

Antonio Mendes de Souza Junior

Coordenadora de Núcleo:

Fátima Rocha

Especialistas Administrativos:

Amanda Resende, Christian Daniel Kozuf, Claudia Jacob da Costa Vasconcelos e Fernanda de Castro

Técnico Administrativo:

Maria Adelaide Lima Vicente

Especialista em Recursos Hídricos:

Gabriela Teixeira

Técnico em Recursos Hídricos:

Isabela Trece

Terceiros:

Mariana Rodrigues (Especialista em Recursos Hídricos), Izabelle Nogueira (Especialista em Comunicação) e Marja de Abreu Pinheiro (Auxiliar Administrativo)

Estagiários:

Maria Eduarda Souto, Lorena Araújo, Jonathan Almeida Silva e Camila Corrêa Neves

Comunicação:

Bumerangue Produções e Eventos



A Usina Elevatória do Vigário, localizada em Pirai, é um importante marco histórico e industrial da região

Foto: Acervo Comitê Guandu



Documentário sobre o Rio Guandu terá produção em 2025

Filme vai destacar a importância vital desse corpo hídrico para o estado, fortalecendo a consciência relacionada à preservação

As belezas, desafios e importância de uma das regiões hidrográficas que mais impactam no abastecimento e desenvolvimento do Rio de Janeiro vão estar em destaque em um documentário sobre o Rio Guandu, que será produzido neste ano pelo Comitê Guandu, ouvindo especialistas e moradores de 15 municípios.

O manancial, que tem uma bacia com área de 1.385 km² em todo seu percurso, até a foz, totalizando 48 km, é um dos mais importantes do estado por abastecer cerca de 9 milhões de pessoas no Grande Rio. O documentário, ainda sem título definido, vai mostrar as questões ambientais, históricas, sociais, econômicas e culturais do rio.

De acordo com o jornalista Antônio Mendes de Souza Júnior, gerente da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), o documentário foi pensado desde a concepção do Plano de Comunicação do Comitê Guandu, tamanha a necessidade de contar essa história com uma riqueza de conteúdo e detalhes, para que as pessoas conheçam melhor e sintam também a responsabilidade de preservar.

“O Rio Guandu e a bacia fazem parte de uma história rica, que a população Fluminense e do Brasil precisam conhecer. Começando na época do Império e todo desafio que era levar abastecimento para a capital, que só crescia. A transposição do rio Paraíba do Sul, o surgimento e o crescimento do complexo de geração de energia, uma cidade que deixou de existir, a construção da maior ETA do mundo e todo o desenvolvimento econômico e social em torno dessa história. É indispensável que todos saibam

da importância vital do Rio Guandu e da bacia para o estado, para fortalecer ainda mais a consciência relacionada ao cuidado e a preservação dos recursos hídricos”, explicou Antônio.

Além da parte histórica, o Rio Guandu terá as suas características mostradas desde a nascente, com o depoimento de ambientalistas, historiadores e de moradores que convivem de muito perto com ele. Os constantes impactos ambientais também terão um olhar atento.

O estado do Rio de Janeiro está dividido em nove Regiões Hidrográficas, a bacia dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim, área de atuação do Comitê Guandu-RJ, compõe a RH II. Durante o projeto, serão apresentadas diversas ações que são feitas há décadas pelo Colegiado, que tem como objetivos encontrar soluções para problemas antigos das águas, como a poluição e a falta de educação ambiental. Os projetos do Comitê vêm contribuindo há 23 anos para mudar aos poucos essa história.

O desenvolvimento econômico que passa pelo rio do Guandu será outro destaque, já que muitas empresas dependem das águas dele para movimentar seus negócios.

O filme pretende, ainda, fazer uma narrativa emocionante que mobilize as pessoas a entender as pequenas comunidades em volta do Rio Guandu. É natural uma relação de conflito entre as cidades e o uso de suas águas. Com o documentário, o Comitê Guandu quer dar mais uma contribuição para garantir que todos se mobilizem na busca por água em quantidade e limpa, devolvendo um rio saudável para o meio ambiente.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Alunos de Itaguaí e Paracambi são “Amigos do Guandu”

Projeto do Comitê Guandu-RJ ensina de forma lúdica a cuidar da natureza

Atenção dos alunos durante oficina de sementes e mudas na escola de Paracambi

Foto: Alex Ferro





A importância das florestas e do cuidado com a água para a preservação do planeta foram lições aprendidas pelos alunos das escolas municipais Comandante Azeredo Coutinho, em Paracambi, e Professora Maria Guilhermina de Souza Freire, em Itaguaí, durante o "Amigos do Guandu", projeto de educação ambiental do Comitê Guandu com parceiros

Entre outubro e dezembro de 2024, cerca de 200 alunos do 3º ao 5º anos iniciais do Fundamental das duas escolas da Região Hidrográfica II (RH II) participaram de diversas atividades lúdicas e educativas.

É entendendo o público infantil como fundamental para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e mais responsáveis, que o Comitê Guandu, por meio do "Amigos", levou até a criançada informações sobre o cuidado com o meio ambiente e a consequente melhoria da qualidade de vida da população.

"A participação das crianças e dos jovens é fundamental para a construção de um futuro mais sustentável. O projeto Amigos do Guandu tem sido uma ferramenta poderosa de educação ambiental. Com atividades lúdicas em escolas da RH II, o projeto sensibiliza estudantes sobre a importância da preservação da água e outros recursos naturais. Essa iniciativa não só educa, mas também cria uma nova geração de defensores do meio ambiente, conectando o aprendizado às realidades locais", avaliou a membro do Grupo de Trabalho da Juventude

do Comitê Guandu, a engenheira Mickaela Midon da Paixão.

Teve passeio, apresentação de teatro de fantoches, plantio de mudas e várias outras ações, com destaque à confecção de cartas ao futuro, escritas pelos estudantes e que foram colocadas em uma cápsula do tempo para serem lidas só daqui a 10 anos. A pedagoga Andrezza Maciel, que atua no projeto "Amigos do Guandu", destacou que as "Cartas para 2034" têm como objetivo a percepção das crianças em relação aos cuidados com o meio ambiente. "Elas ficarão guardadas na escola para os alunos observarem a diferença de atitudes daqui a 10 anos", ressaltou.

"Eu quero que a terra seja cheia de vida e o ambiente seja limpo e com muitos animais e pessoas felizes". "A minha expectativa é um mundo melhor não só daqui a 10 anos, mas agora também". Essas foram as mensagens que os alunos da escola de Itaguaí, Maria Luiza Ribeiro, de 8 anos, e Felipe Anderson Teixeira da Silva, de 9 anos, escreveram em suas cartas e que traduzem um desejo coletivo semeado desde a criação do "Amigos do Guandu".

O projeto de educação ambiental do Comitê aconteceu pelo terceiro ano consecutivo e é um dos carros-chefes do Plano de Comunicação do Colegiado. As duas unidades educacionais de Paracambi e Itaguaí se somaram a outras quatro escolas de Seropédica, Nova Iguaçu, Japeri e Queimados que receberam o projeto em 2022 e 2023.





Estudantes visitaram o Espaço Manancial, que é o Centro de Inovação Socioambiental da Ceda

Foto: Alex Ferro

“O projeto Amigos do Guandu reforçou a educação ambiental em nossa escola. Tratou de um assunto sério, de forma lúdica e de fácil entendimento. Falou sobre o saneamento básico, o manejo dos resíduos sólidos, destacou o cuidado com a saúde, a importância dos rios e a água potável. Foi um projeto voltado para a comunidade, com ações de apoio à saúde, na melhoria do saneamento básico”, comentou na ocasião a coordenadora da Escola Municipal Maria Guilhermina Zuleide Raposo, sendo completada pela diretora Thaís Ribeiro:

— A ação, dada pela equipe do projeto, foi maravilhosa, porque buscou de uma forma lúdica, interdisciplinar, destacar a importância do meio ambiente com o foco na bacia hidrográfica do rio Guandu, que abastece, inclusive, milhões de residências e também sofre com esse despejo incorreto de resíduos. A nossa escola agradece a parceria — destacou a diretora Thaís.

O alunos do 3º ano da escola Comandante Azeredo Coutinho, em Paracambi, Yuri Daniel Gomes

Agostinho, de 9 anos, também ficou empolgado com o projeto. “Eu achei muito legal essa palestra sobre o rio Guandu. Não pode ficar poluindo o rio Guandu, porque isso faz mal para a natureza”, disse.

Os alunos também receberam em suas escolas, com apoio da Ceda, uma oficina de sementes e o plantio de mudas e puderam visitar também o espaço Manancial da companhia na cidade do Rio de Janeiro, onde participaram de atividades lúdicas e de muito aprendizado.

Todas as etapas do “Amigos do Guandu” contaram com o apoio da Ceda, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), além das prefeituras de Itaguaí e Paracambi.

Interlocução com o Sanear Guandu

As duas escolas escolhidas para o “Amigos do Guandu” em Paracambi e Itaguaí estão dentro da área de atuação do Sanear Guandu, que é o programa de esgotamento sanitário realizado pelo Comitê Guandu e parceiros em áreas rurais e periurbanas, que está atendendo, inclusive, os bairros Saudoso e Leandro, onde ficam as escolas. Os alunos puderam conhecer de perto como funciona um biodigestor, uma das soluções individuais instaladas pelo programa gratuitamente na casa de famílias como a deles. A equipe da gerenciadora inserida no programa Sanear Guandu levou uma maquete para tornar a explicação mais visual.

A educadora ambiental do Sanear, Yolanda Lopes, ressaltou a importância das escolas receberem as informações sobre o programa. “São regiões que foram impactadas pelo Sanear, então é de muita importância trazer o resultado que isso traz para as crianças em relação ao meio ambiente, conscientizando também as famílias. Esses alunos se



Mensagens foram escritas pelos alunos e colocadas em uma “cápsula do tempo”

Foto: Alex Ferro



tornam porta-voz, porque chegam a casa e falam para os pais sobre o que viu do projeto, inclusive como a gente preserva o equipamento, que tem coisas que não podem jogar. Esse mecanismo da informação sair da escola para casa é essencial”, pontuou a educadora ambiental.

“Dudu” e fantoches ajudam a passar mensagem

Para tornar o “Amigos do Guandu” ainda mais lúdico e atraente, o Comitê contou com vídeos educativos animados com a participação do mascote do projeto, o “Dudu”, que é um mensageiro da natureza. Ele também ilustra uma cartilha distribuída aos alunos e educadores. Com o material e outras abordagens na campanha, o Comitê Guandu quer que estes estudantes se tornem multiplicadores do que aprendem, levando as informações para suas famílias e vizinhos.

Esta terceira edição do projeto, trouxe uma nova abordagem com o alerta “Quanto vão precisar morrer?”. A proposta é conscientizar



Por morarem em áreas do Sanear, alunos receberam orientações sobre o biodigestor instalado pelo programa

Foto: Alex Ferro

os estudantes sobre os impactos do descarte indevido e da poluição na RH II, refletidos na morte de animais nativos da região.

Nos vídeos, cada animal conversa com o “Dudu” mostrando o que está acontecendo no seu habitat e o que tem causado a morte de seus “parentes”. Um dos cenários ilustrados é Floresta Nacional Mário Xavier (Flona), em Seropédica, único lugar onde é possível encontrar a rã da espécie *physalaemus soaresi*. O anfíbio é um dos personagens dos vídeos do Comitê Guandu por estar ameaçado de extinção, assim como o “peixe das nuvens” (rivulídeos) e o boto-cinza, que também ilustram as histórias com o “Dudu”.

Os alunos da Escola Municipal Professora Maria Guilhermina de Souza Freire, em Itaguaí, também receberam a peça “Mata Atlântica”, da Companhia Teatro de Fantoches Meninas Sustentáveis. De forma lúdica, as crianças foram atraídas a entenderem um pouco mais sobre o papel de cada um para a preservação da natureza.

Os fantoches foram as grandes atrações do dia, conquistando risos e a atenção da galerinha “Eu gostei muito dos fantoches. Aprendi com eles a cuidar do meio ambiente”, comentou Alicia Andrade, de 8 anos, aluna do 3ºano.



Teatro de fantoches levou também ensinamentos à escola de Itaguaí durante o projeto

Foto: Paulo Mumia



Sucesso do Sanear Guandu garante ampliação do programa

Programa do Comitê já beneficiou 24 mil pessoas, evitando o despejo de 3.3 milhões de litros esgoto in natura por dia em mananciais da RH II

Voltar a ver o Rio Santana que passa perto de casa a ser como era na sua infância é o desejo do motorista Lúcio Alexandre Coelho, de 48 anos. Morador de Vera Cruz, em Miguel Pereira-RJ, ele é um dos beneficiados pelo programa Sanear, do Comitê Guandu, que trouxe para ele e outros moradores, não só do seu município, a possibilidade de ter esgotamento sanitário em casa, evitando o despejo de dejetos em mananciais da Região Hidrográfica II (RH II) por meio da instalação de mais soluções individuais, como biodigestores

Uma iniciativa que vem dando certo e que será ampliada, a partir de 2025, com a segunda fase do programa que vai beneficiar novas localidades já selecionadas em edital lançado no ano passado pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

“Moro aqui em Vera Cruz desde criança e a água sem o tratamento fica imprópria para o banho e com os biodigestores instalados pelo Sanear, eu acredito que a qualquer hora que a gente quiser vai poder usar o rio. Antes a gente tinha fossa, mas mesmo assim os resíduos continuavam passando para o rio. E a partir de agora a água chega limpa nele. É um projeto muito bom. Gostei muito porque tomo banho nesse rio desde criança e gostaria de continuar tomando. Se não tivesse o tratamento e o reflorestamento ia virar uma vala negra”, destacou Lúcio que teve a casa onde mora com a esposa e duas filhas atendida pelo Comitê Guandu.

Apontado como o maior programa executado no país de obras de esgotamento sanitário em áreas rurais e periurbanas, o Sanear já atinge, na primeira fase, mais de R\$ 42 milhões



O Sanear faz instalações dos biodigestores nas residências, seis mil casas já receberam o sistema

Foto: Divulgação



A família de Samuel Chaves Baldez Júnior foi a primeira a receber as obras do Sanear em Vera Cruz

Foto: Leandro Aguiar

investidos pelo Colegiado em 12 municípios desde a criação no fim de 2021. Quase seis mil domicílios já foram atendidos gratuitamente com soluções individuais, como biodigestores, alcançando 24 mil pessoas e evitando o despejo de 3.3 milhões de litros de esgoto in natura por dia em mananciais.

Durante o ECOB 2024, a diretora de Saneamento do Comitê Guandu, Paola de Oliveira (OAB Nova Iguaçu), falou sobre a importância social do projeto. "O Sanear está levando saneamento e dignidade a uma população que não tinha acesso a esse serviço básico e que não seria atendida pelas concessionárias. Significa um salto na qualidade de vida dessas pessoas que estão tendo seu ambiente



menos poluído e a diminuição de doenças de veiculação hídrica", disse.

Uma das novidades de 2024 foi justamente o início das obras no município de Miguel Pereira pela localidade de Vera Cruz, onde está concentrada boa parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Rio Santana, formada por uma mata densa e lindas corredeiras e cachoeiras, além de outro atrativo turístico, o Viaduto Ferroviário Eng. Paulo de Frontin, sobre o rio. Mas a importância do Santana vai muito além, já que é um dos contribuintes do Rio Guandu, que, por sua vez, abastece mais de 9 milhões de pessoas no Rio de Janeiro.

Também moradora de Vera Cruz e uma das beneficiadas pelo Sanear, a cozinheira Irlane dos Santos Alves se mudou para a localidade há quatro anos em busca de mais qualidade de vida para a filha após um problema de saúde. A casa em que vive com a pequena, mais um filho e o marido, também recebeu um biodigestor, assim como outras residências vizinhas, algumas delas até com o complemento da caixa de gordura, também prevista no projeto.

"Moro aqui com meu esposo, meus dois filhos e estou gestante do terceiro. Acho muito importante essa questão do tratamento de esgoto para preservar os rios, a natureza. Miguel Pereira, e aqui em Vera Cruz especificamente, a gente tem lindas cachoeiras e com o saneamento eu acredito que fica bem mais organizado quanto ao esgoto, porque aqui usava muita fossa e com o Sanear, a gente sabe que vai ter o tratamento, a nossa qualidade de água com certeza vai ser bem melhor", comentou Irlane.

Até dezembro de 2024 mais de 100 casas da localidade já receberam as obras do projeto, mas outras centenas de Vera Cruz já receberam a visita das equipes de mobilização do programa. Mesmo aquelas residências já atendidas pelas soluções individuais continuam sendo orientadas com panfletos que explicam como deve ser feita a manutenção do sistema de biodigestor.

Foi o que aconteceu com o morador Samuel Chaves Baldez Júnior. A família dele foi a primeira a receber as obras do Sanear em Vera Cruz. A equipe, que atua na gerenciadora do programa e responsável também pelo trabalho de mobilização, voltou ao local para ver como está a adaptação das casas ao novo sistema de esgotamento sanitário.

"Quando a equipe esteve aqui pela primeira vez foi uma surpresa porque eu não sabia deste programa. Eles chegaram aqui e falaram que tinha esse projeto e eu achei muito interessante. Faz o tratamento e depois libera o rio, que antes ia direto para lá. Isso está sendo muito interessante para a nossa região. Além de mim, meu pai, a minha irmã e minha sobrinha também tiveram as casas atendidas. Eles me explicaram também como é feita a manutenção e agora vou ensinar também a minha família", afirmou Samuel.





A cozinheira Irlane dos Santos foi mais uma a ter sua residência atendida pelo programa em Miguel Pereira
Foto: Leandro Aguiar

Em Miguel Pereira, além da localidade de Vera Cruz, serão beneficiados moradores de Piedade, Pedras, Marco da Costa, Vale das Princesas, Vilar Suzana e Arcádia. Antes do início das obras, todos os moradores vão receber a equipe de mobilização social.

“A equipe vem à localidade para ter esse primeiro contato com o município e com as famílias beneficiárias para falar um pouco do projeto do Comitê Guandu. A gente realiza reuniões regulares, a exemplo do que fizemos em Miguel Pereira com a Secretaria de Assistência Social que acompanhou o nosso trabalho aqui na localidade Vera Cruz. A partir dessas articulações, a equipe de campo realiza abordagens porta a porta na intenção de falar das etapas do projeto do Comitê Guandu, informando o que elas vão receber nas residências. A partir do termo de autorização, que é um consentimento desse morador, a empresa executora de obras faz a instalação do equipamento, que é totalmente gratuita. O morador não tem custo nenhum, nem antes e nem depois da execução da obra”, disse a assistente social, Amanda Alves, que atua na gerenciadora do programa Sanear.

Iniciativa se estenderá a mais 72 localidades em dez municípios

Outra conquista em 2024 foi o lançamento de novos editais do programa Sanear Guandu, sendo um deles para a segunda fase do esgotamento sanitário e outro visando o fim dos lixões na RH II. Os novos investimentos foram anunciados em abril de 2024, quando o Comitê Guandu comemorou seu aniversário em um Seminário de Saneamento, que reuniu dezenas de pessoas no Salão Nobre da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na capital fluminense.

Só para a realização das obras de esgotamento sanitário, por meio do Sanear Guandu, estão previstos na Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) de 2025 do Comitê investimentos de mais R\$ 64 milhões nos projetos já em andamento e na segunda fase do programa. Entre os recursos previstos para o primeiro semestre de 2025 está o início das obras no município de Eng. Paulo de Frontin, orçadas em R\$ 11 milhões e que fazem parte da primeira etapa do Sanear.

Com a segunda fase, a proposta é atender a outras milhares de casas de 72 localidades das áreas rurais e periurbanas de Japeri, Rio Claro, Queimados, Nova Iguaçu, Eng. Paulo de Frontin, Seropédica, Miguel Pereira, Vassouras, Mendes e Mangaratiba. Todos esses municípios foram selecionados por meio de um edital lançado em 2024, sempre atendendo localidades fora de áreas previstas nos planos de concessão (privado) dos serviços de esgotamento sanitário.

Desses municípios, apenas Vassouras não havia sido atendido na primeira fase do Sanear. O programa beneficiará a localidade de Engenheiro Nóbrega (Triunfo). Uma conquista comemorada pela secretária municipal do Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vassouras, Nicole Fraguas.

“É com grande satisfação que recebemos a notícia de que Vassouras será contemplada pela primeira vez com o projeto Sanear. Essa importante iniciativa beneficiará a área rural do município, localizada na RH II. O projeto contribuirá para solucionar desafios relacionados à ausência de saneamento básico, trazendo melhorias significativas para a qualidade de vida da população. Por meio de biodigestores, os efluentes domésticos serão tratados de forma adequada, permitindo o descarte correto e prevenindo a poluição dos corpos hídricos. Meu sincero agradecimento a toda a equipe do Comitê Guandu por tornar essa conquista possível”, ressaltou a secretária.

A meta do Comitê Guandu é atender 100% das áreas rurais e periurbanas da RH II até 2026, além de elaborar 20% dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios da região até 2025.



Nova vertente do Sanear para acabar com os lixões

Importante para a proteção dos recursos hídricos, o fim dos lixões na Região Hidrográfica II também está recebendo atenção do Comitê Guandu com o “Sanear – Resíduos Sólidos”, voltado a projetos de elaboração ou atualização de Planos Integrais de Encerramento dos lixões. Foram selecionados, por meio de edital em 2024, o Lixão de Japeri; Lixão do Coppê, em Paracambi; Aterro da Serra e Lixão da Serra, ambos em Miguel Pereira; Lixão da Lagoinha, em Eng. Paulo de Frontin; Lixão de Morsing, em Mendes e o Vazadouro Municipal de Mangaratiba.

A ordem acima foi hierarquizada, por meio de edital, seguindo critérios técnicos e sociais objetivos definidos pelo Comitê. Foram aprovados os lixões que, obrigatoriamente, se situam totalmente inseridos na RH II e não estão sob a gestão/concessão da iniciativa privada.

Com R\$ 40 milhões já direcionados no PAAD 2025 para essa nova vertente do Sanear, a iniciativa abre uma outra frente dentro do programa. A nova proposta foi elaborada em consonância com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a extinção de todos os lixões. Além de interromper essas práticas, a proposta do Colegiado é incentivar ações que visem minimizar ou eliminar o passivo ambiental que contamina os solos e as águas.

A secretária municipal do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Japeri e gestora Ambiental, Meire Lucy Fonseca, está entusiasmada com a nova vertente do Sanear, tendo em vista também os avanços já conquistados com a primeira etapa do programa.

“Eu fico muito feliz, porque o Comitê Guandu abriu essa oportunidade para os municípios

da RH II. Nós já estamos lutando pela remediação do lixão desde o ano de 2014, quando foi encerrado, atendendo à Lei nº 12.305/2010. A gente acredita que agora vai acontecer através do Comitê Guandu, por termos sido contemplados e estarmos em primeiro na hierarquização. Quando se fala de saneamento, todo mundo esquece a área de resíduo, pensa que é só esgoto, mas não, o resíduo está dentro da área de saneamento e é necessário que a gente tenha esse olhar com lupa, até mesmo porque nós estamos em um momento que não é mais a fase de mudanças climáticas, a gente já está na emergência climática e dentro dessa emergência é sabido que a gestão integrada dos resíduos sólidos é a base, inclusive, para a proteção dos nossos recursos hídricos”, pontuou a secretária.

Também um dos beneficiados na primeira fase do Sanear, Japeri, por meio do Comitê Guandu, teve pela primeira vez esgotamento sanitário. “A gente saiu do zero através do Comitê Guandu, com

o Sanear Rural, em que a gente conseguiu contemplar mais de 400 propriedades. O saneamento básico, como o nome já diz, é a base. A gente precisa muito tirar a Japeri dessa situação em relação ao saneamento. Por outro lado, a nossa gestão de resíduos é de excelência na cidade, graças a Deus”, comentou Meire.

O “Sanear Guandu – Resíduos Sólidos” é alinhado ao programa do Manual Operativo do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê Guandu, estabelecido pela Resolução nº 168, de 24 de fevereiro de 2022, que prevê ações de melhoria na Gestão de Resíduos Sólidos.

Ainda se destaca como proposta para 2025 o início da elaboração dos planos municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Além de atender aos municípios onde estes documentos são inexistentes, a iniciativa do Comitê Guandu prevê a atualização, complementação e revisão daqueles planos que tiverem indicativos de melhorias.



Extinção dos lixões está prevista no Plano Nacional de Resíduos Sólidos
Foto: © Marcello Casal Jr/Agência Brasil



PAF amplia restauração florestal e valoriza boas práticas agrícolas

Há mais 16 anos trazendo uma nova realidade a produtores rurais da RH II, programa criará novas frentes a partir de 2025

Carro chefe da agenda de Infraestrutura Verde do Comitê Guandu, há mais de 16 anos, o programa Produtores de Água e Floresta (PAF) está sendo ampliado em 2025. Uma das primeiras iniciativas no país a utilizar o Pagamento por Serviços ambientais (PSA) como instrumento de gestão diretamente relacionado à oferta de serviços hidrológicos, o PAF traz como uma das novidades para este ano a incorporação de outra modalidade de PSA para o produtor rural que adota boas práticas agrícolas na Região Hidrográfica II (RH II).

Para seguir cumprindo o objetivo de aumentar a cobertura florestal na bacia que abastece nove milhões

de pessoas e contribuindo com a produção natural de água, o Comitê Guandu prevê na sua Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) mais de R\$ 31 milhões de investimentos na implantação dos projetos de restauração nas áreas de preservação permanente definidas como prioritárias para a RH II, incluindo a execução e acompanhamento do programa Produtores de Água e Floresta e o seu PSA.

Com um novo edital já anunciado, o programa passa a contemplar dois tipos de Pagamento por Serviços Ambientais: o PSA Anual, que mantém o pagamento para aqueles proprietários que disponibilizam as terras para



Sítio na sub-bacia do Rio Sacra Família recebeu ações do PAF

Foto: Leandro Aguiar

Conservação e restauração florestal são recompensadas por meio de PSA

Foto: Leandro Aguiar



serem restauradas e também os que já tinham áreas de matas preservadas; e o PSA Apoio Financeiro, que é voltado justamente para a aquisição dos insumos (mudas, material para cercamento, adubo e outros) necessários à implantação da conversão produtiva, como sistemas agroflorestal ou silvipastoril, floresta manejada e práticas conservacionistas.

A ideia é ampliar ainda mais o alcance do PAF, que desde a sua criação já soma 5.000 hectares de áreas florestais restauradas e conservadas nos municípios de Rio Claro, Mendes, Vassouras e Engenheiro Paulo de Frontin. A iniciativa ganhou reforço em 2022 com o projeto (Re)Floresta, Água Carbono, em parceria com a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)

e o Programa Petrobras Socioambiental, que foi finalizado em janeiro deste ano, deixando um legado socioambiental, de restauração florestal, educação ambiental, conhecimento científico e fomento ao desenvolvimento socioeconômico sustentável na região.

Além dos municípios já beneficiados, o novo edital traz como uma nova frente a inclusão de produtores rurais também de Miguel Pereira. Com grandes metas para os próximos dois anos, o novo ciclo do PAF seguirá ampliando as ações para conservar, nos territórios selecionados, 800 hectares de floresta e restaurar 100 hectares de áreas desmatadas, além de 50 hectares em projetos de sistemas agroflorestais, silvipastoris e de outras boas práticas agrícolas.



Valorização à sustentabilidade

Com mais de 130 contratos assinados com produtores rurais e cerca de R\$ 3 milhões já repassados a eles, o PAF já traz também em seu histórico iniciativas que incentivam as boas práticas agrícolas. Em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), juntamente com a AGEVAP e a ONG Crescente Fértil, foram implantadas quatro Unidades Demonstrativas de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em propriedades rurais em áreas localizadas na sub-bacia do Rio Sacra Família.

Um desses SAFs está no Sítio Vô Lisse, na localidade de Morsing, à beira do Rio Sacra Família, em Mendes, onde os amigos Marilisse Navarro Fornaciari, de 67 anos, e Danillo Galvão Peixoto Filho, 70 anos, já desenvolviam práticas sustentáveis, e viram no Produtores de Água e Floresta a chance de ampliar as suas ações de preservação ambiental.

A história de amizade dos dois e de parceria no cuidado com a natureza surgiu ainda no fim dos anos 70, quando moraram com um grupo de jovens em uma comunidade rural na Região Serrana do Rio de Janeiro, onde, já naquela época, levavam uma vida sustentável e cultivavam produtos orgânicos. Os dois seguiram as suas vidas sem manter contato por quase 30 anos, até que Marilisse, como uma das herdeiras da propriedade de Mendes, resolveu cuidar de mais perto

da terra e lembrou da referência que Danillo já era no passado em agroecologia. Ela o reencontrou morando no Nordeste brasileiro e fez o convite para que juntos pudessem realizar práticas sustentáveis no sítio, que é da família dela desde a década de 60.

Antes mesmo de ser beneficiado com a Unidade Demonstrativa do SAF, onde foi feito um consórcio de banana com cítricos, espécies nativas da Mata Atlântica e leguminosas, o sítio de 7,8 hectares recebeu, também dentro do PAF Sacra Família, iniciado em 2019, ações de restauração e preservação das florestas. Além de 3 mil mudas para plantio, foram disponibilizados insumos, adubos, mão de obra, cercamento da área e aceiro. A propriedade também recebeu o Pagamento por Serviço Ambiental pela área restaurada e pelo pequeno trecho de mata já existente.

“A gente está aqui de guardião da terra, tentando conservar o máximo, enquanto outros querem destruir. Antes, aqui no alto do morro, era só pasto, então eu olhava para cá e pensava, se eu

for fazer alguma coisa por essa terra, era reflorestar. Eu tanto joguei para o universo que veio o projeto do Comitê Guandu, através da Crescente Fértil, para implantar a floresta aqui. Então foi muito importante e queremos dar continuidade. Eu não vejo a hora do programa PAF voltar, porque realmente é o que nos ajudou muito a conseguir realizar esse sonho”, ressaltou Marilisse, inspirada no seu saudoso pai Ulisse Italo Carlo Domizio Fornaciari, que foi quem plantou as espécies, hoje adultas, da mata do sítio. “A gente está dando continuidade ao que ele começou. Eu me sinto um pouco assim”.

Com uma área ainda extensa de pasto no sítio, a produtora rural tem contado com a ajuda de amigos para seguir reflorestando a propriedade, inclusive recuperando uma parte de uma área que foi atendida pelo PAF e se perdeu com um incêndio ocorrido há cerca de um ano. A expectativa dela, a partir do novo edital do programa, é poder receber o apoio necessário para novos plantios e também ampliar as boas práticas agrícolas.



Danillo Galvão Filho cuida do SAF implantado pelo programa no Sítio Vô Lisse, em Morsing
Foto: Leandro Aguiar





Marilisse Navarro Fornaciari se orgulha da produção sustentável que realiza nas terras da sua família

Foto: Leandro Aguiar

Danillo explica que, além do SAF, a produção orgânica se estende a todos outros cultivos no sítio, sempre valorizando o plantio consorciado e diversificado, como acontece também em uma área onde os pés de café são intercalados com o de açafrão. Outras práticas como a compostagem, produção de mudas e trocas de sementes com outros produtores também se destacam. “Tem um pouquinho de cada coisa. Começamos a plantar mais frutas, diversificando e melhorando as que tinham. A gente trabalha dentro do sistema agroecológico e do sistema florestal, fortalecendo também a mata ciliar”, pontou.

Além de produzir para consumo próprio, Marilisse e Danillo levam seus produtos orgânicos para feiras em Mendes e Barra do Pirai, sendo o açafrão o carro-chefe. Algumas frutas, que acabam não sendo vendidas, são transformadas pelos amigos em doces e geleias de diversos sabores, como banana, amora e jabuticaba.

Com o PSA Apoio Financeiro, Marilisse torce para que outros produtores rurais passem a apostar mais nas boas práticas agrícolas, cuidando das suas terras. “Temos várias práticas. E acho ótima essa valorização, porque a gente vai investir nas coisas aqui mesmo no sítio, porque é desse tipo de incentivo que a gente precisa”, comentou a produtora.

Engenheira florestal e especialista em Recursos Hídricos da AGEVAP, Gabriela Teixeira, ressaltou que a incorporação do PSA Apoio Financeiro às boas práticas agrícolas era uma demanda constatada com as ações do PAF e foi amplamente debatida nas instâncias do Comitê Guandu para ser colocada em prática.

“A gente precisava ampliar o olhar para as áreas produtivas da propriedade, por isso foi incorporado no PAF a nova modalidade de PSA para adoção de boas práticas agrícolas, pois as áreas produtivas também podem ser provedoras de serviços ecossistêmicos, se bem manejadas”, comentou Gabriela, que é doutora em engenharia florestal com ênfase em hidrologia florestal.

Quem também destaca a importância disso é o pesquisador e agrônomo da Embrapa, Luiz Fernando Duarte, que é membro do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde do Comitê Guandu. “Essa alteração de valorizar as mudanças do uso da terra, para além da restauração e da conservação, está levando o produtor rural a repensar a forma de produzir, de usar sua terra em seu próprio benefício. Outros programas que adotaram essa estratégia chamam isso de transição para uma agricultura mais ecológica. Isso deve ser valorizado”, ponderou.





Evento em Rio Claro celebrou os frutos do PAF (Re)Floresta e marcou o início de um novo ciclo com o lançamento do próximo edital do programa

Foto: Divulgação

PAF (Re) Floresta deixa seu legado de avanços em Rio Claro

O novo ciclo do programa Produtores de Água e Floresta foi anunciado durante um evento de encerramento do PAF (Re) Floresta Água e Carbono no fim de janeiro deste ano, em Rio Claro-RJ. Desde 2022, o município vinha recebendo, por meio do projeto de parceria do Comitê Guandu, AGEVAP, e Petrobras Socioambiental, ações de restauração em áreas degradadas da Mata Atlântica local e promoveu diversas capacitações estreitando laços com a comunidade quilombola do Alto da Serra do Mar e produtores rurais da região. Outro trabalho desenvolvido foi uma pesquisa para dimensionar a quantidade de carbono estocada na vegetação e solo nas áreas de atuação do PAF.

A estimativa é que mais de 400 pessoas tenham participado das diversas atividades do projeto, que fortaleceu as comunidades tradicionais e quilombolas, garantindo seu protagonismo na conservação do meio ambiente e no manejo sustentável das terras. Como parte das ações previstas, foi realizado um diagnóstico de potencialidades socioambientais da comunidade quilombola do Alto da Serra do Mar. "Tenho certeza que a chegada do (Re)Floresta só somou com a nossa cultura, com nossos saberes e com tudo isso que a gente vem passando de pai para filho", avaliou o presidente da associação do Quilombo do Alto da Serra, Bené Leite Filho.

Ao todo, seis capacitações e treinamentos para os quilombolas e proprietários rurais do PAF foram ofertadas com os temas "Associativismo e Cooperativismo", "Comunicação digital", "Ecoturismo e Turismo Agroecológico", "Meliponicultura", "Vicência Leiteira", "Coleta e venda de sementes". As ações de capacitação alcançaram 118 pessoas, sendo 65 delas

quilombolas. O (Re)Floresta também levou ações de educação ambiental a duas escolas públicas de Rio Claro, beneficiando diretamente 222 alunos do município.

No encontro de encerramento do (Re) Floresta, membros do Comitê, AGEVAP, Petrobras, produtores rurais, lideranças comunitárias, governantes, representantes de órgãos ambientais e a equipe do projeto acompanharam um minidocumentário mostrando toda a jornada. O vídeo está disponível no YouTube e vale a pena ser conferido. O evento contou também com a apresentação de uma animação que celebra o impacto gerado pelas ações do projeto, exposição fotográfica, feira de produtores locais e atrações culturais.

Outro destaque apresentado são os serviços de restauração florestal do projeto, que foram realizados pela Ecovale Consultoria Agroambiental, com recursos da cobrança pelo uso da água, deliberados pelo Comitê Guandu. "Depois de cerca de 28 meses de projeto, foram restaurados cerca de 45 hectares, utilizando técnicas de plantio total, enriquecimento e semeadura direta. Foram plantadas cerca de 45 mil mudas de espécies da Mata Atlântica. Além disso, o (Re)Floresta agregou muita coisa para o PAF, porque a gente já desenvolvia uma série de ações de conservação e restauração florestal, mas faltava essa pegada socioambiental que o projeto trouxe. Esse olhar social que a gente conseguiu alcançar", destacou a especialista da AGEVAP, Gabriela Teixeira, que coordenou o (Re)Floresta.

Para a gerente setorial de Integração de Projetos Ambientais, da Petrobras, Michele Cardoso, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, a estatal reitera seu compromisso com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.



“Diante das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade, é extremamente relevante o engajamento de diversos agentes como sociedade civil, governo, academia, empresas... em unir esforços pela restauração ecológica de biomas brasileiros, em especial por meio de apoio a projetos que contribuam para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, a remoção de CO₂ da atmosfera e a geração de emprego e renda nas comunidades. Valorizamos parcerias como a do PAF (Re) floresta por atuar na conservação da bacia hidrográfica do Rio Guandu, que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro, além de promover iniciativas sustentáveis que respeitam as práticas tradicionais contribuindo para a diversidade cultural e o bem-estar das comunidades”, destacou a gerente Michele Cardoso.

Impacto no estoque de carbono do solo

Outro legado deixado pelo PAF (Re) Floresta foram os estudos que dimensionaram a quantidade de carbono estocada na vegetação e solo nas áreas de atuação do PAF.



Quilombo Alto da Serra do Mar recebeu várias ações que resultaram em um Diagnóstico de Potencialidades Socioambientais

Foto: Divulgação

O estudo conduzido pela equipe do projeto chegou a uma estimativa inicial de que desde 2008, quando surgiu o programa, cerca de 85.000 toneladas de carbono foram sequestradas na biomassa aérea das propriedades rurais que integraram o PAF em Rio Claro, somando, aproximadamente, mais de 6 mil hectares. A metodologia adotada no estudo pode ser lida em “Operacionalização da quantificação de carbono por sensoriamento remoto e geoprocessamento em projetos de restauração florestal”, artigo publicado no XXV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB).

A pesquisa liderada pelo Laboratório de Estudo das

Relações Solo-Planta (LSP), do Departamento de Solos do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em parceria com o projeto, avaliou os impactos da restauração florestal no estoque de carbono do solo em Rio Claro. O levantamento feito em 544 amostras de solo, foi realizada entre 2023 e 2024, investigando 17 áreas, incluindo pastagens, áreas em restauração e matas nativas para buscar entender como a restauração influencia a captura e retenção de carbono no solo. Os resultados indicam que áreas em que a restauração teve sucesso, o estoque de carbono no solo é equivalente ao de áreas florestais, destacando a importância do projeto diante da crise climática.

“O projeto mostra a importância da restauração ecológica na mitigação das mudanças climáticas com um papel fundamental na estocagem do carbono. Os programas de Pagamentos por Serviços ambientais, como o PAF, são incentivos de grande relevância para a restauração de áreas. Ao mesmo tempo, a conservação de ecossistemas nativos, mantendo áreas preservadas, é também imprescindível. Precisamos atuar paralelamente nessas duas frentes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas de forma eficiente”, disse a pesquisadora da UFRRJ, Vanessa Gomes, que integrou a equipe da pesquisa.

Vanessa Gomes integrou a equipe da pesquisa do PAF (Re) Floresta, Água e Carbono

Foto: Divulgação





Estado do RJ registrou um dos piores índices de incêndios florestais em 2024

Fotos: Divulgação/Corpo de Bombeiros-RJ

Campanha reforça conscientização contra as queimadas

Em um ano de muitos incêndios florestais, Comitê mobilizou a região e realizou workshop sobre o tema

Alertar sobre os prejuízos dos incêndios florestais, mobilizando a sociedade. Mais uma vez a campanha do Comitê Guandu "Fiscal das Queimadas" cumpriu essa função ao compartilhar informações, projetos e conhecimento científico sobre esse problema que vem consumindo áreas verdes públicas e privadas. Pelo terceiro ano consecutivo, a campanha fez a divulgação de vídeos semanais nas redes sociais durante cinco meses no período seco e de maior incidência do fogo. Além de conteúdos de qualidade, que foram visualizados cerca de 270 mil vezes, a edição de 2024 também contou com um workshop sobre o tema.

Para este ano, a mobilização está mantida a partir do fim de maio e ganhará reforço de outras ações também previstas no Plano Associativo de Combate, Prevenção e Mitigação de incêndios florestais, do Comitê. Um novo

workshop sobre queimadas reunirá especialistas e outros atores da região que atuam na área ambiental e no combate aos incêndios florestais. A exemplo do que aconteceu em 2022, quando prefeituras receberam do Colegiado a doação de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e outros materiais de combate a incêndios florestais, no Programa Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) do Comitê de 2025 já tem reservado R\$ 5 milhões para ações e aquisições de equipamentos e suprimentos voltados aos municípios contra as queimadas.

O olhar atento a este ano é também um reflexo do que representou 2024 para o estado do Rio de Janeiro, que teve um crescimento de mais de 160% no número de focos de incêndio e o crime ambiental ganhou o alerta máximo da sociedade. Segundo dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os números de 2024 só não superam os registrados em 2006, o ano com maior índice de focos de incêndio na série histórica.



Os registros urbanos e no campo foram divulgados pela campanha Fiscal das Queimadas, mas em 2024, o olhar para os problemas em áreas rurais teve destaque com estudos acadêmicos que apontam como a questão das queimadas, e principalmente o cenário devastador deixado por elas, prejudica a qualidade do solo e a segurança hídrica da região. Embora os incêndios florestais possam destruir os ecossistemas florestais em poucos minutos, as mudanças na quantidade e composição de matéria orgânica dissolvida podem persistir em paisagem queimadas por décadas.

Esse levantamento foi feito pelo cientista ambiental da Universidade de Vassouras, Marcos Felipe Almeida Mota. Estudos recentes comprovam que as primeiras chuvas após o incêndio transportam diversos nutrientes, como sulfato, cálcio, magnésio e potássio, deixando

o solo mais pobre. “Mas não são apenas esses nutrientes que preocupam. Os fosfatos, que alteram a cor, odor e sabor da água, também provocam a eutrofização, que é um processo que dificulta a sobrevivência de diversas espécies em nossos rios e lagos”, explica Marcos.

Ao longo da campanha, o Comitê contou com a contribuição de instituições que atuam na preservação do meio ambiente na RH II. Vídeos e outras mídias com alertas foram feitos para reforçar a luta pela preservação da Mata Atlântica, indispensável à segurança hídrica. Entre os parceiros estiveram a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP), Embrapa Agrobiologia e prefeituras da região.

A participação também da comunidade e das novas gerações foi outro foco do Comitê. Exemplo disso foi o morador de Nova

Iguaçu, Alexandre Bensabat Filho, o Xandinho, de 10 anos, que planta árvores desde os quatro. Com um histórico de mais de três mil árvores plantadas, ele é um dos “Fiscais das Queimadas” e sabe que o trabalho de preservação é tão importante quanto o de reflorestamento e, por isso, abraçou a iniciativa do Colegiado, que abrange não só a terra natal do menino, mas também os outros 14 municípios da RH II.

“Tem ocorrido várias queimadas e nós temos perdido muitas árvores. Eu peço que cada queimada que você veja fiscalize e passe para os órgãos competentes. Inclusive eu sou um Fiscal das Queimadas nomeado pelo Comitê Guandu e tenho responsabilidade de cuidar do meio ambiente das áreas de plantio. Plante hoje para colher amanhã”, destacou Xandinho.

Assim como o “Menino que planta”, vários especialistas contribuíram com informações à Campanha, inclusive dando dicas.

Crescimento da campanha

De acordo com a diretora de Recuperação Ambiental do Colegiado, a doutora em Engenharia de Processos Químicos, Cristiane Siqueira, a movimentação em torno do tema foi importante para um aprendizado coletivo, além dos vídeos veiculados nas redes sociais, o workshop online realizado pelo Comitê Guandu, no dia 28 de agosto de 2024, que teve a mediação dela, foi um excelente momento para entender todos os atores deste problema que se tornou recorrente.

Campanha Fiscal das Queimadas contou com o reforço do Xandinho, conhecido como o “Menino que planta”

Foto: Divulgação



“Eu acho que o Comitê Guandu, precisa fazer cada vez mais essas ações para engajar a sociedade. O setor acadêmico, industrial, de serviços dentre tantos outros que fazem parte da região. Precisamos fazer mais encontros e seminários assim, de outros temas também. Com relação à parte das queimadas, foi importante principalmente, sobretudo porque o Comitê Guandu faz parte de um dos biomas mais importantes do estado. A conscientização é um dos primeiros requisitos pra que as pessoas entendam a importância”, explica a diretora.

Workshop sobre queimadas reuniu autoridades no tema

O tema do I Workshop da Campanha Fiscal das Queimadas foi “A Crise climática e as queimadas, como essa associação pode ser cruel para o ecossistema”. O evento foi realizado de forma online. Por mais de duas horas, profissionais especializados e acadêmicos compartilharam conhecimento sobre o tema. Um cenário preocupante na região da bacia do Guandu que exige uma busca por soluções, como foi feito durante o debate.

O workshop reuniu cerca de 60 participantes, entre eles membros do Comitê Guandu, como o diretor-geral Elton Abel.

A conversa contou com o cientista ambiental e doutorando em Dinâmica dos Oceanos e da Terra, Marcos Felipe Mota, seguido pelo gestor da Floresta Nacional Mario Xavier (Flona), em Seropédica, Ricardo Nogueira, que também é geógrafo e mestre em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), além disso, o chefe do Núcleo de Defesa Florestal, o major Bombeiro Militar Israel de Andrade Lima, coordenador da Operação Fumaça Zero, que é realizada pelo Inea no Rio de Janeiro também participou do evento.

Todos os especialistas alertaram não só para o fato de as mudanças ambientais e climáticas estarem imprimindo características desafiadoras aos incêndios, potencializados por tempos de extremo calor e seca, mas também para as atitudes irresponsáveis das pessoas que provocam a grande maioria das queimadas.

O gestor da Flona, Ricardo Nogueira, ressaltou a importância da integração promovida pelo Comitê

Guandu por meio de encontros como o realizado. Ele foi técnico Jr. do Colegiado entre 2006 a 2010, quando a temática queimadas avançou nas ações previstas no Plano de Bacia. “Esse debate é a prova de que a semente plantada, cresce e dá bons frutos”, disse.

O coordenador da operação Fumaça Zero do Instituto Estadual do Ambiente, Israel Andrade, aproveitou a expressiva presença de representantes dos municípios no workshop para pedir a colaboração de todos. “Pedimos que no pós-incêndio vocês elaborem os relatórios para levantar uma base de dados nos incêndios ocorridos neste período para que possamos identificar os possíveis infratores causadores, e motivar, através do contato que nós temos prévio com a Delegacia de Proteção Ambiental e outras delegacias locais, a abertura de inquéritos”, solicitou o major.


Os participantes do workshop defenderam que o manejo integrado do fogo, planejamento, prevenção e combate devem ser reconhecidos com a mesma importância da restauração florestal. Sugestões também foram dadas para tentar medidas mais eficazes na identificação dos incêndios e combates, inclusive com o uso da tecnologia e a necessidade de aporte financeiros para isso.

Quem perdeu o primeiro workshop, pode acompanhar o que foi apresentado no canal no YouTube do Comitê Guandu, além disso, a cobertura completa também foi realizada no site da instituição.

Além de ações de conscientização, o Comitê Guandu já doou a prefeituras da RH II equipamentos para serem usados no combate dos incêndios

Foto: Acervo Comitê Guandu





Concurso ambiental e cultural é voltado a estudantes da RH II e prevê premiação

Cine Guandu envolve jovens no debate pela água

Vídeos inscritos no concurso abordam as mudanças climáticas e suas relações com os recursos hídricos

Para incentivar jovens estudantes a pensar nas questões ambientais importantes que impactam toda a sociedade, o Comitê Guandu está promovendo a segunda edição do concurso ambiental e cultural Cine Guandu. Já estão inscritos alunos matriculados regularmente em instituições de ensino superior, ensino médio e/ou técnico da Região Hidrográfica II.

O tema para a produção dos vídeos é "Mudanças climáticas e suas relações com os recursos hídricos". As obras serão usadas na disseminação da educação ambiental com ênfase em recursos hídricos. Ao inscreverem vídeos em estilo documentário, os alunos têm a chance de ser premiados. O Comitê Guandu prevê a distribuição de notebooks, tabletes e celulares para os três primeiros colocados, além de medalhas e troféu.

Nesta edição, a proposta é debater as transformações de médio e longo prazo nos

padrões de temperatura e clima e suas relações com a água. Os vídeos foram elaborados por equipes, sendo exigido que todos os integrantes estivessem envolvidos na concepção desde o roteiro até a execução.

"O Cine Guandu trouxe uma oportunidade única aos jovens da Região Hidrográfica II, principalmente aqueles que têm interesse em audiovisual e meio ambiente. O concurso possibilita o engajamento em temas que impactam suas comunidades. Ele não só ajuda os jovens a se conectarem com suas comunidades, mas também permite que compartilhem suas perspectivas e vivências com o mundo. Antes do concurso, muitos participantes, como eu, não conheciam o trabalho importante que o Comitê realiza na região", disse a estudante de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Evellyn Fernanda Souza.

O Rio da Guarda como um espelho das mudanças



climáticas foi o tema escolhido por Evellyn e a amiga Débora Borges Dias, estudante de Belas Artes na UFRRJ, para explorar no documentário. O manancial junto com os rios Guandu e Guandu-Mirim compõem a bacia hidrográfica que abastece cerca de 9 milhões de pessoas, principalmente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Decidimos falar sobre o Rio da Guarda, localizado em Itaguaí. A Débora, amiga que me ajudou na produção do documentário, conhecia alguns contatos de pessoas da região que moravam próximas ao rio. Queríamos exatamente isso: um tema que não exigisse que fôssemos tão longe. Sabíamos que havia diversas pautas perto de nós. Optamos por abordar os impactos ambientais que ameaçam o Rio da Guarda atualmente, trazendo relatos de moradores e o desejo coletivo por sua revitalização. Muitos moradores utilizam o rio como sustento, outros gostariam de poder voltar a praticar atividades nele, e vimos nisso uma oportunidade de mostrar uma causa social importante. Foi realmente uma experiência única. Agora, estamos ansiosas com o resultado e com expectativas de talvez ganharmos”, declarou Evellyn.

Integrante de outro grupo, o estudante da Cefet e morador de Nova Iguaçu, João Pedro de Souza Antunes, inscreveu junto com dois amigos o vídeo com a temática “Planeta Água”. Segundo ele, sua participação no Cine Guandu ao lado dos estudantes do Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR), Felipe Paiva e Pedro Oliveira dos Anjos, tem sido uma experiência incrível.

“Essa iniciativa é essencial para que jovens como nós busquemos sobre questões ambientais e destacar a importância de cuidar dos recursos naturais de maneira criativa. Durante a produção, exploramos diversos aspectos da nossa região e conversamos com pessoas que nos ajudaram a compreender melhor temas como preservação, sustentabilidade e o impacto humano no meio ambiente. Escolhemos o tema Planeta Água por sua relevância no cotidiano. A água é essencial para a vida e está presente em toda comunidade, mas muitas vezes esquecemos de refletir sobre sua importância”, comentou João Pedro.

Para o grupo, projetos como o Cine Guandu demonstram que, ao dar espaço e voz aos jovens, é possível inspirar mudanças significativas, despertando a consciência ambiental e incentivando soluções inovadoras para os desafios enfrentados. “Essa foi, sem dúvida, uma oportunidade única de aprendizado, expressão e impacto no mundo. Esperamos que mais iniciativas como essa continuem a surgir e estamos ansiosos pela divulgação dos resultados”, ressaltou o estudante.

Orientadas pelo professor Tiago Brëier, as alunas do curso de Engenharia Florestal da UFRRJ Clarissa Carvalho, Thainá Chagas e Ana Lídia Xavier estão participando pela segunda vez do Cine Guandu. Em 2023, elas ficaram na terceira colocação com o vídeo “O Caminho da Geosmina”. Para esta edição, focaram na importância da restauração ecológica como estratégia para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e regular o ciclo hídrico.



Estudantes gravaram em cenários da RH II, sempre abordando a temática “Mudanças climáticas e recursos hídricos”

Foto: Reprodução de vídeo





Nos vídeos, estilo documentário, os jovens ouviram depoimentos de pessoas que atuam na preservação do meio ambiente e moradores da região

Foto: Reprodução de vídeo

“Ter a oportunidade de participar novamente do concurso Cine Guandu é extremamente enriquecedor. Essa iniciativa é importante porque coloca os jovens no centro dos debates sobre questões ambientais, especialmente nesse contexto atual das mudanças climáticas que estamos vivendo. Participar da primeira edição me fez perceber como a produção de conteúdo audiovisual e o trabalho em equipe podem ser ferramentas poderosas para conscientizar a sociedade sobre temas como a conservação dos recursos hídricos e a proteção das áreas verdes. Agora, ao participar novamente, vejo uma nova chance de inspirar mais pessoas e ajudar a pensar em soluções para os desafios ambientais que enfrentamos”, avaliou a universitária Clarissa Carvalho.

Ainda na visão dela, Cine Guandu, é um mecanismo inteligente para fomentar o aprendizado, conectando ciência, educação e comunicação de forma prática e acessível. “Como alunas de Engenharia Florestal e cientistas apaixonadas pelo que estudamos, eu, Ana e Thainá vemos essa iniciativa como uma oportunidade valiosa de divulgar e fortalecer a

educação ambiental na sociedade. Participar novamente reafirma nosso compromisso com essas causas e com a importância de engajar cada vez mais pessoas nesse movimento. Somos gratas por fazer parte disso mais uma vez”, finalizou Clarissa.

Serão considerados para a escolha dos vídeos, a pertinência ao tema proposto, a criatividade e o conteúdo, além da qualidade e riqueza de imagem, participação de personagens que acrescentem conteúdo. As produções passarão por análise para habilitação e posterior classificação, sendo levadas à votação popular no canal do Youtube do Comitê.

A premiação está prevista para acontecer em uma cerimônia ainda a ser marcada. Após isso, todos os materiais audiovisuais produzidos pelos três primeiros lugares poderão ser usados pelo Colegiado na disseminação da educação ambiental com ênfase em recursos hídricos em eventos que organizar ou participar.

Todo o processo do concurso, desde a inscrição até a votação para a escolha dos vencedores, é acompanhado pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

(Agevap), tendo ainda, na segunda fase, a participação de membros do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) do Comitê Guandu.

Na edição do concurso de 2023, os concorrentes puderam produzir vídeos sobre a importância dos comitês de bacia na gestão participativa das águas e outros temas relacionadas aos recursos hídricos no âmbito da RH-II. Com a votação popular, conquistou o 1º lugar o vídeo intitulado de “Água em todos os lugares: Importância da Gestão participativa e democrática”. Os autores receberam troféus e notebooks cada um. Tabletes e medalhas foram entregues aos estudantes que conquistaram a segunda colocação com o vídeo “A importância do Rio Guandu para a cidade de Seropédica”. Também receberam medalhas, além de aparelhos celulares, as autoras do vídeo que ficou em terceiro lugar.

A premiação, com exibição dos vídeos, aconteceu no anfiteatro Gustavo Dutra (Gustavão) da UFRRJ durante o Encontro Ambiental do Comitê Guandu-RJ, que foi aberto a toda população, em comemoração à Semana do Meio Ambiente.





Plano Diretor Florestal da RH II é fruto do projeto "Integra Guandu"
Foto: Acervo Mater Natura

Região Hidrográfica do Guandu já tem o seu Plano Diretor Florestal

Documento reúne informações dos 15 municípios e aponta caminhos

A bacia dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim já conta com um importante instrumento de gestão e ordenamento territorial para nortear medidas concretas à agenda ambiental sustentável. Trata-se do Plano Diretor Florestal (PDF) da Região Hidrográfica II (RH II), que ficou pronto em 2024, cuja expectativa é de mais avanços neste ano com a implementação das ações previstas também nos Planos Municipais de Conservação e Restauração da Mata Atlântica (PMMA) que foram elaborados forma participativa.

A previsão do Comitê Guandu, por meio da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD), é de que R\$ 8 milhões sejam investidos para implementação das ações previstas no Plano Diretor Florestal, que também é fundamental para a segurança

hídrica de 15 municípios, incluindo a capital do estado, Rio de Janeiro.

“Os PMMAs e o Plano Diretor Florestal da RH II são fundamentais para preservar a Mata Atlântica, um bioma rico e ameaçado. Esses planos visam garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, proteger a biodiversidade, melhorar a qualidade de vida local e mitigar as mudanças climáticas. O PMMA ajuda os municípios a planejar suas ações para recuperar áreas degradadas e conservar florestas, enquanto o Plano Diretor Florestal integra a gestão das águas e a conservação das florestas. Essas ferramentas tem um impacto extremamente positivo na oferta hídrica da bacia, melhorando a quantidade e qualidade da água que é distribuída a população da região metropolitana do Rio de Janeiro”, destacou o diretor executivo do Comitê Guandu, Antoni Felipe Oliveira, que é assessor técnico ambiental na Secretaria de Ambiente e Defesa dos Animais de Queimados.



Tanto os PMMAs quanto o PDF são frutos do projeto "Integra Guandu" e foram elaborados pelo Consórcio STCP/Mater Natura. O PDF foi provado pelo Comitê Guandu em maio de 2024 e publicado pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) em agosto. Cópias foram disponibilizadas às prefeituras envolvidas.

O Plano Diretor Florestal reúne informações dos 15 municípios da RH II, a primeira do estado do Rio de Janeiro a ter todos os PMMAs. Em 12 das 15 cidades, o planejamento foi construído de forma inédita, sendo custeado totalmente pelo Comitê Guandu. Os PMMAs foram entregues às prefeituras no fim de setembro de 2023, normatizando elementos necessários à proteção, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica.

Segundo a integrante da equipe técnica do Mater Natura, Karina Oliveira, os PMMAs serviram como diretrizes básicas para a concepção do plano regional, e o processo colaborativo foi fundamental para identificar oportunidades intermunicipais e, conseqüentemente, definir estratégias e ações complementares.

"O Plano Diretor Florestal é o resultado de um trabalho que já vinha sendo construído por quase dois anos e faz parte também da mesma iniciativa onde foram desenvolvidos os Planos Municipais de Mata Atlântica de 12 municípios da RH II. Então ele considera a região hidrográfica como uma unidade de planejamento e traz uma série de propostas e ações. O processo de construção, é importante ressaltar, foi participativo e passou por diversas ocasiões de apresentação, tanto do diagnóstico, quanto da elaboração

dos planos de ação", pontuou Karina.

A proposta é que o Plano Diretor Florestal seja integrado aos programas das demais Agendas do Plano Estratégico de Recursos Hídricos (PERH) do Comitê Guandu, desta forma identificando e conectando sinergias entre eles, fundamentais para a consolidação de políticas públicas na região.

Marco à preservação e desenvolvimento sustentável

O Plano é apontado como um marco para a região, propondo ações de preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo no desenvolvimento de agendas importantes, como o enfrentamento dos efeitos adversos da mudança climática, o aumento na arrecadação (ICMS Ecológico) e o cumprimento da Lei da Mata Atlântica, colaborando, ainda, ao cumprimento do Código Florestal, entre outros ganhos.

"A participação do Comitê Guandu é crucial não só no sentido de coordenar e articular essas ações, mas como também garantindo a efetividade das políticas públicas e a gestão compartilhada dos nossos recursos naturais", declarou o diretor executivo.

Foram cinco etapas de elaboração do Plano Diretor Florestal executadas em mais de dois anos de trabalho intenso, com diversas oficinas e diagnósticos, como o mapeamento atualizado do uso do solo e a identificação dos principais vetores de desmatamento na região.

Subsecretária de Agricultura e Meio Ambiente de Mendes e membro do Comitê, Zelia Raguzzoni, aponta que o PMMA e o Plano Diretor Florestal vão desempenhar um papel crucial na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável do município.

"Sabemos que a conservação deste bioma Mata Atlântica, é essencial para a proteção das espécies, manutenção dos serviços ecossistêmicos que beneficiam a população local, entre eles a regulação do clima e a proteção dos nossos recursos hídricos, algo tão abundante em Mendes, e que precisa de nossa atenção e cuidado. O PMMA de Mendes-RJ, conquistado através deste apoio e parceria com o Comitê Guandu/ AGEVAP, ao ser implementado, reflete um compromisso com a sustentabilidade e com a integração entre o meio ambiente e a urbanização", avaliou a subsecretária.

O associado do Mater Natura, César Tavares, apresentou as etapas do projeto aos membros do Comitê

Foto: Acervo Mater Natura





Elaboração dos ProMEAs de 13 municípios da RH II chegaram ao fim em 2024 após audiências públicas

Foto: Divulgação



Plano vai fortalecer a **educação ambiental na Bacia do Guandu**

PEA será desenvolvido com base na consolidação das ações previstas nos ProMEAs custeados pelo Comitê Guandu

Os 15 municípios da Região Hidrográfica II (RH II) vão compor o Plano de Educação Ambiental (PEA) da Bacia do Rio Guandu. A elaboração do documento é uma das metas do Comitê Guandu, que já prevê na Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) de 2025 a contratação do serviço.

Iniciado em 2022, o processo de elaboração dos ProMEAs foi finalizado em maio do ano passado. O Comitê custeou integralmente e entregou os documentos digitalmente para 13 prefeituras da RH II.

No entanto, além de Seropédica, Paracambi, Mendes, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Pirai, Barra do Pirai, Rio Claro, Mangaratiba, os municípios de Vassouras e Rio de Janeiro, também situados na RH II, que já possuíam os seus programas, vão integrar o Plano de Educação Ambiental do Guandu com foco em recursos hídricos. A ação está prevista no Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê.

Para montar o ProMEAs, foram realizadas várias etapas com a colaboração de atores ambientais da região, que ajudaram na identificação e busca de soluções compartilhadas para os problemas, fragilidades e potencialidades existentes na área de educação ambiental na Bacia do Guandu. O processo culminou em audiências públicas com participação das prefeituras em todas as cidades, quando foram apresentados os documentos finais dos ProMEAs, que são orientadores às políticas públicas municipais na área.

Assim como os ProMEAs, todo o processo de construção do PEA Guandu será coletivo e participativo. A proposta é que o Plano seja subsidiado por seminários, sendo também acompanhado e discutido pelas instâncias do Comitê Guandu, até sua aprovação final em reunião Plenária, sendo acompanhado também pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

Finalizada a elaboração do Plano de Educação Ambiental, será montado o Manual Operativo (MOPEA), onde vão ser discriminadas as estratégias e ações necessárias para a efetiva implementação do Plano em um prazo de quatro anos. Esse documento, após finalizado, também será levado para aprovação em Plenária, reforçando a importância da participação social na consolidação de todo esse processo.

Com os ProMEAs, as prefeituras já podem instituir projetos e outras ações previstos nele e, inclusive, pontuar no ICMS Ecológico, que rende recursos financeiros aos municípios. Apesar de finalizados os Programas Municipais de Educação Ambiental, eles não são estáticos e as prefeituras foram orientadas a sempre reverem e acompanhar o documento, tendo em vista que a educação ambiental deve ser um processo contínuo. É dever dos municípios a elaboração e aprovação da Política Municipal de Educação Ambiental bem como instituir o ProMEA.



Campanha mostra reciclagem ao alcance de todos



Destinação correta de resíduos e reeducação ambiental são temas do projeto que começou em 2024

Você costuma destinar corretamente os resíduos? Pensando na educação ambiental para a redução de volume resíduos, o Comitê Guandu implementou o projeto "Recicla Guandu" nas redes sociais para impulsionar informações corretas e incentivar novos hábitos. O resíduo trabalhado em 2024 foi o óleo de cozinha usado, que infelizmente ainda é jogado pelas pessoas nas redes de esgoto e pluvial, o que contamina rios e mares.

As divulgações começaram em setembro, o objetivo principal foi nortear os moradores dos 15 municípios que formam a bacia do Rio Guandu, os locais certos de descarte do óleo de cozinha para evitar que resíduos sejam descartados de forma incorreta. Prefeituras, Ongs e concessionárias de água contam com um planejamento para a destinação. A campanha inicialmente focou na divulgação dos locais de recolhimento e orientações.

Em Itaguaí, por exemplo, existe o Programa Municipal de Coleta de óleo vegetal usado que funciona em parceria com a Cooperativa Local de Catadores de Material Reciclável, a "Reciclormais". Hoje, seis ecopontos recebem os resíduos, a expectativa é que esse número aumente com a parceria da empresa Rio Mais Saneamento. Só em um ano foram rastreados 80.233,06 litros de óleo vegetal. O monitoramento, segundo os envolvidos, possibilitou a prevenção da contaminação

de corpos hídricos e a redução do entupimento de redes de esgoto, e contribui para o aumento do Índice de Destinação de Resíduos (IDR) do município, impactando de forma positiva a pontuação do ICMS Ecológico.

Para incentivar os moradores, o município oferece um kit de limpeza como recompensa para cada 2 litros de óleo entregues. O óleo vegetal pode ser entregue nos ecopontos em dias úteis das 8h às 17h.

Outro bom exemplo

A transformação do resíduo de óleo em um novo produto, também incentiva a destinação correta. Um bom exemplo é o que acontece na Univassouras, a Universidade, membro do Comitê Guandu, realiza a produção de biodiesel desde 2022, a partir do óleo residual de fritura que é coletado nas escolas e estabelecimentos do município de Vassouras, pela Prefeitura.

A produção é realizada pelos alunos de Engenharia Química e mensalmente uma batelada do biodiesel produzido pelos alunos é enviado a Prefeitura para abastecimento do caminhão de coleta seletiva. Este projeto está vinculado ao Programa de Educação Ambiental do Município de Vassouras, elaborado pela Universidade e instituído pela Lei Municipal No. 3.200, de 06 de abril de 2020, com o objetivo de implantar e executar ações e metas voltadas para a educação ambiental no município, em conformidade com o Plano Nacional de Educação Ambiental.

Ao divulgar iniciativas como essas, o Comitê Guandu quer dar

visibilidade a projetos que podem ser implantados em outros municípios.

"O projeto Biovassouras não apenas contribui para a conscientização ambiental, mas também busca promover a preservação do meio ambiente e a adoção de práticas sustentáveis. O processo ocorre em uma planta semi piloto com capacidade para produção de aproximadamente 30L/dia de biodiesel. O projeto conta com o apoio da Cesbra, empresa localizada na região Centro Sul Fluminense, que monitora a qualidade do biodiesel produzido para que o mesmo se enquadre dentro dos requisitos estabelecidos pela Resolução N° 920, de 4 de Abril de 2023 da Agência Nacional do Petróleo", destacou a coordenadora do projeto, Cristiane Siqueira, que é Doutora em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos. Também diretora de Restauração Ambiental do Comitê Guandu, representando a Univassouras, Cristiane explicou que o biodiesel a partir do óleo residual é produzido através do processo de transesterificação. "Por meio desse processo, os triglicerídeos presentes nos óleos e gordura animal reagem com um álcool primário, gerando dois produtos: o éster e a glicerina. O primeiro somente pode ser comercializado como biodiesel, após passar por processos de purificação para adequação à especificação da qualidade, sendo destinado principalmente à aplicação em motores de ignição por compressão do ciclo diesel. 12% do biodiesel produzido é misturado ao diesel convencional", detalhou.





O diretor geral do Comitê Guandu, Elton Luís Abel, recebeu convidados para o episódio "Restauração Ambiental e Carbono"

Foto: Acervo Comitê Guandu

Segunda temporada de sucesso do "Quanto Vale a Água?"

São cinco episódios reunindo vários especialistas convidados pelo Comitê

O Podcast "Quanto Vale a Água?", elaborado pelo Comitê Guandu-RJ, teve mais uma temporada de sucesso em 2024. Reunindo membros do Colegiado e outros especialistas convidados, os cinco episódios tratam sobre os valores da água em diferentes espectros e como as ações conjuntas e individuais podem contribuir à preservação dos rios e toda a biodiversidade, principalmente na Região Hidrográfica II.

Abordando os temas "Turismo Agroecológico", "Esgotamento Sanitário", "Mudança Climática", "Restauração Ambiental e Carbono", e "Educação Ambiental", os episódios do Podcast "Quanto Vale a Água?" estão disponíveis, nas plataformas de áudios Spotify e Deezer, além do canal do YouTube do Comitê. Nessas plataformas também é possível encontrar a

primeira temporada do podcast, que traz outros debates importantes sobre o "Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro - História e avanços", além das perspectivas relacionadas à infraestrutura verde, pegada hídrica, o Rio Guandu, as perdas no abastecimento e o programa Sanear Guandu.

Mediadora do episódio "Turismo Agroecológico", a diretora de Restauração Ambiental do Comitê, Cristiane Siqueira, falou da importância de trazer para o debate um tema que vem ganhando cada vez mais destaque dentro do Comitê.

"Nós tivemos a presença de pesquisadores importantíssimos que entendem do tema. Tenho certeza que quem acompanhou o Podcast 'Quanto Vale a Água?', gostou muito,



até por conta da agenda que nós, do Comitê, temos de Turismo Agroecológico”, destacou a diretora, que dividiu a bancada com a especialista em Turismo e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Carmelinda da Silva; com o pesquisador da Embrapa, Mauro Sérgio Vianello; e com Veronica Lago Battezzini, formada em Turismo e Hotelaria, compondo atualmente o Projeto PAF (Re) Floresta, Água e Carbono.

Para o pesquisador Mauro Sérgio Vianello, a Região Hidrográfica II tem grande potencial para o turismo agroecológico. “Nossa região pode se transformar num espaço de referência para outros territórios”, destacou.

Os desafios do saneamento e do meio ambiente, com foco nas ações do Comitê Guandu voltadas ao esgotamento sanitário na Região Hidrográfica II, foram temas do segundo episódio do podcast. Três especialistas apresentaram um rápido panorama sobre a política de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro, ressaltando, ainda, a importância da Bacia do Guandu, que abastece mais de 9 milhões de pessoas. Como um

dos destaques esteve o programa Sanear Guandu.

O episódio foi mediado pelo jornalista Antônio Mendes de Souza Júnior, que é gerente da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), e contou, ainda, com a participação do professor Jerson Kelmann (UFRJ), doutor em Hidrologia e Recursos Hídricos; o professor Paulo Canedo, que é doutor em Engenharia Civil com ênfase em Hidrologia e consultor do Banco Mundial; e o então presidente da AGEVAP, André Marques, doutor em Engenharia e ex-consultor do Ministério das Cidades.

André Marques reforçou o importante trabalho do Comitê em investir nas localidades fora da concessão, como acontece com o Sanear Guandu, apontado como o maior programa executado no país de obras de esgotamento sanitário em áreas rurais e periurbanas. Ele apontou que muitos destes locais não recebiam a atenção devida. “O Comitê fez muito bem em entrar. Aí sim você está fazendo a parte social total, porque é importante. Essas pessoas estavam esquecidas.”, ressaltou.

Quem também mediou um dos episódios do Podcast foi a diretora de Recursos Hídricos do Comitê Guandu, Ana Asti, que é a subsecretária estadual de Recursos Hídricos e Sustentabilidade. Para abordar o tema “Mudança Climática”, ela contou com a colaboração de Rafael Lima de Figueiredo, que é representante da OAB de Nova Iguaçu e coordenador da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão do Comitê Guandu (CTIL-G). Reforçaram o bate-papo, a subsecretária de Mudanças do Clima e Conservação da Biodiversidade da SEAS, Marie Ikemoto; e a geógrafa Maria Affonso Penha, que atuou no planejamento e execução das ações socioambientais PAF (Re) Floresta.

“Fizemos um debate muito importante sobre como as mudanças climáticas afetam a vida das pessoas que vivem no território, afetam a nossa disponibilidade hídrica, seja na quantidade, seja na qualidade. É um conteúdo muito aprofundado sobre quais são os desafios que a gente tem pela frente e como é que isso afeta no nosso avanço hidrográfico”, ressaltou a diretora de Recursos Hídricos do Comitê Guandu, Ana Asti.



Outro tema abordado foi “Mudança Climática”, mediado pela diretora Ana Asti

Foto: Acervo Comitê Guandu

Outro destaque dentro do Colegiado também resultou em um episódio do Podcast, a "Restauração Ambiental e Carbono". No bate-papo, o diretor geral do Comitê Guandu, Elton Luis Abel, recebeu a engenheira florestal e especialista em Recursos Hídricos da AGEVAP, Gabriela Teixeira e o professor da UFRRJ, também engenheiro florestal, Jerônimo Sansevero, e o pesquisador e agrônomo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Luiz Fernando Duarte, membro do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde do Comitê.

O episódio tratou de vários desafios para promover a recuperação ambiental e dos benefícios trazidos por ela. Assuntos como o Código Florestal, o próprio PAF, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e mercado de carbono fizeram parte da pauta.

Os participantes falaram da importância da restauração ambiental para a quantidade e qualidade de água produzida, ressaltando, ainda, o quanto

as florestas podem ajudar no equilíbrio entre os períodos seco e chuvoso. "É bem importante esse papel da infraestrutura verde na regulação e na perenidade do recurso ao longo das fases, diminuir esses picos de muito e de pouco. Manter mais perene e, principalmente, nessa regulação de eventos climáticos mais extremos", pontuou Elton.

O debate que marcou o último episódio da segunda temporada do Podcast "Quanto Vale a Água?" foi sobre "Educação Ambiental". O biólogo Mauro Pereira, que é vice-coordenador da Câmara Técnica de Estudos Gerais (CTEG) do Comitê Guandu, diretor executivo da Defensores do Planeta e ponto focal da América Latina na Agenda 2030 da ONU, recebeu dois convidados para o bate-papo. A professora do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental (Faeterj), Franziska Huber, e o Diretor Executivo do Comitê e assessor técnico ambiental na Secretaria de Ambiente e Defesa dos Animais de Queimados, Antoni Felipe Oliveira, trouxeram suas visões sobre o tema.

"É um conteúdo muito aprofundado sobre quais são os desafios que a gente tem pela frente"

Ana Asti, diretora de Recursos Hídricos do Comitê Guandu

Ações do Comitê Guandu, como os Programas Municipais de Educação Ambiental (ProMEAs) foram destacadas no episódio. Mediador do episódio, o biólogo Mauro Pereira tem participado de vários encontros, inclusive mundiais, que colocam a educação ambiental como ferramentas indispensáveis para o enfrentamento das degradações ambientais, mudanças climáticas e outros desafios em relação ao meio ambiente e à sociedade. "A gente precisa enfrentar os desafios globais trazendo essa realidade para o nosso território. E o Comitê Guandu deu um salto enorme ao construir os nossos ProMEAs", destacou Mauro.



O episódio "Turismo Agroecológico" reuniu a diretora de Restauração Ambiental do Comitê, Cristiane Siqueira, e outros especialistas

Foto: Acervo Comitê Guandu





Será feito o acompanhamento constante da qualidade da água na bacia hidrográfica

Foto: Divulgação

Comitê Guandu disponibiliza recurso ao Inea para o Observatório da Bacia

Serão instaladas 80 estações para avaliar a qualidade e a quantidade da água na RH II

O Comitê Guandu-RJ já repassou ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea) R\$ 16 milhões para a implementação do projeto Observatório da Bacia na Região Hidrográfica II. Com isso, o estado do Rio de Janeiro está cada vez mais perto de conquistar a mais completa e eficaz rede de monitoramento com 80 estações para avaliar a qualidade e a quantidade da água. A expectativa é que a partir das instalações sejam gerados dados sistemáticos para auxiliar os atores que atuam na bacia do Rio Guandu e toda a população.

Com os investimentos vindos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), arrecadados na RH II, estão sendo destinados não só os R\$ 16 milhões para a implementação do Observatório, mas também recursos anuais para a operação e manutenção das estações hidrometeorológicas do projeto. Para garantir o repasse, foi feito um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com participação do Inea e da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).



O monitoramento qualitativo dos recursos hídricos é apontado pelo Comitê Guandu como uma das chaves fundamentais para se realizar o diagnóstico ambiental e desenvolvimento de políticas públicas, já que reunirá subsídios para ações mais assertivas e efetivas ao longo de toda RH II.

“Essa rede de monitoramento hidrometeorológico é uma ferramenta importante na gestão dos recursos hídricos. É importante, por exemplo, para a gente trabalhar o enquadramento dos corpos hídricos e também vai auxiliar nas decisões dos gestores. Esse entendimento de como está funcionando a nossa bacia qualitativamente e quantitativamente é muito importante para a tomada de decisões futuras e para a gente conseguir alertar e mitigar os extremos climáticos que estão cada vez mais recorrentes, como enchentes”, destacou o diretor geral do Comitê Guandu e engenheiro da Cedae, Elton Abel.

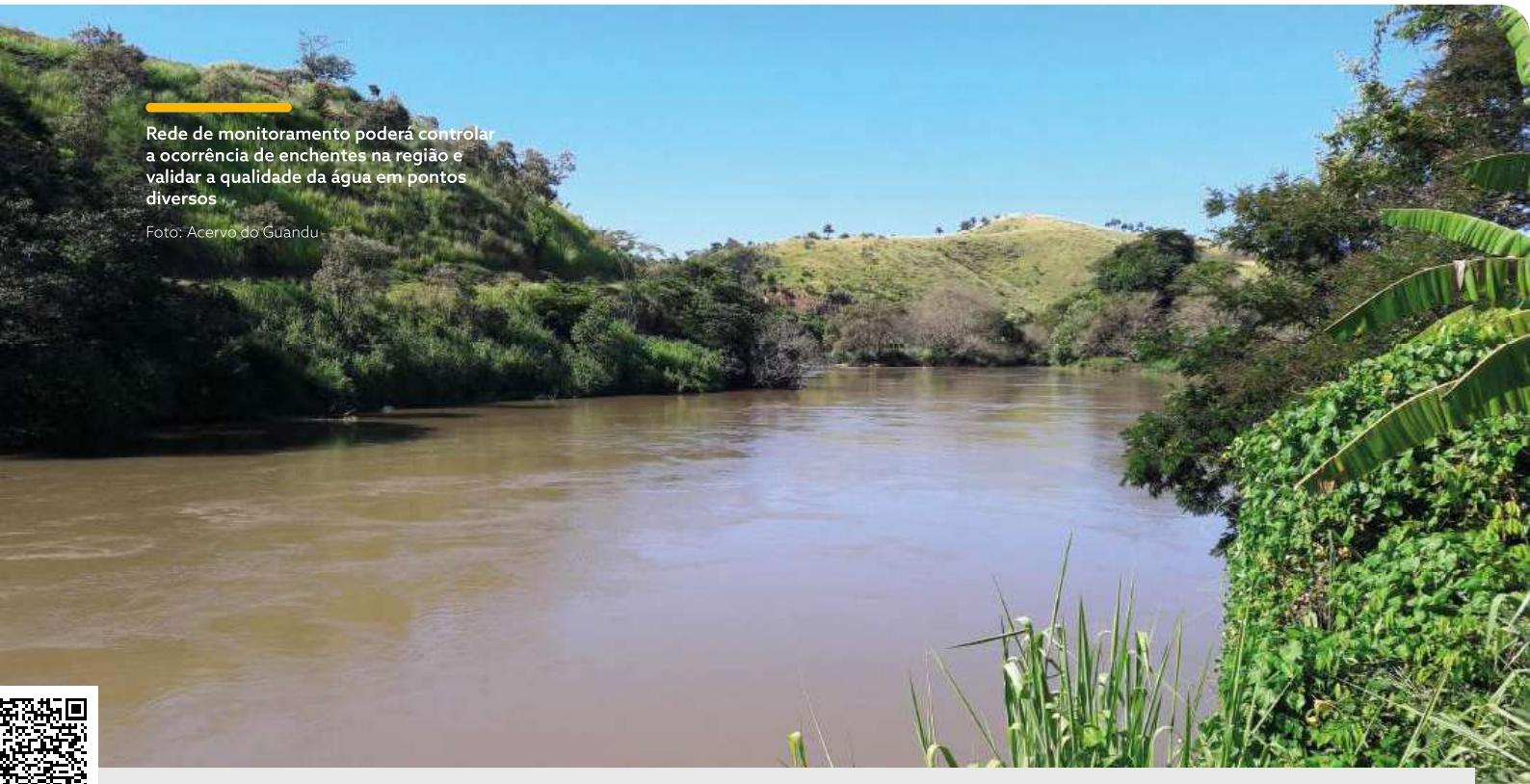
A escolha do Inea para colocar em prática o estudo, concluído pelo Comitê Guandu em 2022, não foi por acaso. O próprio levantamento já trazia a necessidade do Colegiado buscar um parceiro que já tivesse um know-how na atividade de monitoramento e que também fosse, de preferência, parceiro público, para que o Comitê pudesse fazer a alocação de recurso e conseguisse assegurar que

os dados e informações aferidas pelo Observatório sejam públicas e acessíveis.

Com isso, o Instituto vai não só trabalhar na implementação, mas também operacionalizar e realizar as manutenções das estações de monitoramento, integrando as já existentes em sua rede de forma padronizada.

A área técnica do Inea responsável pelo monitoramento hidrometeorológico do Estado considera o projeto do Comitê Guandu como pioneiro e exemplo para que o órgão consiga expandir às outras regiões hidrográficas. A robustez do levantamento e dos pontos escolhidos para instalação das estações, todos eles visitados pessoalmente pelos técnicos responsáveis, revelou a grandiosidade do Observatório de Bacia, inclusive reconhecido com o selo do Programa Estadual de Segurança Hídrica do Estado, como um projeto cinco estrelas na categoria qualidade de água e recursos hídricos.

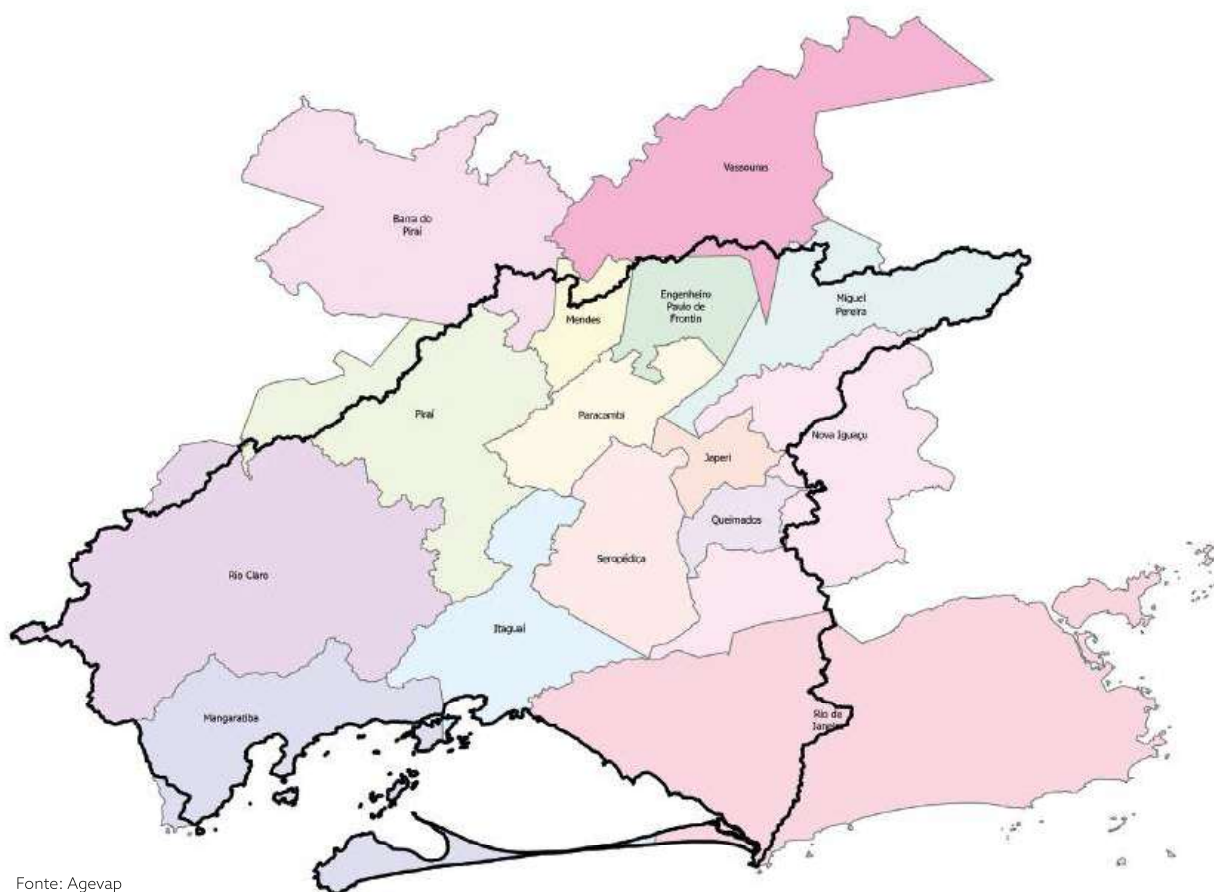
Com as 80 estações, além do acompanhamento constante da qualidade da água na bacia hidrográfica, serão gerados dados contínuos pluviométrico e fluviométrico, além do monitoramento de nível freático. O projeto utilizará tecnologia avançada, dando a precisão das informações de 15 em 15 minutos e reunindo dados que serão avaliados a cada dois meses por técnicos especializados.



Rede de monitoramento poderá controlar a ocorrência de enchentes na região e validar a qualidade da água em pontos diversos

Foto: Acervo do Guandu





Fonte: Agevap

Limites das Regiões Hidrográficas do RJ passam por ajustes

Mudanças aconteceram na RH II, mas mantendo os 15 municípios de abrangência

Importantes para a definição dos territórios que podem receber investimentos de cada Comitê de Bacia, os limites das Regiões Hidrográficas do estado do Rio de Janeiro foram atualizados em 2024 a partir de uma Nota Técnica, que foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI-RJ).

Com a mudança, a Região Hidrográfica II (RH II), submetida à atuação do Comitê Guandu, passou por algumas modificações, no entanto, sem que perdesse a sua atuação nos 15 municípios antes alcançados totalmente e parcialmente. A resolução aprovada substituiu uma outra de 2013.

A Nota Técnica foi elaborada a partir de estudos realizados pelas gerências de Segurança Hídrica (GERSEG) e de Instrumentos de Gestão e Informações Geoespaciais (GERGET) do Instituto Estadual do Ambiente, submetido à Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS).

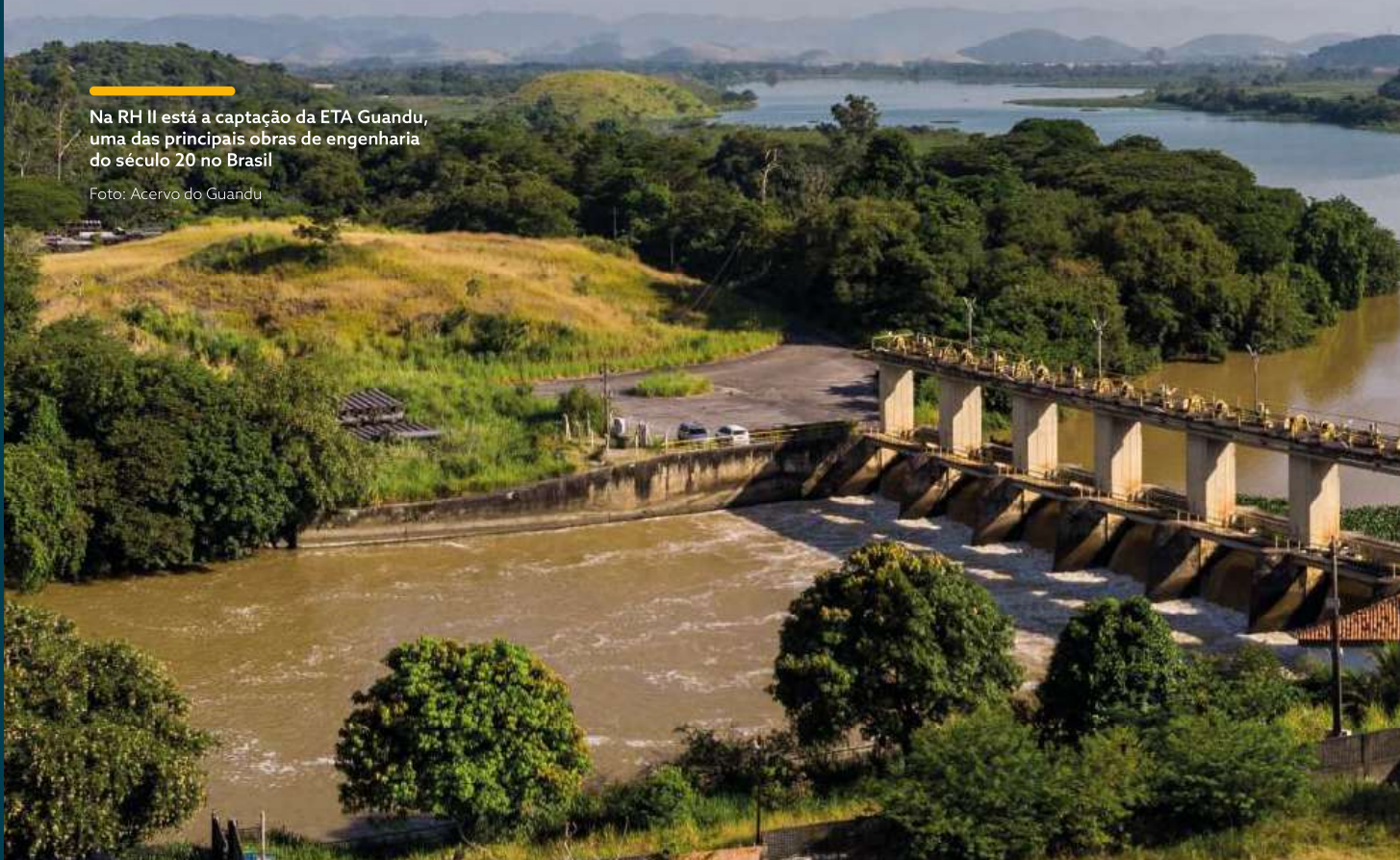
A atualização, segundo descreve o documento, decorre do aprimoramento da escala cartográfica (de 1:50.000 para 1:25.000) e a incorporação da Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO) desenvolvida pelo Inea em parceria com a Agência Nacional da Água (ANA), entre outras coisas.

Entre os critérios apresentados, foi criado um fator de ponderação, denominado "critério de pertencimento", que estabelece que quando a área municipal for menor ou igual a 2% em determinada Região Hidrográfica, o município não fará parte dela como delimitado a princípio.

O refinamento dos limites das Regiões Hidrográficas foi um compromisso assumido pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI) quando da aprovação da Resolução CERHI nº 107 de 22 de maio de 2013. Foi a parceria com a ANA que, segundo o Inea, motivou sua equipe técnica a propor ao CERHI-RJ a revisão da referida resolução.

Na RH II está a captação da ETA Guandu, uma das principais obras de engenharia do século 20 no Brasil

Foto: Acervo do Guandu



Estudo lançará novo Plano de Contingência do Guandu

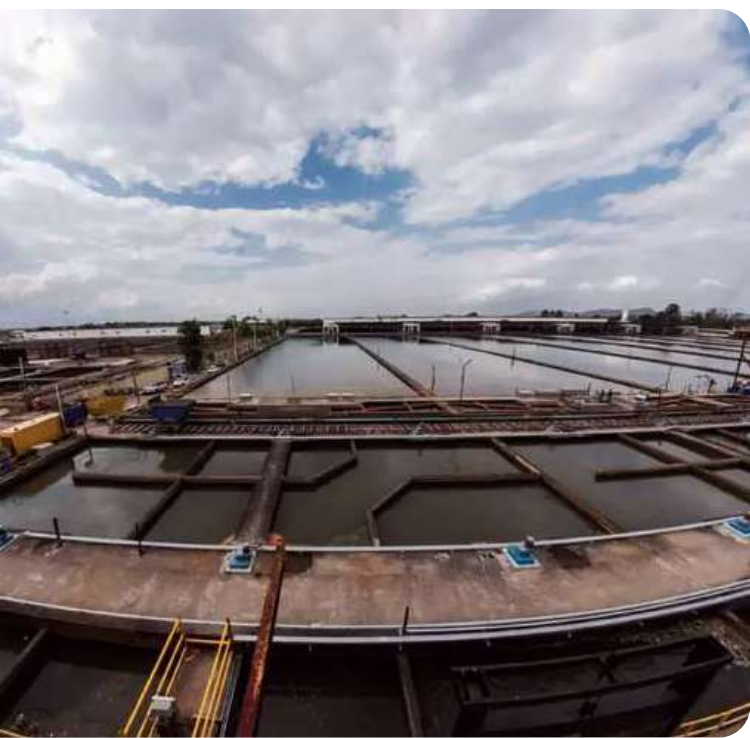
Desde 2015, quando o documento foi concluído, ocorreram diversas mudanças na RH II

A Bacia Hidrográfica dos rios Guandu, Guandu-Mirim e da Guarda e áreas adjacentes terá um novo Plano de Contingência para o Abastecimento de Água (PCAA – Guandu) após 10 anos. Com investimentos do Comitê Guandu estimados em quase R\$ 1 milhão, o objetivo é reavaliar o planejamento, considerando os novos arranjos e riscos ao abastecimento na Região Hidrográfica II (RH II), responsável por levar água às residências de cerca de nove milhões de pessoas no estado do Rio de Janeiro, sendo essencial e estratégica para o território fluminense.

Também está prevista a elaboração de um Manual Operativo norteador das iniciativas aprovadas no novo Plano de Contingência. O Manual deverá ter um horizonte de implementação de ações de 5 anos, levantado, ainda, os investimentos necessários para a operacionalização.

Desde 2015, quando o PCAA – Guandu foi concluído, ocorreram diversas mudanças no estado do Rio de Janeiro e na RH II, como o aumento da população e mudanças relacionadas à demanda hídrica, alteração no uso e ocupação do solo e surgimento de novos empreendimentos potencialmente poluidores, além de mudanças na estrutura a respostas a acidentes e a concessão dos serviços de abastecimento.





Nesse contexto, o Comitê Guandu entendeu ser necessário reavaliar o planejamento, considerando os atuais arranjos e riscos ao abastecimento na RH II, área de sua atuação. No histórico, já existiram ocorrências de acidentes e eventos adversos, de origem natural ou induzidos pela ação humana, que chegaram a afetar o fornecimento de água.

Outra questão importante é que o plano atual, a ser atualizado, era totalmente antrópico, ou seja, voltado a acidentes e causas provocadas pela ação humana. Desta vez o plano irá abordar também eventos climáticos extremos que são realidade e afetam diretamente o abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para a nova versão, está prevista a matriz de responsabilidade e ainda a estruturação da governança. O objetivo é ter responsáveis e estrutura clara de acionamento do Plano, envolvendo todos os atores de forma sinérgica. Além disso, ao final do estudo, será proposto a regulamentação do plano, seja a nível estadual ou regional, formalizando o comprometimento dos responsáveis envolvidos.

A implementação do novo Plano será acompanhada pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), que organizou a contratação de serviço especializado, que prevê, por exemplo, o mapeamento e o gerenciamento dos riscos ambientais naturais e antrópicos, que possam ocasionar um comprometimento no abastecimento de água.

No entanto, há várias outras atribuições dentro da contratação, como a integração das informações consolidadas ao Sistema SIGA-Guandu, providenciando a compatibilidade e a acessibilidade através da plataforma já existente.





ECOB 2024 trouxe reflexões sobre os avanços que os Comitês conseguiram entregar durante esses 24 anos de política estadual de recursos hídricos

Foto: Divulgação

ECOB RJ 2024

As experiências, desafios e boas práticas do Comitê Guandu na Região Hidrográfica II foram compartilhados no XI Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas 2024 (ECOB), que aconteceu do dia 17 a 20 de abril. Além de ter ministrado uma Oficina de Saneamento Ecológico, o Colegiado esteve presente em três Mesas de apresentação e também na solenidade de abertura no Museu do Amanhã. Um vídeo pelo aniversário do Comitê Guandu, comemorado no dia 3 de abril, mostrou ao público um pouco da trajetória do mais antigo Comitê do estado do Rio de Janeiro e os ganhos proporcionados aos 15 municípios de sua área de atuação. Com o tema central "Integração pelas águas: Governança, Planos e Territórios", o ECOB RJ 2024 contou com palestras, cursos, mesas com especialistas. O Comitê marcou presença nos debates sobre "Soluções Baseadas na Natureza (SBNs)", "Impactos da transposição do Rio Paraíba do Sul no cenário de crise climática" e "Saneamento".



Iniciativas do Colegiado foram apresentadas na "Exposição de Ciências" de Seropédica, em comemoração ao mês do Meio Ambiente

Foto: Divulgação

"Junho Verde"

O Comitê Guandu participou da "Exposição de Ciências" de Seropédica, em comemoração ao mês do Meio Ambiente. O espaço do Colegiado foi um dos mais visitados no evento que aconteceu no dia 18 de junho de 2024. Estudantes de várias escolas, além de outros participantes, puderam conhecer um pouco sobre os vários projetos e programas do Colegiado. A Exposição foi organizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Seropédica. Dentro do mês conhecido como "Junho Verde", o Comitê Guandu esteve em outros eventos no ano passado



voltados à conscientização sobre o cuidado com o meio ambiente, entre eles uma palestra para os colaboradores das lojas Renner sobre Educação Ambiental no Centro de Distribuição da empresa em Santa Cruz, no Rio. Iniciativas do Comitê que impactam na melhor gestão das águas também estiveram em evidência na Semana do Meio Ambiente de Vassouras, que foi organizada em uma parceria da Prefeitura com a Universidade de Vassouras.



Em outubro do ano passado, membros do Comitê integraram um dos debates do ENIC na Univassouras

Foto: Divulgação

ERCOB/Sudeste

Foi compartilhando vivências e projetos já realizados que o Comitê Guandu marcou presença no I Encontro Regional de Comitês do Sudeste (ERCOB/Sudeste), realizado entre os dias 8 e 10 julho de 2024, em Belo Horizonte, na sede do Crea mineiro. O Encontro teve como tema principal "Integrando as Águas do Sudeste". Foram várias Rodas de Diálogos, uma delas marcada pela participação da diretora de Saneamento do Comitê Guandu, a advogada Paola Oliveira, que destacou à "Cobrança pelo Uso da Água - O papel dos Comitês de Bacias - Compartilhando Experiências". "Podemos compartilhar ações em que as execuções estão trazendo segurança hídrica. Encontros entre bacias são trocas de experiências, podendo trazer exemplos aos Comitês, como é caso do Sanear Guandu", destacou a diretora.

Iniciação científica

Membros do Comitê Guandu deram sua contribuição ao XXI Encontro Nacional de Iniciação Científica da Universidade de Vassouras (XXI ENIC 2024). Com o tema "Biomassas do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais", o evento aconteceu do dia 24 a 26 de outubro de 2024, reunindo especialistas de diferentes áreas em palestras, workshops práticos e feiras inovadoras. O Comitê Guandu integrou uma mesa-redonda sobre a "Agenda 2030: Biomassas do Brasil como Alicerces para o Desenvolvimento Sustentável", voltada principalmente ao público de mestrado profissional em Ciências Ambientais. Os membros destacaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, como um plano global da ONU para atingir 17 ODS até 2030, e também pontuaram ações realizadas pelo Comitê na RH II. O diretor-geral Elton Abel participou do debate.



A diretora de Saneamento do Comitê Guandu, Paola Oliveira, apresentou no ERCOB avanços conquistados pelo Sanear

Foto: Divulgação

Debates com a juventude e internacional

O Comitê Guandu-RJ esteve representado no dia 31 de novembro de 2024 em dois eventos pela proteção dos recursos hídricos no estado do Rio de Janeiro. Um deles na capital fluminense, o Blue Economy RIO Summit, reuniu palestrantes até de outros países dentro do evento Rio-Green Latin America 2024, na Marina da Glória do Rio de Janeiro. Já em Seropédica, o Colegiado também compartilhou suas ações em prol da Bacia do Rio Guandu durante o 1º Fórum da Juventude e Sustentabilidade da Baixada Fluminense. O gerente da AGEVAP e responsável pela secretaria-executiva que atende ao Comitê Guandu, Antônio Mendes, participou dos dois eventos.

G20 Social

A educação ambiental e as práticas sustentáveis como ferramentas no enfrentamento à crise climática leva constantemente representantes do Comitê Guandu a participarem constantemente de discussões sobre os temas. Em novembro de 2024, integrantes da diretoria e outros membros do Comitê Guandu marcaram presença no G20 Social, cujo objetivo foi ampliar a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20, que tem por lema "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável". Eles debateram os desafios do enfrentamento às mudanças climáticas, gerenciamento costeiro e acesso ao saneamento básico, entre outras coisas. No mesmo mês, o Colegiado também participou da Conferência Estadual de Educação Ambiental, realizada pela Superintendência de Educação Ambiental e Sustentabilidade (SUPESUS-SEAS).

Comitê Guandu deu a sua contribuição no Fórum da Juventude e Sustentabilidade da Baixada Fluminense

Foto: Divulgação



Acompanhado de outros membros do Comitê, o diretor-geral Elton Abel participou do G20 Social no Rio

Foto: Divulgação

SaneaRio

As diretoras do Comitê Guandu Paola Oliveira (OAB Nova Iguaçu), Cristiane Siqueira (Universidade de Vassouras) e Ana Asti (SEAS/RJ) representaram o Colegiado na 3ª edição do SaneaRio, um dos principais eventos do setor de saneamento no Rio de Janeiro. O evento ocorreu no dia 4 de dezembro de 2024, no Leblon, e reuniu os principais órgãos públicos, Comitês de Bacias, Associações da Sociedade Civil, concessionárias, especialistas e pesquisadores do setor. O objetivo do Colegiado no evento foi trocar



O Comitê Guandu-RJ esteve presente na 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Vassouras

Foto: Divulgação



Colegiado marcou presença em mais uma edição do SaneaRio

Foto: Divulgação

experiências e conhecimentos, além da aproximação de atores estratégicos para projetos e ações na área do saneamento. Entre as mesas prestigiadas pelas diretoras do Comitê Guandu esteve uma moderada pelo presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea RJ), Miguel Fernández, ex-presidente da Abes-RJ.

Conferência em Vassouras

O Comitê Guandu-RJ esteve presente na 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Vassouras, realizada pela Prefeitura, por meio da

Secretaria Municipal do Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural. O evento realizado em janeiro foi o primeiro entre vários que o Comitê pretende participar e apoiar em 2025, promovendo discussões importantes para a segurança hídrica e sobre emergência climática. Cinco eixos temáticos foram discutidos durante a Conferência: mitigação, adaptação e preparação para desastres, justiça climática, transformação ecológica, e governança e educação ambiental. O diretor-geral do Comitê Guandu e engenheiro florestal da Cedae, Elton Abel, participou de uma mesa redonda sobre o tema central que foi a emergência climática.



Calendário do Comitê Guandu



Janeiro

- **20/01** - 1ª R.O. Diretoria Colegiada

Fevereiro

- **03/02** - 2ª R.O. Diretoria Colegiada
- **06/02** - 1ª R.O. CTEG
- 1ª R.O. CTIL-G
- **20/02** - 1ª R.O. Plenária

Março

- **17/03** - 3ª R.O. Diretoria Colegiada
- **20/03** - 1ª R.O. CTSB

Abril

- **07/04** - 4ª R.O. Diretoria Colegiada
- **10/04** - 2ª R.O. CTEG
2ª R.O. CTIL-G

Maiο

- **05/05** - 5ª R.O. Diretoria Colegiada
- **08/05** - 2ª R.O. CTSB
- **22/05** - 2ª R.O. Plenária

Junho

- **02/06** - 6ª R.O. Diretoria Colegiada
- **05/06** - 3ª R.O. CTEG
3ª R.O. CTIL-G

Julho

- **03/07** - 3ª R.O. CTSB
- **07/07** - 7ª R.O. Diretoria Colegiada

Agosto

- **04/08** - 8ª R.O. Diretoria Colegiada
- **07/08** - 4ª R.O. CTEG
- 4ª R.O. CTIL-G
- **21/08** - 3ª R.O. Plenária

Setembro

- **01/09** - 9ª R.O. Diretoria Colegiada
- **04/09** - 4ª R.O. CTSB

Outubro

- **06/10** - 10ª R.O. Diretoria Colegiada
- **09/10** - 5ª R.O. CTEG
- 5ª R.O. CTIL-G

Novembro

- **06/11** - 5 R.O. CTSB
- **10/11** - 11ª R.O. Diretoria Colegiada

Dezembro

- **01/12** - 12ª R.O. Diretoria Colegiada
- **11/12** - 4ª R.O. Plenária



Aniversário dos Municípios

Nova Iguaçu

15/01

Rio de Janeiro

01/03

Barra do Pirai

10/03

Rio Claro

19/05

Japeri

30/06

Itaguaí

05/07

Mendes

11/07

Paracambi

08/08

Vassouras

29/09

Eng. Paulo de Frontin

04/10

Seropédica

12/10

Pirai

17/10

Miguel Pereira

25/10

Mangaratiba

11/11

Queimados

25/11

Calendário Ambiental



Janeiro

12 - Aniversário do INEA

Fevereiro

06 - Dia do Agente de Defesa Ambiental

22 - Aniversário do IBAMA

Março

01 - Dia do Turismo Ecológico

02 - Aniversário do serviço Florestal Brasileiro

16 - Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas

21 - Dia Mundial Florestal

22 - Dia Mundial da Água

Abril

03 - Aniversário do Comitê Guandu

15 - Dia da Conservação do Solo

19 - Dia do Índio

22 - Dia da Terra

Mai

03 - Dia do Solo e do Pau-Brasil

10 - Dia do Campo

22 - Dia Internacional da Biodiversidade

27 - Dia da Mata Atlântica

Junho

05 - Dia Mundial do Meio Ambiente

08 - Dia Mundial dos Oceanos

17 - Dia do Gestor Ambiental

17 - Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca

20 - Aniversário da AGEVAP

Julho

10 - Aniversário de criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente

12 - Dia do Engenheiro Florestal

17 - Dia da Proteção das Florestas

26 - Dia Mundial dos Manguezais

Agosto

09 - Dia Internacional dos Povos Indígenas

09 - Dia Interamericano de Qualidade do Ar

14 - Dia do Controle da Poluição Industrial

Setembro

03 - Dia Nacional do Biólogo

05 - Dia da Amazônia

16 - Dia Internacional de Preservação da Camada de Ozônio

19 - Dia Mundial pela Limpeza das Águas

21 - Dia Internacional da Árvore

22 - Dia da Defesa da Fauna

Outubro

12 - Dia Mundial para a Prevenção de Desastres Naturais e Dia do Mar

12 - Dia do Engenheiro Agrônomo

15 - Dia do Educador Ambiental

Novembro

30 - Dia do Estatuto da Terra

Dezembro

19 - Aniversário da Agência Nacional de Águas - ANA

29 - Dia Mundial da Biodiversidade



Quer ouvir uma
boa conversa sobre
as questões hídricas?
**Acompanhe nosso
PodCast!**



**Quanto
vale a
Água?**

GUANDU RJ
COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA



Acesse usando o QR Code.
Acompanhe as nossas redes para
curtir, compartilhar e comentar.
www.youtube.com/@comiteguandurj1430

